



# Relatório e Contas 2015



**APSS**

Administração dos Portos  
de Setúbal e Sesimbra, SA



## ÍNDICE

<b>I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES</b>	<b>03</b>
1. Introdução	03
2. Atividade Portuária	04
2.1. Enquadramento	04
2.2. Evolução do Tráfego	05
3. Execução do Plano Estratégico	11
4. Recursos Humanos	28
<b>II. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>	<b>35</b>
1. Objetivos de gestão	34
2. Gestão do Risco Financeiro e Limites de Endividamento	35
3. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores e Atrasos nos Pagamentos	36
4. Recomendações do acionista	37
5. Remunerações	38
6. Estatuto do Gestor Público	41
7. Despesas não documentadas	41
8. Relatório sobre Remunerações pagas a Mulheres e Homens	41
9. Contratação Pública	41
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	42
11. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	42
12. Frota Automóvel	42
13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais	43
14. Princípios de Unidade de Tesouraria do Estado	43
15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	44
16. Outras Informações	44
17. Quadro relativo à divulgação de informação no sítio do SEE	45
18. Síntese do Cumprimento das Orientações Legais	46
<b>III. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>48</b>
<b>IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>57</b>
<b>V. NOTAS FINAIS</b>	<b>59</b>
<b>VI. CONTAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>60</b>
<b>VII. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>65</b>



## I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### 1. INTRODUÇÃO

Em 2015, o porto de Setúbal ultrapassou o seu máximo histórico no que se refere à evolução da carga contentorizada movimentada, que superou os 120 mil TEU, representando um aumento de 17%. Durante o ano de 2015, destaca-se igualmente o crescimento de 13% verificado no segmento da carga *roll-on roll-off*, tendo-se movimentado um total de 169 mil veículos através do porto.

O volume de mercadorias estabilizou nas 7,5 milhões de toneladas movimentadas, segundo maior recorde de sempre, com um crescimento acumulado de 25% nos últimos 3 anos.

Seguindo a tendência mundial, assistiu-se em 2015 a um aumento do número de navios que escalaram o porto de Setúbal, bem como a um aumento da sua dimensão, relevando-se cada vez mais premente a necessidade de se executar o projeto de melhoria das acessos marítimos ao porto de Setúbal, sob pena de se poder vir a perder cargas e serviços de linha regular num horizonte de curto prazo.

No que diz respeito a este projeto, considerado um investimento prioritário nacional, durante o ano transato desenvolveram-se os estudos técnicos, entre eles o projeto de execução, e ambientais, tendo em vista a submissão à APA e obtenção da respetiva Declaração de Impacte Ambiental, a que se seguirá a apresentação de uma candidatura a cofinanciamento através do COMPETE.

Merecem igualmente destaque em termos de investimento em infraestruturas, a expansão do terminal *roll-on roll-off* para jusante, que envolveu a pavimentação reforçada do terrapleno, a requalificação profunda do viaduto da Cachofarra, a reabilitação no paramento lateral na Doca de Recreio das Fontainhas, bem como a empreitada de aquisição e montagem de passadiços na Doca dos Pescadores.

Para o desempenho global dos portos de Setúbal e Sesimbra foi fundamental a colaboração dos diferentes atores e parceiros da comunidade portuária, como sejam as entidades públicas, municipais, concessionários, clientes, indústrias exportadoras e importadoras, armadoras e agente, operadores logísticos e rodoferroviários, cujo contributo tem permitido melhorar a eficiência do serviço prestado por esta administração portuária.



## 2. ATIVIDADE PORTUÁRIA

### 2.1. ENQUADRAMENTO

Segundo os dados da *UNCTAD-United Nations Conference on Trade and Development*, a economia mundial deverá ter registado um crescimento de 2,5% em 2015, que, apesar de positivo, se mantém abaixo de valores pré-crise mundial. O caminho para o crescimento nas economias avançadas tem sido bastante desigual, liderado pelos Estados Unidos e Reino Unido, contrabalançado por uma recuperação mais frágil verificada na União Europeia. Os países em desenvolvimento continuarão a ser o motor do crescimento mundial, apesar dos constrangimentos no acesso a crédito externo e de conflitos regionais.

As últimas estatísticas do comércio mundial, de acordo com a Organização Mundial do Comércio, apontam para um crescimento, em 2015, de 2,8%, valor revisto em baixa devido à menor procura das economias emergentes, nomeadamente da China e do Brasil, e à baixa de preços das matérias-primas nos mercados internacionais.

Segundo o Relatório do Orçamento de Estado para 2016 (fevereiro de 2016), o contexto internacional em 2015 foi caracterizado por um ligeiro abrandamento da economia mundial, com tendência para recuperar em 2016, como resultado de uma *“deterioração das perspetivas das economias emergentes como o Brasil e a Rússia, ao ajustamento na China e aos efeitos da instabilidade geopolítica das regiões do Médio Oriente e do Norte de África”*.

A expectativa para 2016 é de que a recuperação económica na área do euro prossiga, beneficiando dos preços baixos do petróleo, da depreciação do euro, da melhoria das condições de financiamento e menores restrições orçamentais, fortalecendo a procura interna, aliados à melhoria gradual das perspetivas para a procura mundial.

O Banco de Portugal, no seu boletim económico de Inverno, aponta para uma melhoria gradual da atividade económica em 2015, ainda bastante afetada pela severidade da contração observada nos últimos anos. O desempenho da atividade económica continuou a estar assente nas exportações (o peso das exportações no PIB representa 40,5%). A recuperação gradual verificada na procura interna refletiu-se nas importações, essencialmente de bens, cujo aumento foi compensado apenas em parte por um aumento superior das exportações. A taxa de cobertura registou uma melhoria, tanto para o mercado intracomunitário como para o extracomunitário, fixando-se, em termos globais, nos 83,5%.

Principais Indicadores Económicos		2013	2014	2015 <sup>P</sup>
PIB em volume (%)	Portugal	-1,4	0,9	1,6
	Área do Euro	-0,4	0,9	1,6
Índice harmonizado de preços no consumidor (%)	Portugal	0,4	-0,2	0,6
	Área do Euro	1,4	0,4	0,1

Fonte: “Boletim Económico do Banco de Portugal – Inverno”, Janeiro de 2016; “Projeções Macroeconómicas de Dezembro de 2015 para a área do Euro elaboradas por especialistas do eurosistema”, Banco Central Europeu, Dezembro de 2015. Legenda: (p) - projeções

## 2.2 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO

### Movimento de navios

Em 2015, o porto de Setúbal foi escalado por 1.622 navios, dos quais 1.458 vieram em atividade comercial, correspondendo a 18.130 toneladas de arqueação bruta. Em termos de variação verificou-se um crescimento de 3,1% no número de navios e um incremento de 8,8% na sua dimensão.

Movimento de navios em atividade comercial	2013	2014	2015	Var.14/13	Var.15/14
Nº. Nacionais	91	117	97	28,6%	-17,1%
GT (1000 Tons.) Nacionais	506	589	591	16,5%	0,4%
Nº. Estrangeiros	1.162	1.297	1.361	11,6%	4,9%
GT (1000 Tons.) Estrangeiros	14.546	16.068	17.538	10,5%	9,1%
<b>Total Navios</b>	<b>1.253</b>	<b>1.414</b>	<b>1.458</b>	<b>12,8%</b>	<b>3,1%</b>
<b>Total (1000 Tons.) GT</b>	<b>15.051</b>	<b>16.657</b>	<b>18.130</b>	<b>10,7%</b>	<b>8,8%</b>
<b>GT Médio (1000 Tons.)</b>	<b>12,01</b>	<b>11,78</b>	<b>12,43</b>	<b>-1,9%</b>	<b>5,6%</b>

Fonte: APSS, SA

### Movimento de mercadorias

Em 2015, o porto de Setúbal movimentou 7,5 milhões de toneladas de mercadorias, representando um decréscimo 7% em relação ao ano anterior, mas cerca de meio milhão acima das de 2013, fruto do ajustamento do crescimento de 15% do ano anterior.

Unidade: 1.000 toneladas

Movimento de mercadorias por origem/destino	2013	2014	2015	Var.14/13	Var.15/14
<b>União Europeia</b>	<b>1.946</b>	<b>2.367</b>	<b>2.666</b>	<b>21,7%</b>	<b>12,6%</b>
Importação	929	1.092	1.171	17,6%	7,2%
Exportação	1.017	1.275	1.495	25,4%	17,2%
<b>Restantes países</b>	<b>4.637</b>	<b>5.333</b>	<b>4.585</b>	<b>15,0%</b>	<b>-14,0%</b>
Importação	1.369	1.428	1.490	4,3%	4,4%
Exportação	3.268	3.905	3.095	19,5%	-20,7%
<b>Total comércio externo</b>	<b>6.582</b>	<b>7.700</b>	<b>7.250</b>	<b>17,0%</b>	<b>-5,8%</b>
Importação/Entrada	2.298	2.520	2.661	9,7%	5,6%
Exportação/Expedição	4.284	5.180	4.589	20,9%	-11,4%
<b>Total cabotagem</b>	<b>427</b>	<b>358</b>	<b>245</b>	<b>-16,0%</b>	<b>-31,7%</b>
Cabotagem entrada	208	123	66	-41,1%	-46,5%
Cabotagem saída	218	235	179	7,9%	-24,0%
<b>Total geral</b>	<b>7.009</b>	<b>8.058</b>	<b>7.495</b>	<b>15,0%</b>	<b>-7,0%</b>
<b>Rácio Exportação/Importação</b>	<b>1,86</b>	<b>2,06</b>	<b>1,72</b>	<b>10,2%</b>	<b>-16,5%</b>

Fonte: APSS, SA

O comércio com países terceiros apresentou uma variação negativa de 5,8%, justificada por um desempenho menos positivo das exportações, excecionalmente elevada no ano anterior (5,2 milhões de toneladas), ainda assim muito relevante, cifrando-se em 4,6 milhões de toneladas. Já as importações continuaram a recuperar, apresentando um acréscimo de 5,6%.

O comércio com parceiros intracomunitários apresentou um desempenho positivo, quer nas exportações (17,2%), quer nas importações (7,2%), beneficiando do crescimento verificado nos segmentos carga contentorizada e carga *roll-on roll-off*.

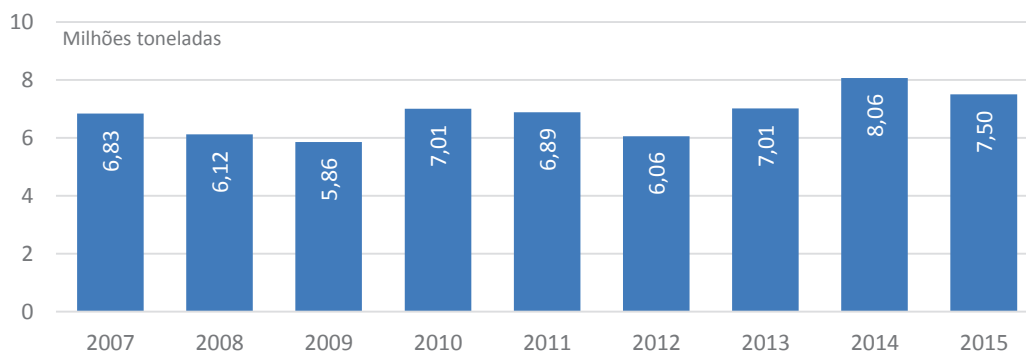
O movimento de mercadorias com os países fora do espaço comunitário registou um decréscimo, designadamente ao nível das exportações, resultante de um abrandamento no crescimento das economias dos países de língua oficial portuguesa (PALOP), leste africano, Magreb e países sul-americanos, por reflexo do preço do petróleo.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 172%, consolidando o predomínio da vocação exportadora do porto.

O tráfego de cabotagem perdeu peso relativo, certamente pelo facto de estar suportado em mercadorias como os produtos petrolíferos e cimento a granel, que registaram uma diminuição na movimentação.

**Gráfico I – Evolução na movimentação de mercadorias no porto de Setúbal**

Em 2015, o volume de mercadorias movimentado através do porto de Setúbal consolidou-se em 7,5 milhões de toneladas em 2015, valor que se revê positivo tendo em consideração a conjuntura interna e externa de abrandamento da atividade económica. De salientar que segmentos de maior valor acrescentado, como a carga contentorizada e carga *roll-on roll-off* apresentaram crescimentos significativos.



Analisando o movimento de mercadorias por modo de acondicionamento, verifica-se que o crescimento nos segmentos da carga contentorizada e carga *roll-on roll-off* foi muito significativo.

A carga contentorizada apresentou um acréscimo de 23% na tonelagem movimentada representando um aumento de 18% em número de contentores e 17% no número de TEUs. Em 2015 foram movimentados mais de 120 mil TEUs, valor que continua a afirmar o porto de Setúbal como um porto de contentores, estabelecendo um novo recorde no número de unidades movimentadas.

O volume de carga *roll-on roll-off* cresceu 13%, totalizando cerca de 169 mil unidades, resultando de um aumento verificado ao nível da exportação de veículos novos, bem como de um aumento da procura interna por viaturas novas.

A redução no movimento de carga geral fracionada ficou a dever-se, essencialmente, à retoma dos volumes de 2013 de atados de madeira e no cimento ensacado. Os produtos metalúrgicos mantiveram um volume idêntico ao de 2014.

O tráfego de graneis sólidos diminuiu face ao ano anterior como consequência da redução verificada na exportação de clínquer e de coque/carvão. Os produtos agrícolas e os adubos apresentaram igualmente uma variação negativa, mas não tão acentuada. Pelo contrário, o cimento a granel, os minérios e a estilha de madeira apresentaram uma variação positiva. Da mesma forma os graneis líquidos registaram um decréscimo na movimentação explicado pela redução na movimentação de produtos energéticos.

Unidade: 1.000 toneladas

Movimento de mercadorias por modo de acondicionamento	2013	2014	2015	Var.14/13	Var.15/14
Granéis líquidos	467	384	314	-17,8%	-18,3%
Granéis sólidos	2.817	3.207	2.787	13,9%	-13,1%
<b>Carga geral</b>	<b>3.725</b>	<b>4.467</b>	<b>4.394</b>	<b>19,9%</b>	<b>-1,6%</b>
Carga fracionada	2.898	3.196	2.850	10,3%	-10,8%
Carga contentorizada	628	1.035	1.277	65,0%	23,3%
Carga <i>roll-on/roll-off</i>	199	236	267	18,3%	13,0%
<b>Total</b>	<b>7.009</b>	<b>8.058</b>	<b>7.495</b>	<b>15,0%</b>	<b>-7,0%</b>
Nº de caixas de 20' e 40'	37.730	57.039	67.409	51,2%	18,2%
Nº TEU	70.564	103.563	121.165	46,8%	17,0%
Nº de veículos	124.749	149.039	168.714	19,5%	13,2%

Fonte: APSS, SA

## Movimento de mercadorias por terminal

Analisando o desempenho por terminal, verifica-se que o volume de mercadorias movimentadas nos terminais de serviço público duplicou o registado nos terminais de uso privativo, verificando-se uma tendência de porto industrial para comercial.

Unidade: 1.000 toneladas

Movimento de mercadorias por cais	2013	2014	2015	Var.14/13	Var.15/14
<b>Terminais de serviço público</b>	<b>4.084</b>	<b>4.830</b>	<b>5.004</b>	<b>18,3%</b>	<b>3,6%</b>
Multiusos - Zona 2	1.672	1.943	1.940	16,2%	-0,2%
Multiusos - Zona 1	1.480	1.811	1.857	22,4%	2,6%
TPS—Terminal Portuário da Sapec	578	644	764	11,5%	18,6%
Terminal <i>Roll-On Roll-Off</i>	175	219	237	22,0%	11,0%
TGL—Terminal de Granéis Líquidos da Sapec	180	213	207	21,9%	-5,6%
<b>Terminais de uso privativo</b>	<b>2.925</b>	<b>3.228</b>	<b>2.491</b>	<b>10,4%</b>	<b>-22,8%</b>
Secil	990	1.132	1.040	14,4%	-8,1%
Termitrena	1.226	1.500	868	22,3%	-42,1%
Praias Sado	463	444	463	-4,1%	4,3%
Tanquisado/Eco-Oil	209	112	50	-46,1%	-55,9%
Outros	37	39	69	3,6%	79,2%
<b>Total</b>	<b>7.009</b>	<b>8.058</b>	<b>7.495</b>	<b>15,0%</b>	<b>-7,0%</b>
<b>Rácio Term. Ser. Público/Uso Privativo</b>	<b>1,4</b>	<b>1,5</b>	<b>2,0</b>	<b>7,2%</b>	<b>34,3%</b>

Fonte: APSS, SA



O Terminal SADOPOINT movimentou em 2015 um total de 1,94 milhões de toneladas, seguido do Terminal TERSADO, que registou um tráfego de 1,86 milhões de toneladas. O TPS -Terminal Portuário da SAPEC e o Terminal *Roll-On Roll-Off* (Coelho da Mota) foram os que cresceram mais, respetivamente, 18,6% e 11%.

No conjunto dos terminais de uso privativo, destaca-se o desempenho do Terminal Praias Sado, cujo aumento da movimentação de concentrado de cobre e zinco foi de 4,3%. Pelo contrário, no Terminal Termitrena assistiu-se a uma quebra na movimentação de clínquer, de cimento e de carvão/coque com a Secil e Cimpor.

Unidade: 1.000 toneladas

Principais mercadorias movimentadas	2013	2014	2015	Var.14/13	Var.15/14
Cimento	1.615	1.914	1.775	18,5%	-7,3%
P. Metalúrgicos	1.112	1.292	1.287	16,1%	-0,3%
Clinquer	887	1.167	634	31,6%	-45,7%
Minérios	435	444	463	2,1%	4,3%
Adubos	394	505	435	28,0%	-13,8%
Papel	239	308	340	28,9%	10,2%
Ro-Ro	199	236	267	18,3%	13,0%
Madeiras	528	400	265	-24,3%	-33,8%
Carvão/Coque	318	327	235	3,0%	-28,1%
Ácidos	149	186	183	25,0%	-1,6%
P. Agrícolas	181	109	55	-39,7%	-50,0%
Gasóleo/Gasolina	200	96	42	-52,0%	-56,4%
Fuelóleo	50	24	24	-51,7%	1,5%
Outros	702	1.050	1.490	49,6%	41,9%
<b>Total</b>	<b>7.009</b>	<b>8.058</b>	<b>7.495</b>	<b>15,0%</b>	<b>-7,0%</b>

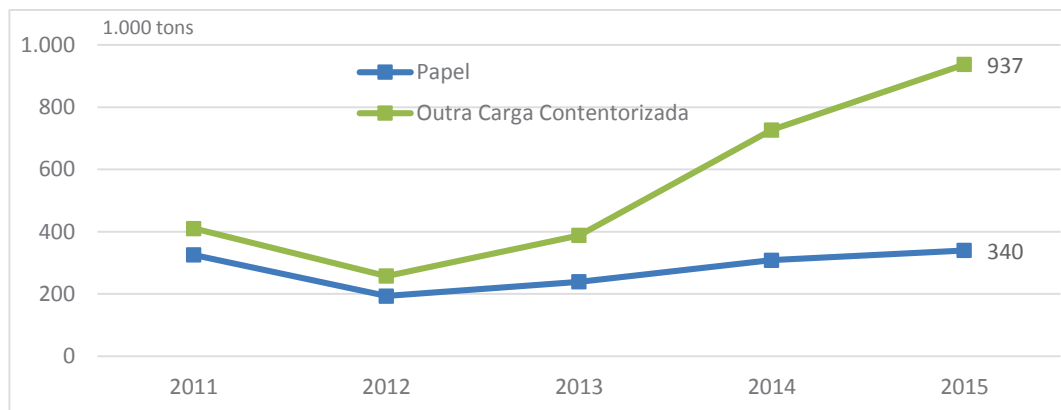
Fonte: APSS, SA

### Movimento de mercadorias por ferrovia

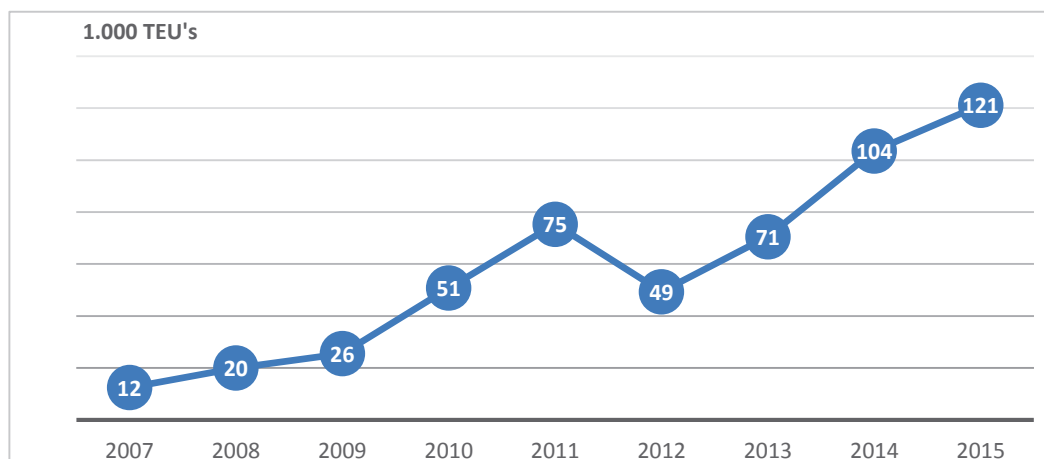
Segundo os dados do operador ferroviário, o porto de Setúbal terá aumentado, em 2015, o movimento de mercadorias por via ferroviária, essencialmente de contentores, concentrado de cobre, produtos siderúrgicos e cimento, totalizando cerca de 1,7 milhões de toneladas, correspondendo a um movimento anual superior a 6 mil comboios.

**Gráfico II – Movimentação de Contentores – O peso do papel**

O crescimento do movimento de carga contentorizada no porto de Setúbal ficou a dever-se, em grande medida, à exportação de papel proveniente das fábricas da Portucel /Soporcel. É verdade que apesar de continuar a ser a principal carga movimentada em contentores, verificou-se nos últimos dois anos um crescimento do peso de outra carga contentorizada, como resultado do aumento do número de serviços de linha regular de contentores que escalam o porto de Setúbal.

**Gráfico III – Evolução na movimentação de TEU's**

O ano de 2015 correspondeu ao melhor ano na movimentação de contentores (unidade equivalente de vinte pés), tendo-se movimentado 121.165 TEU's, reforçando a tendência crescente de crescimento neste segmento de mercado.



## Movimento de pescado

No que se refere ao movimento de pescado transacionado nos portos sob jurisdição desta administração portuária, destaca-se o crescimento verificado no porto Sesimbra em volume e no porto de Setúbal em valor.

Pescado	2014		2015		Var. 2014/2015	
Portos	€	Kg	€	Kg	€	Kg
<b>Setúbal</b>	3.493.119	1.482.076	4.418.971	1.584.888	26,5%	6,9%
<b>Sesimbra</b>	21.487.962	17.109.444	24.651.806	24.665.972	14,7%	44,2%
<b>TOTAL</b>	24.981.081	18.591.520	29.070.777	26.250.860	16,4%	41,2%

Fonte: Dados Docapesca - Portos e Lotas, SA

## Tráfego fluvial

Em 2015, o tráfego fluvial no Estuário do Sado registou um aumento de cerca de 9,3%, tendo sido transportados, entre as duas margens do rio, um total de cerca de 1,3 milhões de passageiros, por ferry ou catamaran, em viaturas ou apeados.

### Evolução do Tráfego Fluvial entre as duas margens do Rio Sado

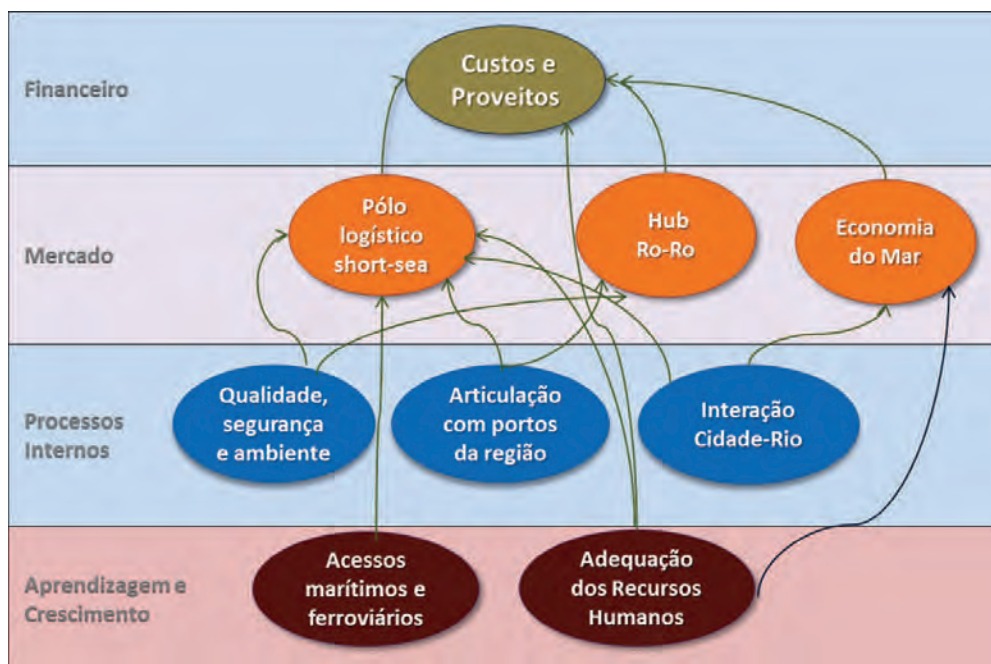
Evolução do Tráfego		2013	2014	2015	var. 2014/2015
Unidade: número de viagens					
Viaturas (Ferries)		208.369	213.012	224.635	5,46%
Passageiros (Ferries)		380.461	350.170	386.171	10,28%
Passageiros (Catamaran)		634.889	643.016	707.454	10,02%
<b>Total</b>		<b>1.223.718</b>	<b>1.206.198</b>	<b>1.318.260</b>	<b>9,29%</b>

Fonte: Atlantic Ferries

### 3. EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Para o triénio 2015-2017, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos de desenvolvimento dos portos de Setúbal e Sesimbra:

1. Criar um Pólo logístico portuário short-sea da região, aproveitando a capacidade atual e as vastas áreas de expansão do porto de Setúbal;
2. Criar um **Hub Ro-ro de transhipment** e centro logístico automóvel no porto de Setúbal;
3. Melhorar os **acessos marítimos e ferroviários** ao porto de Setúbal, garantindo a receção de navios Panamax;
4. Reforçar a **ligação cidade-rio** em articulação com os diferentes municípios, designadamente através do desenvolvimento da atividade marítimo-turística e náutica de recreio;
5. Reflorescer a **aquacultura e a pesca**.



Em 2015, a execução do Plano Estratégico materializou-se nas seguintes intervenções nos portos de Setúbal e Sesimbra:

#### ACESSOS MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

- No âmbito do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal, considerado uma intervenção prioritária nacional, deu-se início à elaboração dos estudos técnicos e de Impacte Ambiental, que serão submetidos à APA com o objetivo de obter a emissão da respetiva Declaração de Impacte Ambiental, e simultaneamente apresentar uma candidatura a financiamento comunitário através do COMPETE em 2016.
- Realizaram-se dragagens de manutenção nos canais de navegação, bacias de estacionamento e manobra.

- No âmbito do protocolo de colaboração celebrado com a IP-Infraestruturas de Portugal, foram definidos os estudos técnicos, operacionais, de viabilidade económica e ambientais necessários por forma a executar as intervenções de melhoria da ligação ferroviária à zona central do porto, designadamente a eletrificação do troço central, e construção dos ramais que irão servir o Terminal de Contentores e carga geral da Tersado.

## HUB RO-RO

- Em 2015, foi concluída a empreitada de expansão do Terminal *Roll-On Roll-Off* para jusante, que envolveu a pavimentação reforçada do terraplino e execução de uma retenção marginal e instalação de redes técnicas.
- O viaduto da Cachofarra de acesso ao Terminal *Roll-On Roll-Off* e ao Terminal Tersado foi objeto de obras de requalificação, que incluíram a recarga em betão betuminoso no sentido Sul, a reabilitação das estruturas, substituição das drenagens e pintura, tendo em vista prolongar a vida útil desta infraestrutura.



## CIDADE-RO

- Na Doca de Recreio das Fontainhas concluíram-se as obras de reabilitação e consolidação do paramento lateral, tendo por objetivo melhorar a segurança dos utentes. Foi elaborado um estudo geral de ordenamento da área envolvente da Doca das Fontainhas, incluindo o reperfilamento de vias, a criação de uma rotunda, ciclovias, a revisão do limite do terminal da Tersado para alargamento do espaço de acesso ao molhe nascente e a localização de instalações de apoio, equipamentos e mobiliário urbano. Foi ainda elaborado o projeto para o tratamento dos espaços exteriores na parte norte/nascente da Doca das Fontainhas, bem como um estudo para criação de instalações para pessoa com mobilidade condicionada nos balneários da referida doca.
- Foram concluídas as obras de reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota), centradas no reforço da estrutura e reabilitação dos pavimentos dos corredores laterais e do corpo Sul do edifício, incluindo a torre do relógio. Foi ainda realizada uma intervenção para instalação de um resguardo visual para a bateria de contentores de resíduos existentes na via pública.
- No terraplino do Cais 3 foram realizadas as intervenções de reabilitação de infraestruturas, designadamente a criação do passeio público, e rede de esgotos, tendo em vista melhorar o acesso aquela área.
- Destaca-se, igualmente, a abertura de um concurso público para a concessão de utilização privativa de uma parcela do Domínio Público Marítimo que inclui o edifício do Cais 3 e a respetiva área adjacente,

O Setúbalense, 01 de junho de 2015

### Porto de Setúbal requalifica terraplino do Cais 3

A empreitada de requalificação do terraplino do Cais 3 do Porto de Setúbal, adjudicatada pela APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sines, SA, a empresa Viana - Engenharia, com uma zona preparada para a instalação de bairros e pequenos quiosques para restauração ou outros, "requalificando" e modernizando mais uma importante zona urbana da fronteira ribeirinha do Po-



rtuária, Lusa, arrancou, no início de Maio, com um prazo de execução previsto de 90 dias. Trata-se de um investimento que visa dar coesividade ao conjunto de melhoramentos já realizados na frente ribeirinha do Porto de Setúbal "no sentido de a devolver aos setubalenses e visitantes", refere a APSS. De acordo com a entidade portuária, está a ser criado um passeio ribeir-

to de Setúbal". A empreitada consiste na aplicação de calçada, com a malha semelhante às zonas adjacentes, na substituição integral das infra-estruturas existentes, tais como, redes de água, drenagens, esgotos e pluviais e electricidade; na beneficiação da iluminação pública; na plantação de árvores; na instalação de mobiliário urbano, que inclui bancos, bebedouros e papeleiras.

destinado à instalação de serviços, atividades hoteleiras, restauração, comerciais e complementares.

Relativamente à área situada entre o edifício do Cais 3 e o jardim da beira-mar, foi elaborado um estudo para o tratamento do espaço exterior, de modo a resolver o impacto negativo do espaço devoluto existente.

- Destaca-se igualmente o projeto de reformulação do espaço do Cais 2, que englobou a remoção de barreiras e vedações existentes, realocação de portões, colocação de balizadores e de mastros para bandeiras, por ocasião das celebrações do Dia do Mar, bem como a instalação de defensas e cabeços para receção de navios de cruzeiro.
- Na rede de esgotos, promoveu-se junto das ÁGUAS DO SADO a implementação do saneamento em regime separativo na área de jurisdição da APSS, a par do levantamento e realização do cadastro da infraestrutura de saneamento existente na referida área, bem como foi elaborado um projeto dos ramais de ligação dos edifícios na área da APSS à futura rede separativa de saneamento.
- Com a Câmara Municipal de Setúbal, a APSS participou em diversos grupos de trabalho tendo em vista uma análise conjunta de intervenções de reabilitação da zona ribeirinha e áreas adjacentes, designadamente as relativas a uma proposta de delimitação da área de jurisdição portuária, à construção uma nova infraestrutura dedicada à náutica de recreio, procurando compatibilizar e coordenar as estratégias de desenvolvimento da cidade e do porto de forma harmoniosa. Em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal foi atribuída uma licença com vista à ocupação de uma área destinada à requalificação do parque de campismo no Outão.
- No âmbito da requalificação dos edifícios pertencentes a esta autoridade portuária, foi elaborado um projeto de requalificação do posto médico da APSS, no edifício dos serviços sociais e no Centro de formação portuária, foi adquirido mobiliário para o espaço exterior e elaborado um estudo de remodelação funcional do edifício. No edifício sede, elaborou-se um estudo para criação de corredor pedonal junto ao edifício e um estudo de remodelação funcional da ala sul do piso térreo.

## ECONOMIA DO MAR

- No seguimento da aprovação da candidatura à obtenção de financiamento no âmbito do PROMAR, executaram-se as obras relativas ao Projeto de “Aproveitamento da Área Líquida junto ao Molhe Exterior da Doca dos Pescadores de Setúbal”, que teve por objetivos a melhoria das condições de acostagem e estacionamento de embarcações através da criação de lugares para o

APP, 21 de agosto de 2015



21-08-2015

### DOCA DE PESCA DO PORTO DE SETÚBAL COM PONTÕES DE ACESSO AOS PASSADIÇOS REPARADOS

A Doca de Pesca do Porto de Setúbal viu concluída, em agosto, uma intervenção por parte da APSS, que incluiu a reparação de três pontões de acesso aos passadiços flutuantes que equipam a infraestrutura do porto, vital para a atividade da pesca.

A reparação destes pontões visa repor as condições de segurança e operacionalidade dos acessos aos passadiços flutuantes que equipam a Doca de Pesca, que tem vindo a beneficiar de um conjunto de melhoramentos, acompanhados por manutenção continuada, por parte da APSS.

estacionamento de embarcações marítimo-turísticas.

Igualmente na Doca dos Pescadores, foram concluídas as obras de reparação e reforço das três pontes de acesso aos passadiços e colocadas cinco escadas no lado exterior do molhe novo. Foi elaborado o projeto de pedestal para a colocação da imagem da N.ª Sr.ª de Tróia a instalar no molhe poente da Doca dos Pescadores.

- Foram iniciados procedimentos concursais com vista à instalação de estabelecimentos aquícolas no Rio Sado.
- Deu-se início a um processo rigoroso de fiscalização/desocupação, em parceria com a Polícia Marítima, relativamente à ocupação de um edifício com 265 cacifos de aprestos marítimos.

No porto de Sesimbra destacam-se as seguintes intervenções:

- Repavimentação do acesso ao cais de estacionamento
- Pavimentação da área envolvente ao edifício da ArtesanalPesca, SA.
- Substituição das escadas do Cais 4
- Repavimentação do cais de descarga da DocaPesca, SA, que incluiu ainda a substituição das escadas do cais de descarga,
- Construção de uma caleira técnica e um coletor de águas pluviais na zona dos estaleiros,
- Início do projeto de segurança e controlo dos acessos ao porto, nomeadamente através da aquisição de baias de comando eletrónico para a portaria, nova janela de controlo, e instalação de contentor para o serviço de vigilância, na zona do cais de estacionamento, e a desenvolver em 2016. Foi ainda elaborado um regulamento de acesso ao interior do Porto, atualmente em consulta pública,
- Manutenção na Praia do Ouro do galardão da Bandeira Azul, um emblema que certifica as condições naturais associadas a um conjunto de eficientes infraestruturas e de serviços, nomeadamente na área da segurança, ambiente e lazer,
- Organização de ação de formação em manutenção de passadiços, em parceria com a LINDLEY, para os colaboradores da APSS, extensível aos colaboradores da DocaPesca e do Clube Naval de Sesimbra,
- Acompanhamento ativo, empenhado e participativo dos projetos “Sesimbra é peixe”, com a Autarquia, do “Conselho Municipal das Pescas de Sesimbra”, e do “Cabaz do Peixe”, com as associações de pesca nomeadamente com a AAPCS, bem como a diversas iniciativas do Clube Naval de Sesimbra.

### Praia de Sesimbra galardoada com Bandeira Azul

A Praia do Ouro, no porto de Sesimbra, foi auditada no dia 29 de Maio, pela Agência Portuguesa do Ambiente para a aprovação da Bandeira Azul. O galardão manteve-se por mais um ano na praia sesimbrense, o que constitui um “reconhecimento à fiscalização feita pela Autoridade Portuária de Setúbal e Sesimbra (APSS), tal como as condições de exploração dos equipamentos balneares”, sublinha a APSS.

A cerimónia oficial do hastear da bandeira decorreu, no dia 1 de junho, e contou com a presença do secretário de Estado do Ambiente, Paulo Lemos, do presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Augusto Pólvora, do presidente da Associação Bandeira Azul da Europa, José Archer, do presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Nuno Lacasta, do Capitão do Porto de Setúbal, Luis Jimenez, como também com a presença do diretor da Gestão Patrimonial e do Porto de Sesimbra, Jorge Montalvão.

Rostos, 24 de julho de 2015

### APSS - Porto de Setúbal e Sesimbra Lançamento do «Cabaz do Peixe»

A APSS, e mais particularmente, o Porto de Sesimbra, participaram no lançamento do “Cabaz do Peixe”, que decorreu no dia 27 de julho, em Sesimbra, uma iniciativa da Associação dos Armadores da Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul (AAPCS).

A apresentação contou com as presenças, entre outros, do Secretário de Estado do Mar e de um grupo de entidades que concorrem de forma diversa para a sua conceção e realização, com destaque para o Presidente da Câmara de Sesimbra e para o Presidente do Conselho de Administração da DocaPesca.





## ESTRATÉGIA AMBIENTAL

### Monitorização Ambiental

#### Qualidade da água de consumo

Em complemento da avaliação da entidade distribuidora, a APSS analisa a qualidade da água distribuída nos portos de Setúbal e Sesimbra o que, em 2015, foi feito através do LPQ- Laboratório PróQualidade.

Esta monitorização, feita de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007 e com a Recomendação do IRAR nº 8/2005 referente aos “Procedimentos de amostragem de água para consumo humano em sistemas públicos de abastecimento”, avalia no consumidor final, a conformidade com os parâmetros definidos na legislação mencionada integrando parâmetros organoléticos, microbiológicos e químicos, organizados em tipologias de amostragem designadas por controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, ordenadas de modo crescente de complexidade, e cuja frequência é função do volume de água fornecido.

Neste enquadramento o controlo da qualidade da água de consumo nos portos de Setúbal e Sesimbra foi feita de acordo com o seguinte programa:

Rotina	Porto de Setúbal	Porto de Sesimbra
Controlo de rotina 1	17 amostragens/ano	8 amostragens/ano
Controlo de rotina 2	4 amostragens/ano	2 amostragens/ano
Controlo de inspeção	1 amostragem/ano	1 amostragem/ano

Os resultados obtidos respeitaram os valores paramétricos definidos no DL 306/2007, exceto uma análise pontual em Setúbal, devido a problemas na canalização interna do edifício, prontamente resolvidos.

#### ETAR do Trem Naval

Em 2015 foi dada continuação ao plano de monitorização (autocontrolo) constante da licença de descarga do efluente da ETAR, composto pela avaliação do caudal e de parâmetros do efluente antes e após o tratamento. Foi também implementado o plano de manutenção da ETAR, que consta de uma avaliação do funcionamento dos órgãos de tratamento e de uma limpeza da mesma com remoção das lamas e deposição na ETAR da Mitrena.

Em termos gerais, os valores de descarga encontravam-se abaixo, ou mesmo significativamente abaixo dos valores autorizados, exceto pontualmente no 1º semestre para o parâmetro “Carência Química de Oxigénio” e, no 3º trimestre, para o parâmetro “Sólidos Suspensos Totais”, relativamente aos quais apresentavam desvios pouco significativos.

É de salientar que o parâmetro “óleos e gorduras” apresentou sempre concentrações inferiores a 8 mg/l, consideravelmente abaixo dos limites de emissão (15 mg/l).

#### Caraterização de Sedimentos, Hidrodinâmica e dinâmica estuarina

Em 2015 a Monitorização associada a descritores estuarinos foi efetuada no âmbito do Projeto Técnico de Execução e Estudo de Impacte Ambiental da Melhoria da Acessibilidade Marítima ao porto de Setúbal, tendo sido realizada uma campanha de amostragem para caraterização de sedimentos em profundidade



(cores) e uma campanha de amostragem para a caracterização de sedimentos superficiais através do IPMA-Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Os relatórios destas campanhas demonstraram a tendência que se tem vindo a verificar: largo predomínio de sedimentos de classe 1, ocorrência em pequena percentagem de sedimentos de classe 2, sendo residual ocorrência de sedimentos de classe 3.

### Hidrodinâmica estuarina e dinâmica costeira

Foi elaborado pelo LNEG –Laboratório Nacional de Energia e Geologia,IP, um estudo de caracterização do ambiente deltaico do Estuário do Sado, península de Tróia e praias associadas, assim como da evolução recente das unidades sedimentares, para apoio à caracterização das alternativas de deposição de dragados integradas no projeto em referência.

### Gestão de Resíduos

Em 2015 movimentaram-se nos portos de Setúbal e Sesimbra 200.726 kg de resíduos, distribuídos do seguinte modo:

Tipo de Resíduo	2015	
Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos		
Total de resíduos do PPRGR: 135.936 Kg		
	Valorização (kg)	Eliminação (kg)
Óleos usados	18.669	
Embalagens contaminadas	2.979	
Embalagens de vidro	695	
Absorventes contaminados	1.233	
Filtros de óleo	18.669	
Resid. Sólidos urbanos dos Navios (*)		112.360
Total e % por destino	23.576 (17,34%)	112.360 (82,66%)
Resíduos da atividade da APSS		
Total de resíduos da atividade da APSS: 64.376 kg		
Redes e artes abandonadas	2.260	9.580
Limpeza Sesimbra		22.750
Emb. madeira e plástico	11.840	
Solventes	226	
Resíduos de construção e demolição	12.760	
Outros (resíduos com HC)	4.960	
Total e % por destino	32.460 (49,78%)	32.330 (50,22 %)
Total geral: 200.726 kg		

(\*) Estes resíduos são obrigatoriamente enviados para eliminação, por conterem “restos de cozinha e de mesa de transportes internacionais”.

### **Plano Portuário de Gestão de Resíduos**

É de notar que os resíduos recolhidos no âmbito do Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos nos Portos de Setúbal e Sesimbra, diretamente pela APSS enquanto autoridade portuária, representam 67,7 % do total dos resíduos produzidos por esta entidade.

Este tipo de resíduos, contendo restos de alimentos de transportes internacionais têm obrigatoriamente que ir para eliminação (nos termos do Regulamento (CE) nº 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de outubro de 2009), sendo muito difícil separar na fonte as diferentes tipologias de resíduos produzidos nos navios enquadradas nesta classificação. Essencialmente, devido às diferenças entre os critérios de separação a bordo, de acordo com a Convenção MARPOL, e os critérios de separação tendo em consideração os operadores de gestão de resíduos para onde são encaminhados.

Foram efetuadas 764 recolhas de resíduos sólidos urbanos, totalizando 112,36 ton, o que se traduziu num aumento de 1,35 % face à quantidade de resíduos recolhidos no ano anterior e numa diminuição de 8,6 % face ao número de recolhas efetuadas.

Foi feita a verificação da Declaração de Resíduos dos navios comerciais que utilizaram o Porto de Setúbal e dos procedimentos associados às descargas de resíduos (por amostragem).

Foram implementadas as medidas definidas pela DGAV para o transporte de restos de cozinha e de mesa provenientes de transportes internacionais, nomeadamente, acompanhamento por documento da DGAV, recolha e transporte em contentor separado, identificado e higienizado.

As licenças emitidas no âmbito do Regulamento do exercício da atividade de recolha de resíduos de HC, materiais contaminados com HC e outros produtos perigosos, permitiram faturar 6.007,69 € de proveitos.

### **Outras Atividades de Gestão de Resíduos**

Mantiveram-se os circuitos de recolha seletiva anteriormente implementados, nomeadamente o encaminhamento de óleos usados para a Sogilub–Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda, assim como outros pouco significativos em termos numéricos, mas importantes a nível de boas práticas na gestão de resíduos.

Foram também elaborados Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição para as 9 empreitadas de construção civil a lançar pela APSS. Estas medidas têm como objectivo fomentar, numa lógica de ciclo de vida, uma abordagem que garanta a sustentabilidade ambiental da actividade de construção civil, privilegiando a redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

### **Outras atividades:**

Foram executados os trabalhos da empreitada de **“Requalificação do Sapal a Nascente do Acesso ao Terminal Termitrena – Criação de um Percurso Interpretativo”**, que consta de recuperação ambiental da zona, removendo restos de antigas construções e de resíduos abandonados, melhoria das condições de circulação da água, demarcação de um percurso pedestre e construção de um observatório de aves, zona de descanso/merendas e estacionamento de apoio.

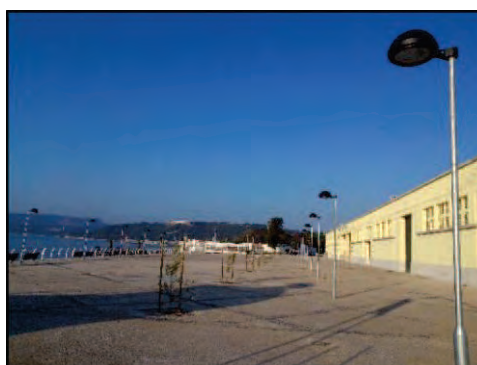
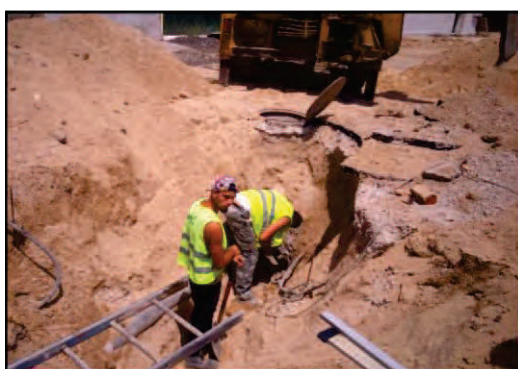
A APSS encontra-se representada nos seguintes órgãos locais:

- Conselho consultivo da Reserva Natural do Estuário do Sado;
- Conselho Consultivo do Parque Natural da Arrábida;
- Comissão Executiva do Plano de Ação para a Salvaguarda e Monitorização da População de Roazes do Estuário do Sado.

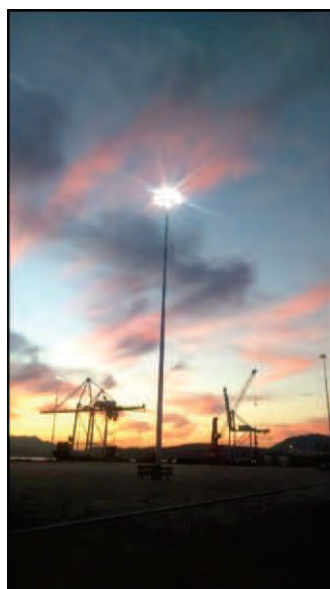
## EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

No âmbito dos trabalhos realizados em 2015 destacam-se os seguintes:

- Elaboração de projeto da rede elétrica e acompanhamento dos trabalhos da empreitada de requalificação do terrapleno do cais 3, no porto de Setúbal;



- Elaboração de projeto da rede elétrica e acompanhamento dos trabalhos da empreitada de reparação da Doca de Recreio das Fontainhas no porto de Setúbal;



- Alteração geral da rede socorrida e quadros elétricos do edifício do CDRN
- Acompanhamento dos trabalhos da empreitada de reformulação da rede de distribuição de energia e da rede de iluminação pública da rua do Clube Naval e Av. Jaime Rebelo, em Setúbal;
- Lançamento da empreitada de reformulação das instalações elétricas do edifício dos pilotos/VTS;
- Lançamento da empreitada de substituição de projetores nas torres de iluminação dos estaleiros navais e zona das oficinas, no porto de Sesimbra;

- Melhoramentos diversos nas redes de distribuição de energia em baixa tensão e de iluminação pública;



- De realçar também o lançamento da empreitada de aquisição de uma unidade de tratamento de ar novo no edifício sede e de um sistema VRV no edifício do centro de formação portuária;
- Substituição de unidades de climatização do tipo Split, contendo gás R22 (duas unidades no edifício pilotos/VTS e uma unidade no edifício de Sesimbra);
- Acompanhamento dos trabalhos da empreitada de reparação das boias de assinalamento marítimo nº 5 e nº 7 do canal Norte boia de reserva de cor verde;



- Lançamento da empreitada de reparação geral das boias de assinalamento marítimo do canal Sul com os nº 8, nº10, nº 12 e nº 14;
- Melhoramento e substituição de lanternas e faróis do sistema de assinalamento marítimo (nº 1 do canal Sul e nº 1, 3, 4, 5 e 7 do canal Norte);

- Continuou em vigor o plano de controlo mensal do estado de funcionamento das armaduras de iluminação pública o que permitiu manter um baixíssimo índice de avarias e cumprir os objetivos operacionais de 2015.
- No âmbito do **Programa ECO-AP** (Programa de Eficiência Energética da Administração Pública), continuaram a ser implementadas as medidas de melhoria aprovadas, abrangendo não só os edifícios mas também a rede de iluminação pública, designadamente a beneficiação geral do sistema de iluminação do edifício sede, CDRN, Trem Naval e delegação de Sesimbra.

## SIG E GESTÃO DE INFORMAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO

- Implementação do SIGAPSS
- Gestão do *software* ESRI
- Gestão dos *sites* de disponibilização e de informação do SIGAPSS
- Apoio à gestão da campanha de dragagens 2015
- Produção de conteúdos para comunicações.
- Apoio ao projeto de Melhoria dos acessos marítimos ao Porto de Setúbal
- Produção de conteúdos sobre obras para o *site* APSS.
- Apoio a atividades de investigação externas (doutoramentos, estudos, etc.).
- Preparação e administração de formação para utilizadores dos *sites* SIG
- Gestão de projetos e desenvolvimento de SI
- Gestão da informação das estações meteorológicas e de agitação
- Planeamento e monitorização da manutenção de equipamentos das estações
- Gestão da plataforma de gestão de informação Aquasafe.

## INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO

Durante o ano, foram realizadas 492 intervenções de manutenção e reabilitação de estruturas, entre as quais se destacam a reparação do tabuleiro das pontes cais 1 e 2 em Sesimbra, o tratamento e pintura das escolas de mergulho em Sesimbra, o tratamento e pinturas das paredes oficinas e alçado norte da Alfândega, conservação da E.E. Sesimbra, selagem das pedras de bordadura entre o Cais 3 e cacifos, a pintura do farol do molhe exterior no Porto de Sesimbra, a substituição dos corrimões das escadas entre o Cais 3 e cacifos, a substituição de flutuadores do passadiço do Trem Naval, a reparação e reforço do pontão norte da doca de Recreio das Fontainhas, a execução de 2 pórticos delimitadores de altura no parque de estacionamento, o tratamento e pintura das entradas e passarelas da Doca dos Pescadores.

## SEGURANÇA MARÍTIMA

- Prestação de serviços de tráfego marítimo pelo Centro de Controlo do Tráfego Marítimo (VTS) do Porto de Setúbal de acordo com a Resolução IMO A.857 (20) “*Guidelines for Vessel Traffic Services*”;
- Realização de várias ações de assessoria técnica internas e externas, e de participação em diversos atos de coordenação com outras entidades e organismos oficiais no âmbito do controlo de tráfego marítimo, da segurança e da proteção marítimo-portuária, da proteção civil municipal, e da prevenção da poluição do mar por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas;
- Respostas a pedidos e marcações de manobras na Janela Única Portuária (JUP) para movimentação de mercadorias perigosas (HAZMAT), realização de trabalhos a bordo, fornecimentos e abastecimentos a navios no porto de Setúbal;



- Gestão da manutenção dos equipamentos e sistemas do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS), de videovigilância, de deteção e combate a incêndios, e de combate à poluição do mar por hidrocarbonetos da APSS;
- Implantação de medidas de autoproteção e planos de segurança internos contra incêndios nos edifícios da APSS em Setúbal e Sesimbra, e participação na elaboração do Plano de Segurança do Operador das Infraestruturas Críticas Nacionais operadas pela Autoridade Portuária;
- Participação ativa no exercício “SETLOG 2015” da Proteção Civil Municipal de Setúbal que decorreu em Azeitão de 22 a 24 de maio de 2015;
- Apoio aos exercícios e ações de formação do FOR-MAR realizadas nas instalações e embarcações atracadas no Trem Naval;
- Participação em ações de combate a derrames acidentais de hidrocarbonetos para as águas portuárias;
- Realização de inspeções de segurança às operações portuárias com mercadorias perigosas, e de diversas ações de fiscalização por via marítima à área de jurisdição da APSS no porto de Setúbal;
- Cedência de recursos humanos e materiais para prestação de serviços multidisciplinares a entidades externas e outras direções da APSS, nomeadamente no âmbito da manutenção da balizagem marítima, operação de equipamentos de elevação, recolha de resíduos sólidos flutuantes e vigilância das amarrações das embarcações anteriormente afetadas ao tráfego fluvial que estão estacionadas na ponte-cais do Trem Naval, na Mitrena.

## SISTEMAS DE GESTÃO – QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

- A Lloyd’s Register Quality Assurance concluiu com sucesso a auditoria de 2º ciclo de Recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade da APSS, S.A., segundo o referencial NP EN ISO 9001:2008, bem como a 1ª auditoria de acompanhamento segundo o referencial ISO 14001:2004, em novembro 2014.



- A APSS, SA obteve ainda em agosto 2015 a aprovação pela *Lloyd’s Register Quality Assurance* da Certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a Norma OSHAS 18001:2007, sendo todas aplicáveis no âmbito da “Exploração económica e desenvolvimento dos portos de Setúbal e Sesimbra, Gestão de Concessões e poderes de Autoridade Portuária, incluindo serviços de Pilotagem e Controlo de Tráfego Marítimo”.
- Realizaram-se vários questionários de Satisfação dos Clientes dirigidos não só a comunidade Portuária local (Agentes de Navegação, Concessionários, Marina e Área Dominial Setúbal e Sesimbra) como também aos Comandantes de Navios que escalaram o nosso porto;

- No âmbito da Segurança e Higiene do Trabalho, foram desenvolvidas diferentes atividades de acompanhamento, avaliação e controlo de riscos profissionais, salientando-se: a realização de “Relatórios de Higiene e Segurança no Trabalho – Análises de Risco” das diferentes instalações e/ou estabelecimentos da autoridade portuária (Edifícios Sede, VTS/ Pilotos, CDRN, Sesimbra, Trem Naval e Oficinas - Carpintaria, Eletricidade, Mecânica, Pedreiros, Pintura e Serralharia); vistorias e elaboração de “Relatórios de Higiene e Segurança no Trabalho – Análises de Risco” de Posto de Trabalho ou Função” (Lota, Doca das Fontainhas/Marina, Administrativo, Canalizador, Carpinteiro, Eletricista, Pintor, Serralheiro, Pilotos, Mestres, Marinheiros, Motoristas e Operadores de Cais e Fiscalização de Concessões e Dominial); a seleção dos Equipamentos de Proteção Individual e outros, a revisão do Regulamento de Fardamentos, a monitorização do Ruído Ocupacional e Qualidade do Ar Interior (edifícios e lanchas); análise de Acidentes de Trabalho e Incidentes, elencando as respetivas medidas corretivas e/ou preventivas; ações de Formação/Sensibilização sobre SHST (Movimentação Manual de Cargas, Sensibilização sobre Ergonomia no Escritório, Utilização de calçado de proteção); e ações de formação e sensibilização aos trabalhadores em diversas áreas como a Sinalização de Segurança Equipamentos de Proteção Individual nas atividades associadas à Pilotagem – mestres, marinheiros, pilotos, motoristas.
  
- Os principais projetos da APSS na área da Inovação em 2015, que estão presentemente em curso, foram os seguintes:
  - a) Parceria e desenvolvimento do projeto EUROPORT, relativo ao conceito da “Sincromodalidade” (promoção da do sincronismo entre modos de transporte) recorrendo à geolocalização satélite dos camiões/comboios, no que concerne o seu estado, local, serviço, atividades e rotas;
  - b) Projeto de Benchmarking-Inovação de Processos, contemplando os portos de Zeebrugge, Bremerhaven e Emden, para adoção das melhores práticas da qualidade, ambiente e segurança nas atuais e futuras áreas do Terminal Ro-Ro Coelho da Mota no porto de Setúbal;
  - c) Conjuntamente com a GLINTT, o porto de Setúbal será objeto de um estudo relacionado com a aplicação diferenciada de taxas aos navios mais eficientes e menos poluidores para a Comissão Europeia, designado *“Study on differentiated port infrastructure charges to promote environmentally friendly maritime transport activities and sustainable transportation”*.

## PROTEÇÃO PORTUÁRIA

### ▪ Exercício de Proteção do Porto SETUBALEX\_2015

As Autoridades Portuária e Marítima do Porto de Setúbal desenvolveram o exercício de proteção do Porto de Setúbal “SETUBALEX\_2015”, envolvendo todos os 11 terminais comerciais deste porto, diversos navios atracados e a navegar até um ferry em plena operação no rio Sado.

O exercício procurou aferir a articulação das diversas Autoridades, dos terminais portuários e dos prestadores de serviços ao simular diversas ameaças que obrigaram à mútua cooperação, tendo sido acionada a implementação de procedimentos de contenção e comunicação ao Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP).

Mobilizaram-se múltiplos meios, inclusive a Autoridade Tributária (Alfândega) fez deslocar o mais moderno meio de inspeção não intrusiva – Scanner até Setúbal. Estas ações são extremamente relevantes na promoção do entrosamento entre entidades, na facilitação da coordenação no terreno, na

identificação da disponibilidade de recursos e da capacidade de intervenção das forças de segurança do porto.

▪ **Participação da APSS no exercício da NATO Trident Juncture 2015**

O Porto de Setúbal participou e serviu de base logística à entrada e saída das viaturas e outros equipamentos e meios militares dos países participantes. O exercício teve como finalidade demonstrar que a NATO tem capacidades para lidar com todos os tipos de ameaças, convencionais ou não convencionais, tendo constituído uma excelente oportunidade para testar a prontidão e a flexibilidade dos meios existentes. O exercício militar decorreu nas regiões de Setúbal e Troia, de 21-10-2015 a 6-11-2015, com a participação de cerca de 6.000 efetivos portugueses, num total de 10.000 militares efetivos de 14 países.

Distrito Online, 23 de julho de 2015

**Porto de Setúbal recebe participantes no exercício da Nato Trident Juncture 2015**



O Porto de Setúbal recebeu, no dia 21 de julho, a visita de participantes no exercício da NATO Trident Juncture 2015, que englobará cerca de quatro dezenas de países e vários milhares de militares. Os visitantes receberam as Boas Vindas no auditório do Edifício Sede da APSS, onde assistiram ao visionamento do vídeo institucional e a uma apresentação do Porto de Setúbal, a que se seguiu uma deslocação aos terminais portuários.

O Porto de Setúbal ficará igualmente ligado a este importante exercício militar já que constituirá a principal plataforma portuária de entrada das viaturas e de outros equipamentos e meios militares dos países participantes.

## GESTÃO DE CONCESSÕES

As principais ações desenvolvidas em 2015 centraram-se:

- Análise dos tarifários das concessões de serviço público, enquadramento da sua atualização e revisão nos termos contratuais e envio para posterior conhecimento e aprovação superior;
- Acompanhamento das concessões e licenças, em particular as de serviço público, através da análise dos objetos contratuais, dos processos de atualização das garantias bancárias do contrato, dos seguros, dos planos de segurança, das movimentações de mercadorias nos respetivos terminais, de indicadores económico-financeiros e de qualidade de serviços, de mapas de pessoal e equipamentos e de questões ambientais, e através da realização de reuniões periódicas, tendo em vista responder aos principais objetivos do sistema de qualidade, e sua sujeição com sucesso às ações de fiscalização e auditoria entretanto realizadas.
- Tratamento da informação, com periodicidade trimestral, para a UTAP (Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos), sob tutela do Ministério das Finanças, no âmbito da análise das Parcerias Público Privadas e Concessões do Setor Empresarial do Estado, com dados dos investimentos previsionais no período das concessões e do registo dos fluxos financeiros entre a concedente e as concessionárias de serviço público;
- Verificação do cumprimento das obrigações das empresas de estiva, reboques e amarrações, nomeadamente toda a documentação relativa aos processos de licenciamento, atualização de tarifários e garantias bancárias;
- Relativamente aos agentes de navegação do porto de Setúbal, foram licenciadas novas agências, canceladas outras que não cumpriam todos os requisitos legais e atualizadas algumas cauções em função do número de navios agenciados pelas respetivas empresas.



## MARKETING E COMUNICAÇÃO

### Ações comerciais

Em 2015, foram desenvolvidas diversas ações de interação com os atuais clientes do porto e de prospecção de clientes potenciais. Deu-se seguimento ao plano de acompanhamento de clientes, especialmente através de contactos com indústrias e operadores de transporte marítimo. Foram efetuados contactos com potenciais clientes na zona da Extremadura espanhola.

### Relacionamento com *stakeholders*

- a) **Comunidade Portuária** - Foi reforçada a ligação e envolvimento da APSS à Comunidade Portuária de Setúbal, através de reuniões regulares e da promoção de iniciativas conjuntas, tendo em vista a reflexão conjunta sobre soluções e oportunidades para o porto e região e a divulgação das vantagens competitivas das infraestruturas logísticas e portuárias de Setúbal.
- b) **Ligação Porto Cidade** - Deu-se continuidade aos projetos em curso com a Câmara Municipal de Setúbal, através de reuniões periódicas dos grupos de trabalho conjuntos, especialmente no processo referente ao estudo sobre uma nova infraestrutura para a náutica de recreio e à sua divulgação junto de investidores. Foram ainda assumidas, em conjunto, iniciativas na área do Turismo Náutico.
- c) **Meio escolar e académico** - a colaboração com o meio académico é vista como uma forma de enriquecimento mútuo, pelo que foram efetuadas várias visitas aos terminais portuários por alunos do ensino secundário e universitário. Esta ligação também tomou forma através da receção de estagiários e da sua possibilidade de participação em atividades da APSS. Receber pessoas com novas ideias e competências tem também reflexos na atividade da empresa.
- d) **Dinamização do Turismo Náutico** - Enquadrado no objetivo de desenvolver o Turismo Náutico em Setúbal, a Semana do Mar Setúbal foi, em 2015, celebrada com um amplo programa de atividades que se desenrolaram ao longo de uma semana, de 20 a 27 de Setembro, mantendo-se o modelo de organização conjunta com a Câmara Municipal de Setúbal, envolvendo ainda a Marinha, a Aporvela e, este ano, contou ainda com a participação empenhada das associações de pesca setubalenses Bivalmar, Setúbal Pesca e Sesibal. A iniciativa mais mediática e que aglutinou mais adesão do público foi, mais uma vez, a presença simultânea, no Cais 2 do Porto de Setúbal, dos três veleiros nacionais, NRP Sagres, que foi visitada por mais de 10.500 pessoas entre alunos das escolas de Setúbal e público em geral.



Do programa fizeram ainda parte as seguintes ações: II Seminário Internacional As Cidades Portuárias e a Relação Porto-Cidade “Oportunidades para o turismo em Setúbal: cruzeiros e marítimo-turística”; Seminário “: Educação, Formação Marítimo-Portuária e Empregabilidade”; Batismos de mar; Regata de Cruzeiros; Veleiros ao Luar; Exposição: “Tradições da Pesca e Circuito

do Pescado”; Visitas guiadas: “Conversas sobre as artes de pesca” e “Simulação da Pesagem e Primeira Venda de Pescado”; Viagens com instruendos na Sagres, Creoula e Vera Cruz.

A APSS apoiou o evento “Regatas do Sado”, uma organização do Clube de Vela do Sado e da Marina de Troia, que consiste num conjunto de regatas mensais que decorreram durante todo o ano de 2015, na Baía de Setúbal, com um total de inscrições que atingiram mais de setenta veleiros.

- e) **Ações de Divulgação** - Foram realizadas múltiplas ações de divulgação da oferta de serviços logístico-portuários do Porto de Setúbal junto dos diversos públicos, especialmente através de ferramentas de marketing digital. Foram ainda apoiadas diversas iniciativas do setor marítimo portuário, das quais resultaram contrapartidas para a divulgação dos portos de Setúbal e Sesimbra, através da apresentação de comunicações direcionadas e de expositores informativos.

- f) **Comunicação interna** - Dando continuidade a uma estratégia de gestão assente na interação entre os responsáveis dos diversos serviços da APSS, bem como no estreitamento de relações de trabalho e reforço do espírito de equipa entre os colaboradores, realizou-se uma sessão de trabalho com as chefias de topo e intermédias da empresa, que propiciou a reflexão, em conjunto, sobre o tema “Balanço do ano 2013 e realinhamento de ações para 2014”.

Tendo em vista homenagear, simbolicamente, os colaboradores da APSS e as sucessivas gerações de colaboradores que contribuíram para o desenvolvimento atual do porto e dar a conhecer o porto aos colaboradores e população da região de Setúbal, realizou-se, pela primeira vez, a comemoração do Dia do Porto de Setúbal. Foi realizado um *corporate meetings* para confraternização entre colaboradores incluindo uma oficina com “Construções sobre o porto e o rio” e almoço, que também compreendeu uma vertente solidária. Assinalou-se o Dia Aberto do Porto de Setúbal com visitas guiadas aos terminais portuários para colaboradores e abertas ao público. Ainda nessa ocasião, com o intuito de homenagear o primeiro presidente da APSS, foi feito o descerramento de placa com a nova designação do terminal - “Terminal Ro-Ro Coelho da Mota”.

- g) **Responsabilidade Social** - No âmbito da política de responsabilidade social da APSS, que integra de forma voluntária preocupações sociais e ambientais nas suas atividades, procurando contribuir para a sociedade de forma positiva, tomando em conta, nas decisões que toma, a APSS apoiou a valorização do sítio das Ruínas Romanas de Troia, dada a sua ligação à história do Porto de Setúbal, através da conservação de uma parte da pintura mural da basílica paleocristã.

O Dia Mundial da Criança foi assinalado com um passeio em embarcação local para um grupo de crianças de instituições da região, proporcionam-lhes da oportunidade de conhecerem as belezas da Baía de Setúbal e algumas das atividades desenvolvidas no Porto de Setúbal.

APP, 22 de junho de 2015



**PORTO DE SETÚBAL: DIA DA CRIANÇA ASSINALADO COM PASSEIO MARÍTIMO**

A APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA recebeu a bordo da embarcação “Évora”, durante a manhã do dia 16 de junho, dois grupos de crianças, um do Lati – Centro Comunitário do Bocage e outro de filhos dos colaboradores da APSS, para um passeio pelo rio Sado, inserido nas comemorações do Dia Mundial da Criança.

No âmbito da Responsabilidade Social da APSS, foram ainda apoiadas outras atividades de entidades vocacionadas para a solidariedade social na Região de Setúbal.

#### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010**

Em cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho, que refere que no Relatório e Contas 2015 deverá constar uma secção específica com ações de Publicidade Institucional realizadas pela APSS em 2015. A este propósito, importa referir que o *mix* das ações de comunicação desenvolvidas em 2015 contemplou o recurso a publicidade institucional em órgãos de comunicação social nacional, regional e do sector marítimo-portuário, incluindo órgãos de comunicação *online* e visaram atrair novos investimentos e apresentar o potencial de crescimento dos portos. As ações foram selecionadas e calendarizadas, tendo-se executado o Plano de Media anual não tendo sido ultrapassado o orçamentado.

### **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO-SMART PORT**

Projetos de âmbito nacional:

- **Projeto AnNa**

O projeto AnNa pretendeu dar suporte à diretiva 2010/65/EU, que prevê, entre outros requisitos, o envio em formato uniformizado dos formalismos referentes às entradas e saídas de navios da UE, nomeadamente através dos formulários FAL/OMI. Portugal teve a responsabilidade de implementar os formulários relativos às listas de tripulantes, passageiros e clandestinos. O porto de Setúbal participou ativamente neste projeto, tendo sido o “porto-piloto” que possui a JUP implementada pela J. Canão a testar os formulários (com sucesso) na ligação ao sistema integrado implementado (SPOC), sob a gestão do porto de Sines.

- **Projeto JUL/JUP3**

Em 2015 o porto de Setúbal participou (e continua a participar) no projeto de uniformização das ferramentas de gestão portuária (JUP’s nacionais) com vista à criação de uma única ferramenta, que contemple não só a gestão portuária, como a componente *hinterland* com a implementação dos vários meios de transporte envolvidos (camião e comboio). É um projeto com um horizonte de implementação até 2020 que irá permitir a todos os portos portugueses possuírem a mesma ferramenta para a operação portuária e irá permitir um melhor acompanhamento dos movimentos das mercadorias, tanto na importação como na exportação, agora com a designação de PEGASUS.

- **Projeto CALLSSIBA POCTEP**

Este projeto visa a criação de um corredor logístico contemplando os portos de Lisboa, Setúbal, Sines e a plataforma logística de Badajoz, tendo como objetivo principal a otimização da movimentação de mercadorias entre estes polos, tendo a sua conclusão prevista em 2018.

Projetos Internos:

- **Central Telefónica**

Foi atualizada a telefonia da APSS, S.A., com a aquisição de uma nova central telefónica, esta já com tecnologia IP o que permite uma melhor rentabilização dos recursos informáticos existentes, como ter uma longevidade superior pela sua inovação tecnológica.

- **Processo de certificação**

Foram renovados os conhecimentos internos nas metodologias de gestão dos sistemas de informação, com formação dos técnicos em ITIL.

Iniciou-se o processo de análise dos procedimentos internos com vista à certificação dos serviços de informática, nas normas ISO20000 e ISO27001.

- **Janela Única Dominial**

Este projeto visa a implementação de uma plataforma que permita aos utentes do porto de Setúbal com interesses nos “produtos dominiais”, acederem aos mesmos através de uma aplicação informática e assim acederem aos vários processos existentes na área dominial.

Em 2015 foi feito o levantamento dos vários serviços que a Dominial disponibiliza, e pretende-se no presente ano dar seguimento ao projeto com a sua integração com o SIG.

- **Desmaterialização Processual**

A desmaterialização processual visa a passagem de vários documentos/procedimentos que são efetuados com recurso ao papel, para o formato eletrónico. Iniciou-se este processo com o procedimento de aquisição de bens e serviços (vulgo impresso 52).

- **Gestão Documental**

Este projeto surgiu na necessidade de substituição da ferramenta de registo de correspondência que se encontrava obsoleta. Aliado a este requisito, evoluiu-se para uma segunda fase, que consiste em passar toda a documentação que dá entrada na APSS, para formato eletrónico, passando a circular nesta nova ferramenta.

- **DW – Business Intelligence**

Este projeto visa a agregação de dados com vista à criação de *dashboards* com dados de apoio à gestão e decisão. Em 2015 foi criado um protótipo com dados de interesse à área comercial, estando previsto para o presente ano a evolução desse protótipo e a criação de 2 novos dashboards: um para o CA e outro para a área financeira.

- **Projeto Wireless**

Este projeto consistiu na implementação de sistema de rede *wireless*, permitindo a utilização de dispositivos móveis em vários locais do porto de Setúbal (sede, VTS/Pilotagem, CDRN e Doca das Fontainhas). De realçar a instalação na doca das Fontainhas, disponibilizando um serviço adicional aos seus utentes.

- Iniciada a passagem para a JUP II.

#### 4.RECURSOS HUMANOS

O ano de 2015 registou uma ligeira variação do efetivo resultado da admissão de 2 trabalhadores. As restantes variações não tiveram expressão no total de efetivos pois verificou-se a saída por motivo de licença sem vencimento de 2 trabalhadores e o regresso de licença sem vencimento de 2 trabalhadoras. Ocorreu ainda uma transferência para outra administração portuária de 1 trabalhador que foi substituído por outro admitido mediante cedência de interesse público. Esta rotação dos efetivos traduziu-se num aumento de 2 % do número total de trabalhadores/as.

O quadro seguinte permite uma avaliação mais detalhada dessa evolução por natureza de vínculo.

Unidade: 1 efetivo

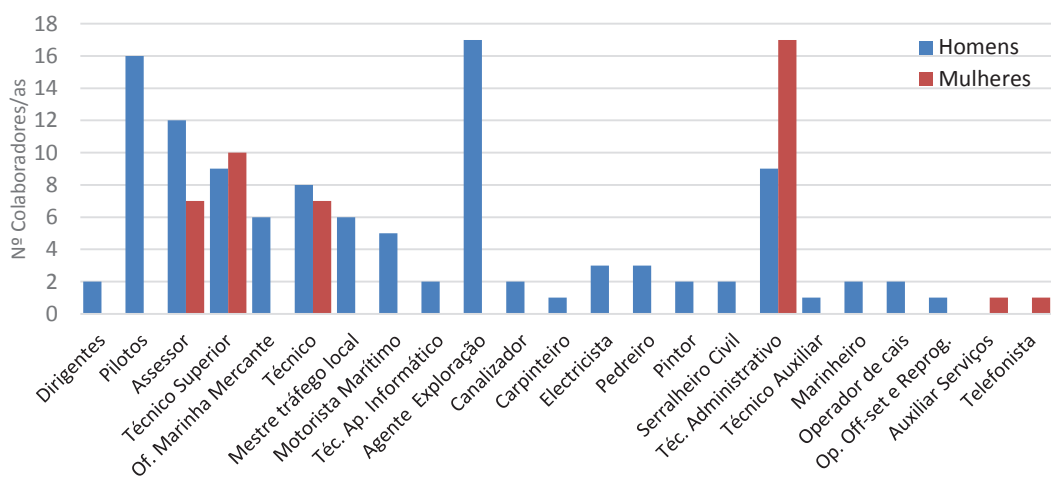
Evolução do Efetivo em 31 dezembro	2013	2014	2015
Efetivo	158	151	153
Homens	115	110	110
Mulheres	43	41	43
Quadro	157	150	151
Homens	114	109	108
Mulheres	43	41	43
Além Quadro	1	1	2
Homens	1	1	2
Mulheres	0	0	0
Efetivo Médio	159	153	152

Fonte: APSS/DRH

##### Distribuição do efetivo de pessoal por funções, carreira profissional e nível de qualificação

Em termos de funções, são as de Apoio Técnico-Administrativo que representam maior relevo na empresa, cerca de 44%, logo seguida da função Navegação e Segurança que representa cerca de 27% e das funções relacionadas com as Obras e o Ambiente, cerca de 16%.

Através dos quadros infra podemos ter uma melhor perceção da distribuição dos colaboradores e colaboradoras por carreira profissional e da evolução da distribuição dos mesmos por níveis de qualificação.



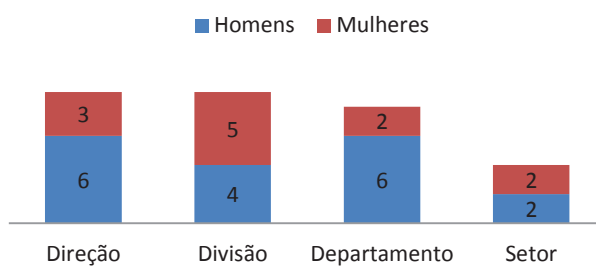
Fonte: APSS/DRH

Unidade: 1 efetivo

Níveis de Qualificação	2013		2014		2015	
	H	M	H	M	H	M
Dirigentes	3	0	2	0	2	0
Quadros Superiores	40	16	41	17	41	17
Quadros Médios	9	10	9	7	9	7
Quadros Intermédios	0	1	0	1	0	1
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados	61	14	53	14	53	16
Profissionais Semiqualeificados	5	0	5	0	5	0
Profissionais não Qualificados	0	2	0	2	0	2

Fonte: APSS/DRH

Os titulares de cargos de direção e chefia representam 19,9% dos colaboradores e colaboradoras da empresa e estão distribuídos pelos seguintes níveis de chefia:

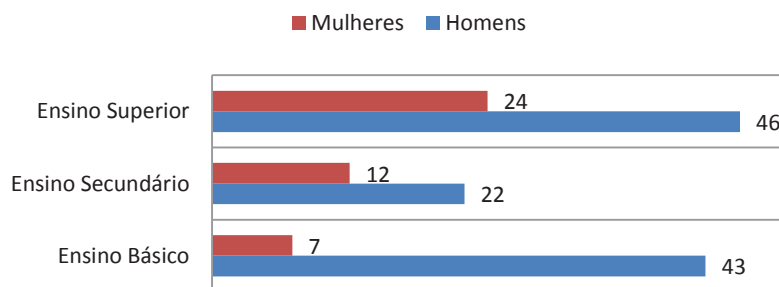


Fonte: APSS/DRH

### Distribuição do efetivo de pessoal por níveis de habilitação

Em 2015 verifica-se que cerca de 33% do efetivo de pessoal da APSS, S.A. possui como habilitações escolares o ensino básico, 22% possui o ensino secundário e 45% possui o ensino superior.

O gráfico infra traduz a distribuição dos efetivos por grau de ensino e género.

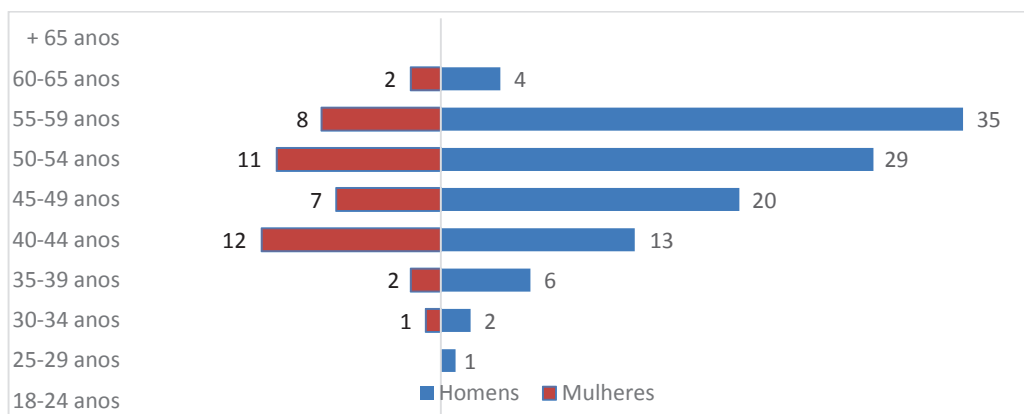


Fonte: APSS/DRH

### Distribuição do efetivo de pessoal por escalões etários e género

A distribuição dos efetivos por género relativamente ao grupo etário revela uma concentração das mulheres nos escalões dos 40 aos 44 anos e 50 aos 54 anos e dos homens dos 55 aos 59 anos de idade, sendo a idade média das mulheres 48 anos e a dos homens 51 anos. Esta diferença prende-se com o facto do setor portuário ter origem numa população essencialmente masculina, as mulheres começaram a ser admitidas posteriormente para assegurar tarefas de apoio técnico-administrativo.

A idade média é de 50 anos.



Fonte: APSS/DRH

### Distribuição do efetivo de pessoal por níveis de antiguidade e género

A antiguidade média é de 20 anos o que representa alguma maturidade do quadro de pessoal, sendo em qualquer dos géneros superior a 15 anos, a das mulheres 19 anos e a dos homens 21 anos.

Unidade: 1 efetivo

Distribuição do efetivo de pessoal por níveis de antiguidade e género	2013		2014		2015	
	H	M	H	M	H	M
Até 1 ano	0	1	1	0	3	0
De 1 a 5 anos	0	0	0	1	0	1
De 6 a 10 anos	21	9	11	4	1	0
De 11 a 15 anos	28	12	27	11	31	12
Mais de 15 anos	66	22	70	25	74	30

Fonte: APSS/DRH

NOTA: Foram considerados apenas os efetivos do quadro

### Evolução do potencial de trabalho utilizado

Em 2015 registou-se uma diminuição de 4,1% face ao número total de horas de trabalho extraordinário ou suplementar relativo ao ano transato, de salientar que 150 horas das 2.188 horas realizadas foram compensadas em tempo de serviço.

As áreas onde o recurso a trabalho extraordinário ou suplementar continua a ser mais relevante são a da Segurança Marítima e Portuária, seguida da Operação Portuária e Fiscalização da Atividade Portuária.

Unidade: Milhares de horas

Evolução do potencial de trabalho utilizado	2013	2014	2015
Trabalho normal	257	251	254
Trabalho suplementar	1,5	2,3	2,2
Horas efetivamente trabalhadas	259	253	256

Fonte: APSS/DRH

### Evolução da produtividade

Unidade: 1 efetivo

Evolução da produtividade	2013	2014	2015
Efetivo médio	159	153	152
VAB (em milhares de euros)	19.651	19.048	18.684
Produtividade média (em milhares de euros)	123	125	123

Fonte: APSS/DRH

### Evolução da taxa de absentismo

A taxa de absentismo manteve-se nos 5,5%, sendo as ausências por doença e por acidente de trabalho as que mais contribuíram para esse facto, consequência de situações de recuperação muito prolongada. No grupo das outras faltas justificadas, destacam-se as relativas ao regime jurídico de proteção da parentalidade, de que beneficiaram duas colaboradoras e um colaborador, num total de 1.305 horas de ausência.

Unidade: Milhares de horas

Evolução da taxa de absentismo	2013	2014	2015
Potencial Máximo de trabalho	273	283	288
Total de horas de ausência	12,0	15,6	15,9
Taxa de absentismo	4,4	5,5	5,5

Fonte: APSS/DRH

Unidade: 1 hora

Evolução das ausências por tipo de falta	2013	2014	2015
Doença	1.912	5.449	6.266
Acidente de Trabalho	6.284	5.432	6.274
Outras faltas justificadas	3.786	4.717	3.381
Faltas injustificadas	14	59	12

Fonte: APSS/DRH



### Evolução da formação profissional

Durante o ano de 2015 realizam-se 28 ações de formação profissional com 225 participantes, algumas transversais abrangendo cerca de 76,5% dos efetivos.

O Centro de Formação Portuária proporcionou a formação interna, 2 ações num total de 413 horas e também a maior parte da formação externa, 371 das 779 horas, que ao ser ministrada nas instalações da APSS, S.A. permitiu formar um grande número de colaboradores e colaboradoras em simultâneo, sem necessidade de os/as deslocar.

As áreas onde a formação foi mais relevante foram as da informática, jurídica, portuária/segurança, obras/ambiente e SHST.

Acresce ainda ao número total de horas de formação, 238 horas respeitantes à dispensa para a frequência de aulas e prestação de provas de avaliação, ao abrigo do Estatuto do Trabalhador Estudante, do qual beneficiam 2 trabalhadoras ambas a frequentar uma pós graduação.

Unidade: 1 efetivo

Evolução da formação profissional por género	2013			2014			2015		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Número de horas	891	285	1176	824	460	1284	776	654	1430
Número de participantes	167	75	242	108	42	150	148	77	225

Fonte: APSS/DRH

No âmbito da prevenção da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), foram realizadas 3 ações que envolveram 39 colaboradores e colaboradoras, durante 121 horas, onde se transmitiram conhecimentos sobre proteção da cabeça – capacete, ruído ocupacional e segurança na indústria da construção, com o objetivo de dotar os/as participantes com as ferramentas necessárias para desenvolverem a sua atividade em segurança.

### Estágios e parcerias

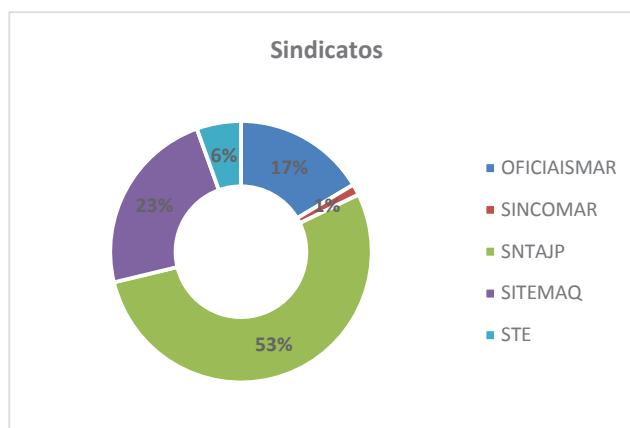
Em 2015 realizaram-se 6 estágios, 2 profissionais nas áreas de Engenharia Civil e Arquitetura, com a duração de 1 ano e 4 curriculares que totalizaram 8,5 meses de acompanhamento. As áreas foram todas distintas, 2 alunos de nível secundário, um de sistemas de informação e outro de secretariado e trabalho administrativo, 1 aluno do Mestrado em Gestão Portuária e uma aluna do curso de Gestão de Distribuição e Logística.

Os estágios foram solicitados por alguns estabelecimentos de ensino do Concelho de Setúbal de nível secundário profissional e superior e ainda por uma escola superior de Lisboa, sempre com o objetivo de proporcionar a aquisição de competências técnicas e sociais relevantes para a respetiva qualificação profissional e integração no mercado de trabalho.

### Relações laborais

No campo das relações laborais registou-se a instauração de 1 processo disciplinar conduzindo a pena de suspensão pelo período de 20 dias.

A taxa de sindicalização registada em 2015 foi de 48%, distribuída por 5 sindicatos, com uma população constituída predominantemente por homens, cerca de 84%, devido à tradição do setor portuário.



As avaliações de desempenho realizadas em 2015 e referentes a 2014 para todos os/as colaboradores/as, com exceção de 30 que exercem cargos de chefia, exibiram predominantemente as menções qualitativas de Bom e Muito Bom.

No ano de 2015 foi celebrado o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que vincula, por um lado, as 6 Administrações Portuárias do Continente: a Administração do Porto de Aveiro, SA, a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA, a Administração do Porto da Figueira da Foz, SA, a Administração do Porto de Lisboa, SA, a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, a Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA e, por outro, todos os/as trabalhadores/as ao seu serviço, independentemente da natureza do respetivo vínculo laboral e regime de segurança social, filiados no Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias.

O referido ACT consagra um conjunto de regras atinentes ao poder disciplinar, à duração e cumprimento do horário de trabalho, à retribuição do trabalho suplementar ou extraordinário, ao regime de férias, faltas e licenças para além da assunção de compromissos em matéria de prestações sociais, avaliação do desempenho e regulamentação interna.

### **Igualdade de género e não discriminação**

A APSS, SA integra desde o primeiro momento o Fórum IGEN- Empresas para a Igualdade- O nosso compromisso, sendo uma das 21 empresas fundadoras.

Em 2015 continuou a sua atividade no grupo de trabalho para a monitorização semestral das medidas e elaboração do relatório anual tendo participado em todas as reuniões realizadas para o efeito além de ter acompanhado o trabalho do Fórum através da participação nas suas reuniões plenárias.

A adesão ao Fórum pressupõe a definição de compromissos de melhoria em matéria de Igualdade de Género os quais deverão dar resposta a necessidades/problemas encontrados quando do diagnóstico realizado na empresa pelo que para o ano de 2015 foi aprovada pelo Conselho de Administração a concessão a todas as mães e todos os pais que prestam a sua atividade na APSS, SA, com filhos/as até à idade de 12 anos, de dispensa de trabalho, sem perda de remuneração, na tarde do dia em que as filhas e/ou filhos comemoram o respetivo aniversário.

Beneficiaram desta medida, em 2015, 7 homens e 6 mulheres.

Procedeu-se igualmente à revisão e atualização do Código de Ética da APSS, SA com vista a eliminar a utilização de linguagem discriminatória e sobretudo para dar maior enfoque aos princípios da igualdade de tratamento e não discriminação, ao direito de informação e igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere à formação, à promoção e progressão na carreira e ao acesso a cargos de direção e chefia e às condições de trabalho e ao repúdio de condutas configuradas como de assédio moral, sexual ou outras atitudes de abuso de poder.

## II. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Tendo presente as orientações para elaboração do relatório de gestão constantes no ofício nº 712, de 12 de fevereiro de 2016, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, procede-se à divulgação de informação relativamente ao cumprimento das seguintes orientações legais:

### 1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Em fevereiro de 2013 foram nomeados os órgãos sociais para o mandato 2013/2015.

Conforme solicitado pelo acionista, foram preparados e enviados os objetivos de gestão para o referido mandato, com vista à assinatura dos contratos de gestão, mensuráveis através de um conjunto de indicadores.

Apesar de até à presente data, os contratos de gestão não terem sido assinados, foram tidos como referência os objetivos propostos para 2015 e que são mensuráveis através dos indicadores apresentados no quadro seguinte:

	PESO DE CADA RUBRICA	2014	2015				QUANTIFICAÇÃO
			OBJETIVOS	REAL	DIFERENÇA	VAR. %	
Volume de Negócios (em milhares de euros) <sup>1</sup>	10,0%	18.535	19.063	19.070	7	0%	10,0%
Margem EBITDA (%) <sup>2</sup>	15,0%	46,0%	39,6%	42,1%	2,5%	6%	15,9%
Resultados Líquidos (em milhares de euros)	20,0%	3.982	3.146	3.701	555	18%	23,5%
ROACE (%) <sup>3</sup>	10,0%	6,7%	5,1%	5,9%	0,8%	16%	11,6%
Movimento de Mercadorias (em milhares de toneladas)	20,0%	8.058	7.915	7.495	-420	-5%	18,9%
Movimento de Mercadorias na Saída (em milhares de toneladas)	10,0%	5.415	5.363	4.768	-595	-11%	8,9%
Eficiência <sup>4</sup>	5,0%	1,31	1,69	1,54	0,15	9%	5,5%
PMP (N.º de dias) <sup>5</sup>	8,0%	49	40	54	-14	-35%	5,9%
Grau de Cumprimento do Plano de Investimentos (%) <sup>6</sup>	2,0%	31%	100%	83%	-17%	-17%	1,7%
							<b>101,9%</b>

<sup>1</sup> Volume de Negócios = Prestação de Serviços + Rendimentos Suplementares

<sup>2</sup> Margem EBITDA/Volume de Negócios

<sup>3</sup> ROACE = EBIT/Capital Empregue Médio

<sup>4</sup> Eficiência = Gastos Operacionais/EBITDA

<sup>5</sup> PMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008 e Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril;

<sup>6</sup> Valor do Investimento realizado/valor do investimento orçamentado em Fundos Próprios - corresponde à taxa de realização do investimento orçamentado mas apenas relativamente ao financiado com Fundos Próprios

Assim, no ano de 2015, o nível de execução dos objetivos de gestão atingiu os 101,9%. No entanto, à semelhança dos anos anteriores e conforme previsto no artigo n.º 41 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, em resultado do congelamento, por parte do Acionista, não vai ser pago qualquer prémio ou remuneração variável aos membros do Conselho de Administração.

Tendo presente o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, foram também tidos em consideração, no plano de atividades e orçamento aprovado para o exercício em análise os indicadores financeiros, conforme quadro seguinte:

ÁREA DE ATUAÇÃO	INDICADOR	2014	ORÇ. 2015	2015
EFICIÊNCIA	Custos Operacionais/EBITDA	1,31	1,69	1,54
	Custos com Pessoal/EBITDA	0,91	1,05	0,96
	Taxa de variação dos custos com pessoal	-11,91%	2,35%	-0,77%
	Custos de Aprovisionamento/EBITDA	0,30	0,49	0,44
	Taxa de variação dos custos de aprovisionamento	-6,65%	47,24%	38,71%
COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO	Dívida/Capital Próprio.	0,00	0,00	0,00
	EBITDA/Juros Líquidos	0,00	0,00	0,00
	Período de recuperação do investimento ( <i>Pay back period</i> )	0,18	0,95	0,72
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES	Fornecedores/compras × 365 ( <i>RCM 34/2008, DE 22/2</i> )	49	40	54
	Evolução (dias) face ao ano anterior	0	-9	5
RENTABILIDADE E CRESCIMENTO	EBITDA/Receitas	0,43	0,37	0,39
	Taxa de Crescimento das Receitas	-3,95%	3,19%	3,39%
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO	Resultado Líquido/Capital Investido	0,04	0,03	0,03

Custos de Aprovisionamento = CMVMC+FSE

Dívida = Passivo Remunerado

Capital Investido = Ativo Total Líquido

Acresce que, a APSS, como sociedade anónima pertencente ao Setor Empresarial do Estado (SEE), tem procurado cumprir as orientações de gestão estratégica destinadas à globalidade do SEE, designadamente, através de:

- **Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente, certificado segundo os referenciais NP EN ISO 9001:2008 e NP ISO 14001:2004;**
- **Adoção de uma política de recursos humanos e promoção da igualdade,** reportada no capítulo II do presente relatório, no Relatório de Sustentabilidade e no Relatório Único;
- **Adoção de uma política de inovação e sustentabilidade,** através da integração da JUP (Janela Única Portuária) com a SDS (Sistema de Declaração Sumária) da Alfândega;
- **Plano de atividade e de investimento da empresa** assentes em princípios de equilíbrio económico-financeiro;
- **Relatório de sustentabilidade da empresa,** que avalia o cumprimento dos princípios de sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Manutenção, ao nível do **movimento de mercadorias** no porto de Setúbal, da liderança nacional nos segmentos *roll-on/roll-off* e carga fracionada;
- **Resultados obtidos, quer operacionais, quer líquidos,** sustentados e positivos.

## 2. Gestão do Risco Financeiro e Limites de Endividamento

Desde 2012 que não existe Passivo Remunerado, atendendo a que em janeiro de 2011 a APSS liquidou total e antecipadamente o único empréstimo existente, passando desde essa data a ter um endividamento nulo.

### 3. Prazo Médio de Pagamento a fornecedores e Atrasos nos Pagamentos

De acordo com o definido no nº 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	2015	2014	Var. 2015/2014
<b>Prazo (dias)</b>	<b>54</b>	<b>49</b>	<b>10%</b>

O aumento verificado no PMP resulta, essencialmente, do significativo acréscimo dos valores em dívida a fornecedores, decorrente do aumento do investimento comparativamente com igual período de 2014. A variação relativa do valor médio em dívida no final dos últimos quatro trimestres de 2015 foi superior ao aumento relativo do valor médio do investimento realizado nesse período.

No entanto, é de salientar que os valores em dívida, no final do período em análise, correspondem a faturas que se encontravam ainda dentro do prazo de pagamento contratado.

Considerando para o respetivo cálculo o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006, o prazo médio de pagamentos é conforme se pode verificar no quadro seguinte:

PMP	2015	2014	Var. 2015/2014
<b>Prazo (dias)</b>	<b>65</b>	<b>76</b>	<b>-14%</b>

Atendendo à definição de “Atraso no pagamento”, prevista no Decreto-Lei 65-A/2011, de 17 de maio, considera-se em incumprimento o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	12.580	3.718	12.652	11.439	87.888
Aq. de Capital					
<b>Total</b>	<b>12.580</b>	<b>3.718</b>	<b>12.652</b>	<b>11.439</b>	<b>87.888</b>

(unidade: euros)

No caso das dívidas vencidas, o acréscimo deve-se, essencialmente, ao não pagamento de faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, a qual consideramos ser indevida, tendo sido apresentada uma reclamação junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. Este facto tem igualmente impacto no cálculo do prazo médio de pagamentos, justificando as variações ocorridas ao longo do exercício de 2015.

#### 4. Recomendações do Acionista

As recomendações do Acionista, transmitidas na Assembleia Geral de aprovação de contas de 2014, foram no sentido de:

- promover os meios necessários com vista a dar cumprimento ao prazo médio de pagamentos, de acordo com o estipulado na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;
- proceder à atualização do Código de Ética;
- ajustar a informação constante do Relatório do Governo Societário, nos pontos I.1, I.2 e V.1.

O indicador do prazo médio de pagamento de 2015 foi de 54 dias, superior em 5 dias relativamente ao período homólogo. Ainda que de acordo com a tabela constante do n.º 9 da RCM acima referida, isso signifique que a APSS não cumpriu com o objetivo, tal situação deve-se, por um lado, ao facto do não pagamento de um conjunto de faturas referentes à taxa de saneamento que a APSS considera como indevida e cujo montante continuando a aumentar, tem influenciado negativamente o PMP, bem como do significativo acréscimo dos valores em dívida a fornecedores, decorrente do aumento do investimento. Importa referir que os serviços contratados a terceiros são, por regra, negociados com um prazo de pagamento de 60 dias, o qual é rigorosamente cumprido, sendo esta uma estratégia de tesouraria. Desta forma, o facto de estar em conta-corrente no final do período, tem consequentemente um efeito negativo no prazo médio de pagamentos em virtude da forma de cálculo definida para este indicador, ainda que a empresa cumpra os prazos acordados com os terceiros envolvidos.

O Código de Ética da APSS, aprovado em 2007, foi objeto de uma primeira revisão em maio de 2015 a qual foi divulgada por todos/as os/as colaboradores/as. A revisão em causa para além de ter introduzido a utilização de linguagem neutra e não discriminatória entre homens e mulheres deu maior ênfase ao princípio da igualdade de género ao estabelecer como um dos princípios de conduta o princípio de igualdade de tratamento e de não discriminação no sentido de que todos/as os/as trabalhadores/as da APSS têm igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere à formação, à promoção e acesso na carreira e às condições de trabalho e que se devem abster de qualquer forma de assédio não atuando, nem física nem verbalmente, com o objetivo ou efeito de afetar a dignidade da pessoa ou criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

Após efetuadas as correções indicadas pelo Acionista, e conforme recomendação expressa em ata da Assembleia Geral do dia 5/5/2015, o Relatório do Governo Societário foi novamente publicado nos moldes legais, após obtido o parecer do Órgão de Fiscalização.

## 5. Remunerações

### Dos órgãos sociais

- Mesa da Assembleia Geral**

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
2015-2015	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	500	0	0	0	0
2013-2015	Secretário	Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo	350	350	28	0	322

Nos termos do ponto 8 Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais ao valor da senha de presença acima referido relativa ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012.

- Conselho de Administração**

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2013-2015	Presidente CA	Dr Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha	DUE	22.02.2013	n.a	n.a
2013-2015	Vogal CA	Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	DUE	22.02.2013	n.a	n.a

Membro do CA (Nome)	Acumulação de funções		
	Entidade	Função	Regime
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	ENIDH e IPS	Eq. Prof. Adjunto	Público
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	ISEL	Eq. Prof. Adjunto (até Ago/2015)	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Remuneração mensal bruto (€)			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	Sim	C	4.578	1.831
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	Sim	C	3.663	1.465

**Nota:** EGP-Estatuto do Gestor Público



Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	n.a.	86.070	86.070	9.745	0	76.325
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	n.a.	68.856	68.856	4.675	0	64.181

Nos termos ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório para os órgãos sociais estes não podem auferir efetivamente remuneração que exceda os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, pelo que as remunerações acima são reduzidas não só por efeito do artº 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho mas ainda de modo a se manterem nos valores atribuídos a 1 de Março de 2012.

Membro do CA (Nome)	Subsídio de refeição		Benefícios Sociais					
			Regime Proteção Social		Seguro de saúde	Seguro de vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	4,27	751,52	CGA/ADSE	18.260	165	n.a.	n.a.	n.a.
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	4,27	755,79	CGA/ADSE	15.243	165	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor anual	Observações
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	80	960	12 meses
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	80	960	12 meses

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano de início	Ano de termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações contratuais remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(identificar)			(€)	(€)	(€)
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	S	S	41.418	Aquisição	2005	-	n.a	n.a	n.a

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	458	979	339	1.880	226	

Membro do CA (Nome)	Gastos Anuais Associados a deslocações em serviço (€)				
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras	
				Identificar	Valor
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	289	0	1.787		2.076
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	289	316	1.224		1.829

- Fiscalização**

(unidade: euros)						
Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)	
			Forma	Data		
2013-2015	Presidente	Dra Teresa Isabel Carvalho Costa	DUE	22.02.2013		1.282
2013-2015	Vogal efetiva	Dra. Sara Alexandra Ribeiro S. D. Ambrósio	DUE	22.02.2013		961
2013-2015	Vogal Efetivo	Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC n.º 183	DUE	22.02.2013		1.496
2013-2015	Vogal Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo ROC n.º 903	DUE	22.02.2013		0

Nos termos do ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais aos valores acima referidos foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Dra Teresa Isabel Carvalho Costa	17.947	2.682	0	15.265
Dra. Sara Alexandra Ribeiro S. D. Ambrósio	13.460	2.011	0	11.449
Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC	17.947	2.682	0	15.265
Dr. José Manuel Henriques Bernardo ROC n.º 903	0	0	0	0

## Dos restantes trabalhadores

Por despachos dos senhores Secretário de Estado da Administração Pública e Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações foi considerado não aplicável aos/às trabalhadores/as das administrações portuárias o art.º 27º da LOE 2013, aprovada pela Lei nº 66-B/2013, de 31 de dezembro, em razão da regulamentação internacional específica -e das condicionantes materiais relevantes do trabalho nas administrações portuárias-, segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num decréscimo de receitas, conforme nº 13 do art.º 27º citado.

Considerando que a Lei nº 75/2014, de 12 de setembro – artigo 2º, nº 12 contém idêntica disposição e que não se haviam alterado as circunstâncias que serviram de razão de decidir conforme os Despachos acima citados entenderam as administrações portuárias não ser de aplicar aos/às seus/as trabalhadores/as as reduções remuneratórias previstas no artº 2º da Lei nº 75/2014, o que nunca foi contrariado pelos senhores Secretário de Estado da Administração Pública e Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

## 6. Estatuto do Gestor Público

Conforme previsto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, os membros do Conselho de Administração não dispõem de cartões de crédito ou outros meios de pagamento da empresa, para realização de despesas ao serviço da mesma, nem são reembolsados de quaisquer despesas com caráter de despesa de representação pessoal.

## 7. Despesas não documentadas

De acordo no disposto no n.º 2 do art.º 16.º do DL 133/2013, de 3 de Outubro, não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas.

## 8. Relatório sobre remunerações pagas a Mulheres e Homens

Considerando que as remunerações dos/as trabalhadores/as constam de tabela aprovada pelo Ministro da tutela, as remunerações pagas a homens e mulheres são exatamente iguais variando apenas em função das diferentes posições nas respetivas carreiras e antiguidade na empresa.

## 9. Contratação Pública

A APSS adota o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as devidas atualizações.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, foi definido um procedimento interno relativo à “Aquisição de bens, serviços e empreitadas”.

Conforme previsto no Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, a empresa deverá prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

Assim, durante o ano de 2015, a APSS efetuou as seguintes adjudicações de prestação de serviços, que se enquadra nos parâmetros atrás referidos, através da plataforma eletrónica Construlink:

- Adjudicação, em 26/02/2015, à empresa *ISS Facility Services*, os serviços de limpeza na área de jurisdição da APSS, SA, para o período de 1 de maio de 2015 a 30 de abril de 2018, no montante de 399.974,04 euros.  
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 16/05/2015, à empresa *EGEO, SA*, os serviços de recolha de RSU's a navios atracados no porto de Setúbal e em áreas de apoio ao transporte marítimo e fluvial, para o período de 1 de junho de 2015 a 31 de maio de 2018, no montante de 180.000 euros.  
O procedimento adotado foi o *Ajuste Direto*, nos termos do art.º 9.º n.º 1 alínea b), alínea ii) e art.º 11.º n.º 1 alínea a) e alínea b) da alínea v) do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

- Adjudicação, em 25/05/2015, à empresa *Gás Natural Comercializadora, SA*, o fornecimento de energia elétrica em M.T e B.T.E, para o período de 1 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, no montante de 427.514,89 euros.  
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

Durante o ano de 2015 não foram celebrados contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

## **10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção**

De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 46.º do DL 133/2013, de 3 de outubro, foi elaborado e divulgado o Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

## **11. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

A APSS procedeu à adesão, de forma voluntária, à Agência Nacional de Compras Públicas em 21/01/2010. Até à presente data não foram efetuadas aquisições com recurso a este Sistema pelo facto de ser difícil encontrar bens e serviços disponíveis com as características pretendidas ou que respondam às necessidades específicas da APSS ou dos bens a adquirir e/ou prestações a efetuar.

## **12. Frota Automóvel**

A 31/12/2015, a frota da APSS era constituída por 28 viaturas, das quais 8 eram veículos de uso pessoal, devidamente contratualizados e sujeitos a tributação em sede de IRS.

Desde 2007 que não foram feitas aquisições de viaturas, tendo sido alienadas 11 viaturas neste período. No ano de 2013 foram adquiridas 5 viaturas usadas para substituição de viaturas de serviço (unidades móveis de inspeção e apoio operacional) em virtude do desgaste, Kms e custos de manutenção, decorrentes da idade das mesmas (entre 13 e 18 anos).

No ano de 2014 não foram adquiridas viaturas, ainda que dando cumprimento ao previsto no ofício circular n.º 4238 de 1 de julho de 2013, a APSS solicitou autorização à ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP, com conhecimento à DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças para substituição de três viaturas de serviço, através da aquisição de igual número de viaturas. O motivo da substituição é o desgaste, Kms e custos de manutenção destas viaturas de serviço, nomeadamente no que se refere ao único veículo na frota da APSS de caixa aberta/3.500 Kg, já com 14 anos de utilização. No decorrer do ano de 2015 concretizou-se a compra das três viaturas de serviço referidas anteriormente, com o abate das viaturas substituídas, bem como a redução das categorias ao nível da cilindrada.

### 13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

#### EBITDA

No caso de empresas com EBITDA positivo, assegurar, no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, expurgado dos montantes recebidos a título de subsídios à exploração e indemnizações compensatórias, comparativamente ao exercício anterior.

A APSS, no exercício de 2015, evidencia um rácio de 59% superior ao obtido no ano anterior (55%). Esta variação resulta do aumento dos gastos operacionais que não foi compensada com o aumento também verificado ao nível do volume de negócios. Este acréscimo de gastos decorreu da realização de dragagens de manutenção de caráter imprescindível e inadiável, que a não serem realizadas causariam um elevado constrangimento na atividade operacional.

#### Gastos com Comunicações, deslocações e ajudas de custo

Ainda no âmbito da redução de custos foi definido que os valores gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento devem manter-se ao nível dos verificados a 31/12/2014.

No comparativo com o ano anterior, constata-se que em 2015 se cumpriu integralmente as medidas com uma redução ao nível de todas as rubricas referenciadas.

#### Frota Automóvel

Os gastos associados à frota automóvel devem apresentar uma redução comparativamente ao exercício anterior, através da redução do número de veículos e da revisão das respetivas categorias.

Apesar de manter igual número de veículos, em termos de gastos verificou-se um acréscimo de 4,7% (3,9 mil euros), justificado pela maior necessidade de conservação e reparação, tendo em conta a antiguidade da frota, sendo que a grande maioria das viaturas apresenta uma idade média acima dos onze anos.

Desta forma, apresenta-se, através do seguinte quadro, os valores apurados pela empresa:

(unidade: mil euros)											
PRC	META	2015 Exec.	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	2015/2014 Var. Abs.	2015/2014 Var. %	2015/2010 Var. Abs.	2015/2010 Var. %
EBITDA		8.026,04	8.520,72	7.750,38	10.182,68	10.009,48	7.419,26	-494,68	-5,8%	606,78	8,2%
(1) CMVMC											
(2) FSE		3.501,33	2.524,29	2.704,10	2.583,98	2.817,06	3.098,97	977,04	38,7%	402,37	13,0%
(3) Gastos com Pessoal		7.669,57	7.728,98	8.773,56	6.648,35	7.021,46	8.711,25	-59,41	-0,8%	-1.041,68	-12,0%
<b>(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)</b>		<b>11.170,90</b>	<b>10.253,28</b>	<b>11.477,66</b>	<b>9.232,33</b>	<b>9.838,52</b>	<b>11.810,22</b>	<b>917,63</b>	<b>8,9%</b>	<b>-639,32</b>	<b>-5,4%</b>
(5) VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)		19.070,09	18.534,67	19.308,37	19.559,13	20.450,39	20.027,53	535,42	2,9%	-957,43	-4,8%
<b>PESO DOS GASTOS/VN = (4)/(5)</b>		<b>59%</b>	<b>55%</b>	<b>59%</b>	<b>47%</b>	<b>48%</b>	<b>59%</b>				
<b>Lei OE 2015 - Art.º 61 n.º 3</b>											
Comunicações (FSE)	em linha com 2014	80,35	83,24	86,43	89,40	89,24	107,09	-2,89	-3,5%	-26,73	-25,0%
Deslocações/Estadas (FSE)		24,59	29,21	17,46	26,78	53,50	65,40	-4,62	-15,8%	-40,81	-62,4%
Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)		6,84	7,21	5,05	4,29	7,22	12,68	-0,36	-5,0%	-5,84	-46,0%
N.º Trabalhadores		153	151	158	162	167	n.a.	2,00	1,3%	n.a.	n.a.
N.º Efetivos		153	151	158	161	167	n.a.	2,00	1,3%	n.a.	n.a.
N.º Cargos de Direção		31	31	30	31	31	n.a.	0,00	0,0%	n.a.	n.a.
<b>N.º Trabalhadores/Cargos Direção</b>		<b>4,9</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>	<b>5,2</b>	<b>5,4</b>					
<b>Viaturas</b>											
N.º Viaturas	menor que 2014	28	28	28	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,0%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas		87,38	83,45	88,63	n.a.	n.a.	n.a.	3,93	4,7%	n.a.	n.a.

### 14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

De acordo com o previsto no art.º 28.º do DL 133/2013, de 3 de Outubro, e do art.º 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, a APSS solicitou dispensa parcial do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, tendo obtido despacho favorável (Despacho n.º 2058/15-SEATF, de 29 de Dezembro).

Em 05/03/2015, e com referência ao ano de 2014, foi entregue em receita do Estado o montante de 794,86 euros, relativo a juros auferidos em incumprimento da UTE.

## **15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

No exercício de 2015 foi efetuada uma auditoria pelo Tribunal de Contas, à gestão, monitorização e fiscalização de Contratos de Concessão de Serviço Público de movimentação de carga, no âmbito das Administrações Portuárias. Até ao final do ano de 2015, não foram divulgadas as conclusões obtidas pela auditoria em questão.

## **16. Outras Informações**

### **• Deveres Especiais de Informação**

Em cumprimento do artigo 44.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, são remetidos, à DGTF (Direção Geral do Tesouro e Finanças) e à IGF (Inspeção Geral de Finanças), nos prazos oportunos, os planos de atividade e orçamentos anuais e plurianuais, que incluem os planos de investimentos e as fontes de financiamento, os documentos anuais de prestação de contas, que incluem a certificação legal de contas do revisor oficial de contas e o relatório anual do conselho fiscal, bem como os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização. Para além disso, a informação é, ainda, prestada de forma desmaterializada através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

### **• Princípio da Igualdade do Género**

Apesar de ainda não ter elaborado um Plano de Igualdade a APSS adota medidas tendentes a eliminar as discriminações entre homens e mulheres e a permitir a conciliação da vida, pessoal, familiar e profissional. Para além de proporcionar a todas as mães e todos os pais que o requeiram horários flexíveis e/ou ajustados às necessidades de prestar apoio aos filhos e filhas menores a empresa dispensa os/as seus/as colaboradores, com filhos e/ou filhas até à idade de 12 anos, na tarde do dia em que estes/as comemoram o respetivo aniversário.

Todos/as os/as colaboradores/as dispõem ainda da possibilidade de usarem até 7 ou 8 horas por mês, consoante a duração do respetivo período normal de trabalho diário, sem necessidade de justificação, para tratarem de assuntos de natureza pessoal e familiar.

Por outro lado, a empresa tem vindo progressivamente a rever os seus documentos internos no sentido de introduzir uma linguagem neutra e não discriminatória.

Destaca-se ainda a atribuição aos/às trabalhadores/as, por ocasião do nascimento dos/as seus/suas filhos/as, de uma ajuda pecuniária para aquisição de um bem útil, destinado à criança e a criação do “Banco de livros escolares da APSS, SA” com o objetivo de Incentivar a troca/cedência de livros escolares entre os colaboradores e colaboradoras, criar nos alunos e alunas o respeito pelo livro, contribuir para um melhor ambiente, fazendo uma gestão mais proveitosa do papel e permitir às filhas e filhos dos colaboradores e colaboradoras a utilização de livros sem qualquer gasto, contribuindo para a poupança das famílias.

## 17. Quadro relativo à divulgação de informação no site do SEE

Informação a constar no site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data de Atualização	
<b>Estatutos</b>	S	02/05/2013	
<b>Caracterização da Empresa</b>	S	12/03/2010	
<b>Função de tutela e acionista</b>	S	21/08/2013	
<b>Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação dos órgãos sociais</li> <li>- Estatuto remuneratório fixado</li> <li>- Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais</li> <li>- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração</li> <li>- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais</li> </ul>	S	04/06/2015	
<b>Esforço Financeiro Público</b>	S	13/02/2015	
<b>Ficha Síntese</b>	S	04/06/2015	
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	S	04/06/2015	
<b>Princípios de Bom Governo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita</li> <li>- Transações relevantes com entidades relacionadas</li> <li>- Outras transações</li> <li>- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios: <ul style="list-style-type: none"> <li>Económico</li> <li>Social</li> <li>Ambiental</li> </ul> </li> <li>- Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo</li> <li>- Código de Ética</li> </ul>	S	04/06/2015	

## 18. Síntese do cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório	
	S	N	N.A			
<b>Objectivos de Gestão/Planos de atividades e Orçamento:</b>						
Volume de Negócios	X			10,0%	Apesar de até à presente data, os contratos de gestão para o mandato 2013-2015 ainda não terem sido assinados, foram tidos como referência os objetivos propostos para 2015	Cap. II Ponto 1
Margem EBITDA	X			15,9%		
Resultados Líquidos	X			23,5%		
ROACE	X			11,6%		
Movimento de Mercadorias	X			18,9%		
Movimento de Mercadorias na Saída	X			8,9%		
PMP	X			5,9%		
Grau de Cumprimento do Plano de Investimentos	X			1,7%		
Eficiência	X			5,5%		
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>						
Limites de Crescimento do Endividamento			X	0%	Desde janeiro de 2011 que a empresa tem endividamento nulo.	Cap. II Ponto 2
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>						
		X		5 dias	O aumento verificado no PMP resulta, essencialmente, do significativo acréscimo dos valores em dívida a fornecedores, decorrente do aumento do investimento comparativamente com igual período de 2014. A variação relativa do valor médio em dívida no final dos últimos quatro trimestres de 2015 foi superior ao aumento relativo do valor médio do investimento realizado nesse período.	Cap. II Ponto 3
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>						
		X		128.278		
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>						
1 - Promover os meios necessários com vista a dar cumprimento ao prazo médio de pagamentos, de acordo com o estipulado na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro		X		n.a	O não cumprimento deve-se, por um lado, ao facto do não pagamento de um conjunto de faturas referentes à taxa de saneamento que a APSS considera como indevida e cujo montante continuando a aumentar, têm influenciado negativamente o PMP, bem como do significativo acréscimo dos valores em dívida a fornecedores, decorrente do aumento do investimento.	Cap. II Ponto 4
2 - Proceder à atualização do Código de Ética		X			O Código de Ética da APSS, aprovado em 2007, foi objeto de uma primeira revisão em maio de 2015 a qual foi divulgada por todos/as os/as colaboradores/as.	
3 - Ajustes à informação constante do Relatório do Governo Societário nos pontos I.1, I.2 e V.1		X		n.a	Após efetuadas as correções indicadas pelo Acionista, e conforme recomendação expressa em ata da Assembleia Geral do dia 5/5/2015, o Relatório do Governo Societário foi novamente publicado nos moldes legais, após obtido o parecer do Órgão de Fiscalização.	
<b>Remunerações:</b>						
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X				Por Despachos dos Senhores Secretário de Estado da Administração Pública e Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações foi considerado não aplicável aos trabalhadores das administrações portuárias o disposto no art.º 27º da LOE 2013 em razão da regulamentação internacional específica segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num decréscimo de receitas. Considerando que a Lei nº 72/2014, de 12 de setembro contém idêntica previsão legal e que não se haviam alterado as circunstâncias que serviram de fundamento aos citados Despachos foi igualmente afastada a aplicação das reduções remuneratórias em 2015 aos/as trabalhadores/as da APSS, SA e aos membros dos órgãos sociais.	Cap. II Ponto 5
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			21.823		
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória - art.º 75.º da Lei 82-B/2014			X			
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015			X			
Rest.traba. - proib.valorizações remuneratórias - art.º 38.º da Lei 82-B/2014	X					
<b>EGP - artigo 32º</b>						
Não utilização de cartões de crédito	X					Cap. II Ponto 6
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X					
<b>Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16.º do DL n.º 133/2013</b>						
Proibição de realização de despesas não documentadas	X					Cap. II Ponto 7
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>						
Elab. e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens		X			As remunerações dos/as trabalhadores/as constam de tabela aprovada pelo Ministro da tutela, sendo que as remunerações pagas a homens e mulheres são exatamente iguais variando apenas em função das diferentes posições nas respetivas carreiras e antiguidade na empresa.	Cap. II Ponto 8
<b>Contratação Pública</b>						
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X			DL 18/2008, 29/1		Cap. II Ponto 9
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X			
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X			
<b>Prevenção da Corrupção - n.º 1 do art.º 46.º do DL n.º 133/2013</b>						
Elaboração e divulgação do relatório anual	X				<a href="http://www.portodesetubal.pt/files/2016/Relatorio_de_execucao_PGRIC_2014_vfinal_A.pdf">http://www.portodesetubal.pt/files/2016/Relatorio_de_execucao_PGRIC_2014_vfinal_A.pdf</a>	Cap. II Ponto 10
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>						
		X			No exercício de 2015 foi efetuada uma auditoria pelo Tribunal de Contas, à gestão, monitorização e fiscalização de Contratos de Concessão de Serviço Público de movimentação de carga, no âmbito das Administrações Portuárias. Até ao final do ano de 2015, não foram divulgadas as conclusões obtidas pela auditoria em questão.	Cap. II Ponto 15
<b>Parque Automóvel</b>						
N.º de Viaturas		X		0	Faço ao reduzido n.º de viaturas que compõem a frota automóvel da APSS, não se revelou possível a sua redução.	Cap. II Ponto 12
Gastos com viaturas		X		3.932	Em termos de gastos verificou-se um acréscimo de 4,7% (3,9 mil euros), justificado pela maior necessidade de conservação e reparação, tendo em conta a antiguidade da frota.	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)	X	X		Quadro preenchido	i) O rácio Gastos Operacionais/VN foi superior ao obtido no ano anterior. Esta variação resulta do aumento dos gastos operacionais (principalmente decorrente da realização de dragagens de manutenção), que não foi compensado com o aumento do volume de negócios. ii) Os gastos com viaturas registaram um acréscimo de 4,7%, justificado pela maior necessidade de conservação e reparação, devido à antiguidade da frota.	
<b>Redução de trabalhadores (artigo 60º da Lei n.º 82-B/2014)</b>						
Nº de trabalhadores	--	--	--	2 Trabalhadores 1,3%	A admissão dos dois trabalhadores foi precedida de autorização do Ministro da Tutela conforme previsão do artº 58º, nº 3 da LOE para 2015	
Volume de Negócios/N.º de Trabalhadores	--	--	--	1,89€ 1,54%	O acréscimo deste rácio fica a dever-se ao aumento do Volume de Negócios, apesar de se ter aumentado o n.º de trabalhadores.	
Nº de cargos dirigentes		X		0%		
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (art. 125.º Lei 82-B/2014/art. 28.º DL 133/2013)</b>						
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP		X		99%	Dispensa parcial da UTE conforme Despacho n.º 2058/15-SEATF, de 29/12/2015	Cap. II Ponto 14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado		X		795	Data de entrega: 5/3/2015	



### III. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise económico-financeira que a seguir se apresenta tem como base demonstrações financeiras que obedecem ao princípio da comparabilidade entre exercícios.

#### 3.1 Investimentos

No exercício de 2015, a APSS investiu 5,2 milhões de euros em ativos fixos tangíveis e intangíveis, representando 82% do valor de investimento estimado para este exercício (6,3 milhões de euros).

(unidade: mil euros)	
INVESTIMENTO	2015
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	118
Expansão do Terminal Ro-ro para jusante	2.949
Reparação de Infraestruturas no Terminal Roll-on Roll-Off	170
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	14
Rec. e valorização do Sapal e do estuário do Sado e desenv. de um Observatório de Aves	22
Melhoria da Eficiência Energética	80
Equipamento de Transporte	59
Melhoria do Assinalamento Marítimo	7
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	162
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	3
Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	52
Aproveitamento da área líquida junto ao molhe exterior da doca de pesca (passadiços)	430
Ordenamento do porto de Sesimbra	48
Requalificação do terraplino do Cais 3 e rede de esgotos	211
Requalificação da área entre o jardim e o edifício do Cais 3	9
Requalificação da zona nascente da Doca de Recreio das Fontainhas	607
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	9
Outros Investimentos	253
Equipamento Básico	27
Equipamento Administrativo/Informático	56
Trabalhos para a própria Empresa (TPE'S)	74
Projeto AnNA	38
Outros	58
<b>TOTAL</b>	<b>5.201</b>

Nota : Valores c/IVA Pró-Rata Incluído

Os *Trabalhos para a Própria Empresa* sobre os ativos fixos da empresa apresentam alguma relevância no valor global dos investimentos realizados, representando, aproximadamente, 3% do valor do investimento realizado no exercício de 2015.

Reparação de Infraestruturas no Terminal Roll-on Roll-Off	13,09
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	6,94
Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	20,00
Requalificação da área entre o jardim e o edifício do Cais 3	6,59
Requalificação da zona nascente da Doca de Recreio das Fontainhas	27,96
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	1,02
Outros Investimentos	74,32
<b>Trabalhos para a própria empresa</b>	<b>149,92</b>

A cobertura financeira dos investimentos realizados em 2015, foi assegurada por Fundos Próprios gerados pela empresa e por Fundos Comunitários (IFAP/PROMAR), conforme o detalhe seguinte:

(unidade: mil euros)		
<b>COBERTURA FINANCEIRA</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
<b>INTERNOS</b>	<b>5.120,46</b>	<b>98,46%</b>
<b>EXTERNOS</b>		
<b>SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO</b>	<b>80,10</b>	<b>1,54%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.200,56</b>	<b>100,00%</b>

Dos investimentos realizados no exercício de 2015, destacam-se os seguintes:

- **MELHORIA DOS ACESSOS MARÍTIMOS AO PORTO DE SETÚBAL**

Este projeto visa adaptar os acessos marítimos ao porto de Setúbal, colmatando assim o aumento de procura do tráfego contentorizado.

No âmbito deste projeto, e numa primeira fase, foi adjudicada a “*Atualização do Estudo de Mercado e de Viabilidade Económica e Financeira do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal*”, no valor de 38,4 mil euros. Em 2015, foi elaborado o estudo de impacte ambiental e projeto técnico de execução, para obtenção da declaração de impacte ambiental.

- **EXPANSÃO DO TERMINAL RO-RO PARA JUSANTE**

O investimento realizado, em 2015, refere-se à realização da empreitada de execução da Expansão do Terminal Ro-Ro para jusante, cujo montante total ascendeu a 2,95 milhões de euros. Com este investimento, o porto de Setúbal apresenta uma maior área disponível, no sentido de reforçar a sua posição estratégica no que se refere à carga *roll-on roll-off*.

- **REPARAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NO TERMINAL ROLL-ON ROLL-OFF**

Em 2015, no âmbito deste projeto foi adjudicada a empreitada “*Reparação do Viaduto da Cachofarra*”, cujo investimento total ascendeu a 170 mil euros.

- **REQUALIFICAÇÃO DO TERRAPLENO DO CAIS 3 E REDE DE ESGOTOS**

No âmbito do desenvolvimento Porto - Cidade, foi iniciada, em 2015, a empreitada de Requalificação do Terrapleno do Cais 3. Esta empreitada foi adjudicada à empresa Viesa, Lda, pelo valor total de 225 mil euros. Prevê-se a sua conclusão para 2016.

- **APROVEITAMENTO DA ÁREA LÍQUIDA JUNTO AO MOLHE EXTERIOR DA DOCA DE PESCA**

Este projeto visa o ordenamento do interior da doca de pesca através da realocização das embarcações marítimo-turísticas ligadas à pesca desportiva e náutica de recreio. A empreitada foi adjudicada à empresa Seth, Lda, pelo valor de 474 mil euros, sendo co-financiada pelos fundos comunitários do PROMAR.

A sua conclusão está prevista para o 1.º trimestre de 2016.

- **REQUALIFICAÇÃO DA ZONA NASCENTE DA DOCA DE RECREIO DAS FONTAÍNHAS**

Em 2015 foi concluída a empreitada de “Reparação da Doca de Recreio das Fontaínhas”, adjudicada à empresa Irmãos Cavaco, SA, pelo de valor de 562,5 mil euros.

Este investimento foi totalmente suportado por fundos próprios.

### 3.2 Análise Económico-Financeira

O resultado líquido da APSS, no exercício de 2015, atingiu o montante de 3,7 milhões de euros, registando um decréscimo de 7% (-282 mil euros) face ao ano de 2014.

O resultado operacional registou um decréscimo de 543 mil euros face a 2014, sendo a principal justificação do decréscimo dos resultados antes de impostos, tendo em conta o reduzido peso dos resultados financeiros. Após a incidência da carga fiscal, no valor de 1,2 milhões de euros, foi obtido um resultado líquido de 3,7 milhões de euros.

(unidade: mil euros)			
	2015	2014	Var. 15/14
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>23.079,13</b>	<b>22.411,09</b>	<b>3%</b>
Serviços Portuários	6.198,94	5.810,52	7%
Taxas e Licenças	1.935,45	2.055,39	-6%
Concessões	10.120,24	9.909,38	2%
Trabalhos p/Própria Empresa	149,92	113,83	32%
Reversões de Ajustamentos	64,67	29,60	118%
Subsídios à Exploração	12,39	2,11	487%
Outros Rendimentos	1.896,34	1.789,05	6%
Subsídios ao Investimento	2.701,19	2.701,19	0%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>18.284,44</b>	<b>17.073,67</b>	<b>7%</b>
Fornecimentos e Serviços Externos	3.501,33	2.524,29	39%
Gastos com Pessoal	7.669,57	7.728,98	-1%
Depreciações e Amortizações	5.932,53	5.884,49	1%
Perdas de Imparidade	188,03	115,15	63%
Provisões	150,00	0,00	100%
Outros Gastos e Perdas	842,97	820,75	3%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>4.794,70</b>	<b>5.337,42</b>	<b>-10%</b>
<b>Rendimentos e Gastos Financeiros</b>	<b>125,19</b>	<b>136,00</b>	<b>-8%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	125,99	136,00	-7%
Juros e gastos similares suportados	-0,79	0,00	-100%
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>4.919,89</b>	<b>5.473,42</b>	<b>-10%</b>
<b>Imposto sobre o Rendimento</b>	<b>1.219,30</b>	<b>1.491,04</b>	<b>-18%</b>
Imposto Corrente	1.144,37	1.342,83	-15%
Imposto Diferido	74,93	148,22	-49%
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.700,59</b>	<b>3.982,38</b>	<b>-7%</b>

#### *Rendimentos Operacionais*

Os Rendimentos Operacionais, no exercício de 2015, registaram um acréscimo face aos valores obtidos no ano de 2014 (+668 mil euros; +3%), atingindo o montante total de 23 milhões de euros.

Da análise ao quadro a seguir apresentado, constata-se que os Serviços Portuários e as Concessões foram importantes para o acréscimo dos rendimentos da componente operacional, registando, um acréscimo de 3% (+479 mil euros) face a 2014. Esta variação positiva foi, no entanto, atenuada pelo decréscimo de rendimentos provenientes da área dominial, nomeadamente das taxas de ocupação de terraplenos.

O aumento registado nos *Serviços Portuários*, nomeadamente da TUP Navio e Taxa de Pilotagem, resultou da variação positiva da movimentação de navios no porto de Setúbal. Comparativamente com 2014, verificou-se um aumento do número de navios que escalaram o porto de Setúbal em 3,1% (+ 44 navios), bem como um aumento do respetivo GT (*Gross Tonn*).

As Concessões Portuárias apresentam um decréscimo de 1% (-62 mil euros), face a 2015, devido à diminuição da movimentação de mercadorias no porto (-7%; -562.962 ton).

A quebra na movimentação de mercadorias é, parcialmente, justificada pela necessidade de execução de trabalhos de emergência no Terminal da Termitrena, devido ao assoreamento imprevisto do respetivo cais, facto que originou uma significativa quebra de movimentação de carga neste terminal (-42,1%).

	(unidade: mil euros)			
	2015	2014	15/14	%
<b>Serviços Portuários</b>	<b>6.198,94</b>	<b>5.810,52</b>	<b>388,41</b>	<b>7%</b>
TUP Navio	2.950,27	2.790,71	159,56	6%
Taxa Pilotagem	3.092,99	2.894,86	198,13	7%
Outras Taxas Portuárias	155,67	124,95	30,72	25%
<b>Taxas e Licenças</b>	<b>1.935,45</b>	<b>2.055,39</b>	<b>-119,95</b>	<b>-6%</b>
Taxas de Ocupação	1.569,43	1.651,52	-82,09	-5%
Licenças Diversas	90,64	104,82	-14,18	-14%
Náutica de Recreio	275,37	299,05	-23,68	-8%
<b>Concessões</b>	<b>10.120,24</b>	<b>9.909,38</b>	<b>210,86</b>	<b>2%</b>
Concessões Portuárias	8.846,75	8.909,19	-62,44	-1%
Concessões Não-Portuárias	1.273,49	1.000,19	273,30	27%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>18.254,62</b>	<b>17.775,30</b>	<b>479,32</b>	<b>3%</b>

Os rendimentos resultantes das Taxas de Ocupação e Licenças dominiais sofreram um decréscimo de 96 mil euros face a igual período de 2014, devido, essencialmente, à desistência da licença de uso privativo da EDP (Leito de águas) e da parcela de terreno do parque de campismo do Outão. A anulação destas duas licenças, reflete-se numa quebra dos rendimentos dominiais de, aproximadamente, 130 mil euros/ano.

Os rendimentos com a Náutica de Recreio também ficaram abaixo do realizado em 2014 (-8%; -24 mil euros), devido à desistência de alguns lugares de estacionamento da Doca de Recreio das Fontainhas. Devido às obras de reparação em curso na Doca Nascente das Fontainhas, os referidos lugares não foram novamente atribuídos, para que pudessem ser utilizados pelos utentes da referida Doca até conclusão das obras.

Os ganhos com *Concessões* registaram um aumento de 2% (+211 mil euros) face ao exercício de 2014, resultante exclusivamente das Concessões de natureza dominial (não-portuária).

As Concessões Portuárias registaram uma variação negativa de 1% (-62 mil euros), devido, essencialmente, à variação negativa da movimentação portuária em algumas concessões:

- *Concessão Multiusos – Zona 2*, registou um decréscimo da movimentação portuária de 0,2% face a igual período de 2014, no entanto em termos de rendimentos o decréscimo foi de 1,7% (-68 mil euros), devido à atribuição do Incentivo Ferroviário do ano de 2015.
- *Concessão Tanquisado*, que registou uma diminuição dos rendimentos em 15% (-30 mil euros), reflexo da redução na movimentação portuária de 56%.

Em termos globais, as Concessões não Portuárias registaram um acréscimo de 27% (+273 mil euros) comparativamente com o ano de 2014.

As concessões que contribuíram para a referida variação de rendimentos, foram:

- *Concessão Marina Marbella* – No ano de 2014 foi suspensa a faturação referente a esta concessão devido à revogação do respetivo contrato. No entanto, em 2015, após a reavaliação deste processo, foi retomada a faturação, justificando assim a grande variação registada face ao ano anterior.
- *Concessão da Lallemand* - O acréscimo de 8% (+23 mil euros) está relacionada com o aumento da área concessionada.

### **Gastos Operacionais**

Os Gastos Operacionais, no exercício de 2015, atingiram o montante de 18,3 milhões de euros, superiores em 7% (+1,2 milhões de euros) comparativamente com o exercício anterior. Todas as rubricas contribuíram para este acréscimo, com exceção dos “Gastos com Pessoal”, que registou um decréscimo de 1% (-59 mil euros) comparativamente com 2014.

O aumento dos gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos*, relativamente ao ano de 2014, resultou essencialmente das rubricas de *Trabalhos Especializados* (+26%; +105 mil euros) e *Conservação e Reparação* (+361%; +835 mil euros).

Os gastos com *Trabalhos Especializados* subiram face ao ano anterior, embora abaixo do previsto em termos orçamentais, devido à realização de estudos de caráter pontual, levantamentos hidrográficos dos canais de navegação e da aquisição de prestação de serviços de mão-de-obra especializada.

O aumento dos gastos com *Conservação e Reparação* resultou da execução de trabalhos de dragagens de manutenção nos canais de navegação e bacias de manobra e estacionamento. A variação significativa face a 2014, resulta de não ter existido necessidade de se realizarem dragagens de manutenção nesse ano, tendo em conta o estado dos canais de navegação nesse período. Consequentemente, em 2015, tornou-se inadiável a sua realização de forma a não comprometer a operacionalidade do porto.

(unidade: mil euros)				
	2015	2014	15/14	%
Trabalhos Especializados	513,13	408,25	104,88	26%
Vigilância e Segurança	250,67	260,87	-10,20	-4%
Honorários	60,50	33,04	27,46	83%
Conservação e Reparação	1.065,84	231,26	834,58	361%
Eletricidade	408,36	413,21	-4,85	-1%
Combustíveis	141,58	138,17	3,42	2%
Água	496,80	429,35	67,46	16%
Deslocações e Estadas	24,59	29,21	-4,62	-16%
Limpeza/Higiene/Conforto	262,45	234,24	28,22	12%
Outros Fornecimentos e Serviços	277,40	346,72	-69,31	-20%
<b>FSE - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>3.501,33</b>	<b>2.524,29</b>	<b>977,04</b>	<b>39%</b>

Os gastos com pessoal registaram, no exercício de 2015, um decréscimo de 1% (-59 mil euros) face ao ano de 2014, devido, essencialmente, aos encargos sobre remunerações com a ADSE, que desde o início de 2015 deixaram de ser efetuados pela empresa, mantendo-se apenas ao nível do colaborador.

Nos últimos anos tem sido adotada uma política de ajustamento do quadro de pessoal da APSS, verificando-se uma diminuição significativa do efetivo. Em 2015, observa-se uma inversão dessa política, atingindo, a 31 de Dezembro de 2015, o número de 153 efetivos (2014: 151 efetivos). Este aumento de efetivos deve-se exclusivamente à substituição de pessoal com funções de caráter técnico.

Neste exercício verificou-se um ligeiro aumento dos gastos com Depreciações e Amortizações em 1%, resultante da conclusão da execução de alguns investimentos.

Os *Gastos com o Pessoal* e as *Depreciações e Amortizações* continuam a representar um significativo peso na globalidade dos Gastos Operacionais, de respetivamente, 41,9% e 32,4% (2014: 45,2% e 34,5%, respetivamente).

Agrupadas, estas duas rubricas absorveram 58,9% (60,7% em 2014) dos rendimentos operacionais obtidos pela APSS no exercício em análise. Esta variação deve-se ao decréscimo dos gastos com pessoal neste exercício, conjugado com o acréscimo dos rendimentos.

### ***Rendimentos e Gastos Financeiros***

Os resultados de natureza financeira registaram um decréscimo de 8% (-11 mil euros). Com a amortização total antecipada do empréstimo bancário negociado junto do Banco BPI, deixaram de existir gastos desta natureza, pelo que os resultados financeiros obtidos resultam somente dos ganhos com a aplicação dos fundos libertos de tesouraria (à data de 31 de Dezembro de 2015, ascendiam ao montante de 21,7 milhões de euros).

No entanto, estes resultados não foram superiores, em virtude da redução das taxas de juro praticadas pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

**EBITDA**

O indicador EBITDA apresenta um decréscimo de 6% face a igual período de 2014, resultante do significativo aumento dos Gastos Operacionais (+10%), apesar de se verificar também um aumento ao nível dos rendimentos da mesma natureza. Considerando o efeito das Depreciações/Amortizações e dos Subsídios ao Investimento apura-se, no ano de 2015, um EBIT de 4,8 milhões de euros, inferior em 10% ao obtido em 2014.

	(unidade: mil euros)		
	2015	2014	Var. 15/14
Rendimentos Operacionais	20.377,94	19.709,90	3%
Gastos Operacionais	12.351,90	11.189,18	10%
<b>EBITDA</b>	<b>8.026,04</b>	<b>8.520,72</b>	<b>-6%</b>
Depreciações e Amortizações	-5.932,53	-5.884,49	1%
Subsídios ao Investimento	2.701,19	2.701,19	0%
<b>EBIT</b>	<b>4.794,70</b>	<b>5.337,42</b>	<b>-10%</b>

**Meios Libertos Líquidos**

Os meios libertos, numa ótica operacional, registaram uma redução de 0,6% (-46 mil euros) face ao ano de 2014, resultante do decréscimo do Resultado Líquido no ano em análise:

	(unidade: mil euros)	
<b>CASH FLOW</b>	2015	2014
Resultados Líquidos	3.700,59	3.982,38
Depreciações e Amortizações	5.932,53	5.884,49
Provisões e Ajustamentos	273,35	85,55
Subsídios ao Investimento	-2.701,19	-2.701,19
	<b>7.205,29</b>	<b>7.251,22</b>

**VAB – Valor Acrescentado Bruto**

O *Valor Acrescentado Bruto* ascendeu, no exercício em análise, ao montante de 18,7 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 1,9% (-364 mil euros) face ao ano de 2014.

A obtenção de Resultados Operacionais inferiores aos de 2014, em 0,5 milhões de euros, foi preponderante para a redução do VAB.

Com o decréscimo do VAB e do Efetivo Médio, o indicador do VAB *per capita* sofreu um ligeiro decréscimo de 1,3%, situando-se nos 122,92 euros/*per capita*.



(unidade: mil euros)		
	2015	2014
Impostos (s/IVA)	13,00	11,38
Gastos c\ Pessoal	7.669,57	7.728,98
Encargos Financeiros	0,79	0,00
Depreciações e Amortizações	5.932,53	5.884,49
Provisões e Ajustamentos	273,35	85,55
Resultados Operacionais	4.794,70	5.337,42
<b>VAB - VALOR ACRESCENTADO BRUTO</b>	<b>18.683,95</b>	<b>19.047,83</b>
Efetivo Médio	152	153
VAB/Efetivo Médio	122,92	124,50

### Estrutura de Capitais

A evolução da *Estrutura de Capitais da APSS* conforme se pode analisar através do seguinte quadro, registou variações significativas no exercício de 2015:

(unidade: mil euros)				
ESTRUTURA DE CAPITALIS	2015	%	2014	%
<b>Capitais Próprios</b>	82.240,48	73,5%	80.518,81	72,6%
<b>Passivo Não Corrente</b>	23.648,20	21,1%	24.800,71	22,4%
<b>Passivo Corrente</b>	5.999,77	5,4%	5.548,64	5,0%
	<b>111.888,44</b>	<b>100,0%</b>	<b>110.868,16</b>	<b>100,0%</b>

No exercício de 2015, os *Capitais Próprios* da APSS, registaram uma variação positiva de 1,7 milhões de euros, decorrente dos seguintes movimentos:

- Registo de Outras Reservas, no valor de 3,7 milhões de euros;
- Registo de *Reservas não distribuíveis – Concessões*, no valor de 236 mil euros, em consequência da adoção de uma nova política de contabilização dos bens que revertem dos Concessionários (ver Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras).
- Redução do Resultado Líquido, apurado em 2015, no valor de 282 mil euros;
- Reconhecimento dos Subsídios ao Investimento e respetivos ajustamentos: - 1,98 milhões de euros;

A variação da rubrica do *Passivo Não Corrente* (-1,2 milhões de euros) resulta da ocorrência dos seguintes movimentos:

- Reconhecimento, como rendimento do exercício, dos Subsídios ao Investimento e respetivos ajustamentos, no valor de 0,6 milhões de euros;
- Ajustamento para curto prazo, no exercício de 2015, dos rendimentos referentes aos Ativos Fixos Tangíveis – Bens a Reverter das Concessionárias, com base na política de contabilização dos Bens a Reverter das Concessionárias (ver Nota 4 das Notas às Demonstrações Financeiras).

Em termos globais, a estrutura de capitais (próprios e alheios) da APSS sofreu um acréscimo de 1 milhão de euros (+0,92%), comparativamente com o exercício de 2014, devido essencialmente ao facto de não se ter verificado distribuição de dividendos ao acionista, sendo esse montante registado como Reservas de Investimento.

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS		2015	2014
<b>ECONÓMICOS</b>			
<b>VAB\ENCARGOS PESSOAL</b>		243,61	246,45
<b>RENT.CAP.PRÓPRIOS</b>	Res.Líquidos/Cap.Próprios	4,50	4,95
<b>RENT.CAP.TOTAIS</b>	Res.Líquidos/(Cap.Próprios+Passivo)	3,31	3,59
<b>EBIT</b> (em milhares de euros)	Res. Operacionais	4.794,70	5.337,42
<b>EBITDA</b> (em milhares de euros)	Res.Operacionais+Amort.+Ajust.+Provisões	8.026,04	8.520,72
<b>MARGEM EBIT</b>	EBIT/Prest.Serviços	26,27	30,03
<b>MARGEM EBITDA</b>	EBITDA/Prest.Serviços	43,97	47,94
<b>FINANCEIROS</b>			
<b>LIQUIDEZ</b>	(Activo Corrente)/(Passivo Corrente)	4,34	4,37
<b>AUTONOMIA FINANCEIRA</b>	Cap.Próprio/Activo Total Líquido	0,74	0,73
<b>SOLVABILIDADE</b>	Cap.Próprio/Passivo Total	2,77	2,65
<b>COBERTURA DO IMOBILIZADO</b>	Cap.Permanentes/Imob. Líquido	1,24	1,22
<b>PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS (DIAS)</b>		50 d	52 d
<b>PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS</b> (conforme Programa Pagar a Tempo e Horas)		54 d	49 d

A obtenção de Resultados Líquidos e Resultados Operacionais inferiores aos obtidos no período homólogo, refletiu-se numa ligeira diminuição dos valores dos indicadores de natureza económica e financeira

A redução dos Capitais Alheios continua a ser fundamental na melhoria dos Indicadores Financeiros obtidos no ano de 2015, quando comparados com o ano anterior.

No que respeita ao indicador de prazo médio de recebimentos, registou-se uma melhoria no exercício em análise, reduzindo para os 50 dias.

No caso do prazo médio de pagamentos, verificou-se um agravamento, atingindo os 54 dias, devido, essencialmente, ao não pagamento de faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, que se considera ser indevida, tendo sido apresentada uma reclamação junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos.

## IV. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA propõe que a aplicação dos Resultados Líquidos apurados, no montante de 3.700.593,37 euros, seja realizada da seguinte forma:

Aplicação de Resultados Líquidos		2015
		<b>3.700.593,37</b>
Reservas não Distribuíveis - Concessões	255.082,99	
Reserva de Investimento	3.445.510,38	

O valor considerado para Reserva de Investimento é destinado a financiar o investimento em dragagens de primeiro estabelecimento previsto no plano plurianual e no PETI, sem necessidade de recorrer e empréstimos bancários, bem como os restantes investimentos previstos e em curso.

## V. Notas Finais

Nestas notas finais, o Conselho de Administração gostaria de agradecer aos clientes, aos municípios e populações locais e às empresas das Comunidades Portuárias de Setúbal e Sesimbra, autoridades, operadores, armadores, concessionários, pescadores, empresas de turismo, entre muitos outros toda a colaboração e bom relacionamento, em especial o empenho pela excelência dos serviços portuários e pelo apoio aos portos.

Cumpre-nos ainda registar com apreço, a preciosa colaboração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e anotar a forma como tem vindo a ser acompanhada a atividade da APSS pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, na função de Órgãos de Fiscalização da APSS.

Manifestamos, igualmente, o muito apreço aos trabalhadores da APSS e a todos os trabalhadores dos portos de Setúbal e Sesimbra que, com o seu esforço, dedicação e competência, têm contribuído para um funcionamento mais eficaz e eficiente destas infraestruturas de elevado interesse publico, com impacto económico regional e nacional muito relevante.

Finalmente agradecemos em especial a forma como a APSS foi apoiada pela Tutela e pelo Acionista, na sua importante missão.

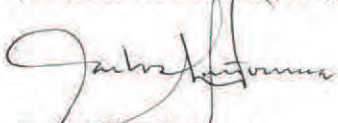
Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, a 10 de março de 2016.

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




Vitor Caldeirinha

(Presidente do Conselho de Administração)



Carlos Seixas da Fonseca

(Administrador)



## VI. Contas do exercício

Unid.: Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	85.462.257	86.232.328
Clientes M/L Prazo	19	0	0
Ativos intangíveis	5	44.791	6.713
Outros ativos financeiros		86	
Ativos por impostos diferidos	8	367.618	363.935
		85.874.752	86.602.977
Ativo corrente			
Clientes	19	2.614.533	2.615.563
Adiantamentos a fornecedores		590	590
Estado e outros entes públicos	22	62.217	34.360
Outras contas a receber	19	95.469	168.658
Diferimentos	21	95.262	101.391
Caixa e depósitos bancários	25	23.145.619	21.344.623
		26.013.691	24.265.185
Total do Ativo		111.888.443	110.868.162
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	9/10	15.100.000	15.100.000
Reservas legais	10	3.190.062	3.190.062
Outras reservas	10	30.347.760	26.601.216
Reservas não distribuíveis - Concessões	10	810.139	574.308
Resultados transitados	10	20.620	20.620
Outras variações no capital próprio	10	29.071.306	31.050.231
		78.539.888	76.536.438
Resultado líquido do período		3.700.593	3.982.376
Total do Capital Próprio		82.240.482	80.518.814
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	490.975	340.975
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	6/16	544.572	582.924
Passivos por impostos diferidos	8	370.076	291.466
Outras Contas a Pagar	20	8.639.208	9.225.312
Diferimentos	21	13.603.365	14.360.032
		23.648.196	24.800.709
Passivo corrente			
Fornecedores	20	857.417	698.891
Estado e outros entes públicos	22	339.777	546.063
Outras contas a pagar	20	2.956.050	2.336.899
Diferimentos	21	1.846.521	1.966.787
		5.999.765	5.548.640
Total do Passivo		29.647.961	30.349.349
Total do Capital Próprio e do Passivo		111.888.443	110.868.162

A Diretora Financeira,

O Conselho de Administração



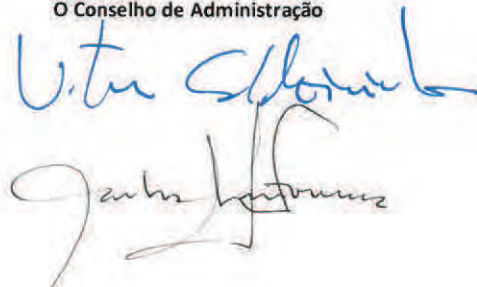
Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unid.: Euros	
		2015	2014
Vendas e Serviços Prestados	27	18.254.624	17.775.299
Subsídios à Exploração		12.390	2.112
Trabalhos para a própria entidade	4	149.918	113.831
Fornecimentos e serviços externos	11	-3.501.332	-2.524.292
Gastos com o pessoal	12	-7.669.571	-7.728.985
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	-123.354	-95.550
Provisões (aumentos/reduções)	6	-150.000	10.000
Outros rendimentos e ganhos	17	1.896.337	1.789.055
Outros gastos e perdas		-842.973	-820.751
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>8.026.039</b>	<b>8.520.719</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-5.932.534	-5.884.492
Subsídios ao Investimento	17/28	2.701.193	2.701.194
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4.794.698</b>	<b>5.337.421</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	18	125.988	136.000
Juros e gastos similares suportados	18	-795	0
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>4.919.891</b>	<b>5.473.421</b>
Imposto sobre o Rendimento - Corrente	7	-1.144.370	-1.342.830
Imposto sobre o Rendimento - Diferido	7/8	-74.928	-148.215
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>3.700.593</b>	<b>3.982.376</b>
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		3.700.593	3.982.376
Interesses Minoritários			
		<b>3.700.593</b>	<b>3.982.376</b>
Resultado por ação básico		1,23	1,32

A Diretora Financeira,



O Conselho de Administração



(unidade: mil euros)			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimento de Clientes		19.609,89	19.821,91
Pagamentos a Fornecedores		3.901,72	3.009,24
Pagamentos ao Pessoal		7.564,32	7.774,97
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>8.143,85</b>	<b>9.037,69</b>
Pagamento/recebimento do Imposto s/Rendimento		1.410,17	843,80
Outros pagamentos/recebimentos		552,00	611,78
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>6.181,69</b>	<b>7.582,12</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		4.582,28	1.232,46
Ativos Intangíveis		1,54	8,07
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
<b>Recebimentos Provenientes de:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		6,40	0,44
Ativos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios de Investimento		80,10	
Juros e Rendimentos Similares		116,63	127,64
Dividendos			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-4.380,69</b>	<b>-1.112,46</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos Provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de Capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e Gastos Similares			
Dividendos			703,96
Reduções de Capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>-703,96</b>
<b>Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>1.801,00</b>	<b>5.765,69</b>
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes do início do período</b>		<b>21.344,62</b>	<b>15.578,93</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>23.145,62</b>	<b>21.344,62</b>



NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Ades (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2014	6	15.100.000	0	0	0	2.849.661	25.050.528	20.620	0	32.223.921	3.404.015	78.648.746
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
	Prima na adição de novo referencial contabilístico											
	Alterações de políticas contabilísticas											
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
	Ajustamentos por impostos diferidos											
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
	10	0	0	0	0	340.402	2.124.996	938.618	0	-1.173.690	-3.404.015	-1.173.690
7	0	0	0	0	340.402	2.124.996	938.618	0	-1.173.690	-3.404.015	-1.173.690	
8												
9-7+8												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578.350												
3.982.376												
2.808.686												
578												

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2015	POSSEÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2015	6	15.100.000	0	0	3.190.062	27.175.524	20.620	0	31.050.231	3.982.376	80.518.814	80.518.814
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
	Primeira adoção de novo referencial contábilístico												0
	Alterações de políticas contábeis												0
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0
	Realização do excedente de revalorização de activo fixos tangíveis e intangíveis												0
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												0
	Ajustamentos por impostos diferidos												0
	Outras alterações recomendadas no capital próprio				0	3.982.376	0	0		-1.978.925	-3.982.376	-1.978.925	-1.978.925
	64	7	0		0	3.982.376	0	0		-1.978.925	-3.982.376	-1.978.925	-1.978.925
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2015	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8									3.700.593	3.700.593	3.700.593
	RESULTADO INTEGRAL	9-7+8									-281.783	1.721.668	1.721.668
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
	Realizações de capital												0
	Realizações de prêmios de emissão												0
	Distribuições						0						0
	Entradas para cobertura de perdas												0
	Outras operações												0
	10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	67+8+10		15.100.000	0	0	3.190.062	31.157.900	20.620	0	25.071.306	3.700.593	82.240.482	82.240.482

Unid.: Euros

## VII. Notas às Demonstrações Financeiras (milhares de Euros)

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

---

A Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (adiante designada por “APSS” ou “Empresa”), foi inicialmente constituída sobre a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de novembro, foi transformada em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa.

A APSS sucedeu assim automática e globalmente à Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à APSS os terrenos, terraplenos e molhes de proteção situados dentro da área de jurisdição da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público, ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Foram desafetados do domínio público do Estado e integrados no património da APSS, todos os equipamentos e edifícios, ainda que implantados sobre terrenos dominiais, afetos à Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público. A Empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Setúbal do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passou também a constituir património da APSS, os imóveis do INPP afetos ao Departamento de Pilotagem de Setúbal.

A APSS assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos dois portos, nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;

- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

Na sua área de jurisdição, só a APSS pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APSS, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente. A APSS terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela proteção do ambiente, no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar, de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o sector marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do acionamento dos processos de concessão ao sector privado das operações e infraestruturas portuárias, com o consequente afastamento da APSS da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de Autoridade Portuária.

Os prazos das concessões são de 10, 20, 25 e 30 anos, conforme o Contrato de Concessão em causa.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 6.501.830,59 Euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 15.100.000,00 Euros (*ver Nota 9*). Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

A Empresa tem sede na Praça da República, em Setúbal.

## **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

As demonstrações financeiras da APSS foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico SNC – Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

---

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### **a) Ativos Fixos Tangíveis**

Os Ativos Fixos Tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados à data de constituição da Empresa (*ver Nota 1*), foram subsequentemente registados com base em avaliação patrimonial efetuada

em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de Dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”. Os bens adquiridos posteriormente à data de constituição da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor e respetivas despesas de compra.

As reparações que se estimam aumentar a vida útil dos bens que lhe estão subjacentes, são registadas em Ativos Fixos Tangíveis; as restantes são registadas em custos do exercício em que são efetuadas.

### Depreciações

Todas as depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir do ano de aquisição do respetivo bem (*Ver Nota 4*).

As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens, as quais se enquadram nos limites previstos no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Edifícios e Outras Construções	2% - 5% - 10%
Equipamento Básico	12,5%
Equipamento Transporte	25%
Equipamento Administrativo	12,5% - 15% - 20% - 25% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 12,5% - 20%

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - BDPE	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Edifícios e Outras Construções	4% - 5% - 8,33% - 10%

### b) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis são constituídos, essencialmente, por projetos de desenvolvimento e encontram-se registados ao custo de aquisição. Os Ativos Intangíveis em Curso referem-se aos projetos em fase de implementação/desenvolvimento.

O método de amortização utilizado para os ativos intangíveis é o das quotas constantes, com efeitos a partir da data de aquisição ou do momento em que se encontram disponíveis para uso.

A taxa de amortização considerada para os Projetos de Desenvolvimento é de 33,33%.

### c) Contas a Receber de Clientes e Outros Devedores

As Contas a receber de Clientes e Outros Devedores são registadas ao justo valor, deduzidas das respetivas perdas de imparidade.

A imparidade das contas a receber foi reconhecida quando se verificou uma evidência objetiva do não recebimento das dívidas.

O valor da perda por imparidade corresponde à totalidade do valor em dívida. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

**d) Subsídios ao investimento**

De acordo com a NCRF 22, os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento de Ativos Fixos Tangíveis, são contabilizados quando existe confirmação do valor a receber, sendo os mesmos registados em Capitais Próprios e posteriormente reconhecidos como proveitos ao longo da vida útil estimada dos bens que lhes estão subjacentes, em consonância com as correspondentes amortizações (*ver Nota 28*). Em 2013, em resultado de um novo entendimento por parte da Comissão de Normalização Contabilística, o reconhecimento dos subsídios ao investimento em Capitais Próprios não gera o reconhecimento de passivos por impostos diferidos, ou seja, como a quantia escriturada dos ativos com que os subsídios se relacionam é igual à base fiscal desse ativo (NCRF 25), não existe qualquer diferença temporária tributável, logo, não há lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos. Contudo, o impacto da tributação futura dos subsídios encontra-se registado na rubrica de Outros Credores (Corrente e Não Corrente), por contrapartida da rubrica de Outras Variações do Capital Próprio (*ver Nota 20*).

**e) Benefícios Pós-Emprego**

- Nos termos do artigo n.º 17 do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, a APSS ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras Administrações, para a manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Decreto-Lei n.º 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex. departamento de pilotagem.  
Para o financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial efetuado anualmente por entidade independente, foi constituída uma provisão, a qual se encontra registada na rubrica de Benefícios Pós-Emprego (*ver Notas 6 e 16*).
- Decorrente de acidentes em serviço que, resultam numa incapacidade permanente absoluta para o exercício das respetivas funções, é determinado pela Caixa Geral de Aposentações o valor anual da pensão vitalícia a pagar aos trabalhadores. Conforme determina o art.º 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, o pagamento de pensões vitalícias é encargo da APSS, por se tratar de um organismo com autonomia administrativa e financeira.  
Com vista à cobertura deste tipo de encargos foi constituída uma provisão, com base no estudo atuarial realizado por entidade independente, que se encontra registada na rubrica de Benefícios Pós-Emprego (*ver Notas 6 e 16*).

A APSS adota como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com pensões de reforma, os critérios consagrados na Norma NCRF 28 – Benefícios dos Empregados. Os ganhos e perdas atuariais são registados na rubrica de Gastos com Pessoal.

**f) Imposto sobre o rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

Para o apuramento dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos, a Empresa adota o disposto na NCRF 25.

**g) Passivos e dispêndios de carácter ambiental**

A empresa adota como política contabilística para o reconhecimento dos dispêndios de carácter ambiental, os critérios consagrados pela norma NCRF 26 (*ver Nota 23*).

**h) Provisões**

São constituídas provisões sempre que a APSS tenha uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação.

**i) Rédito**

O Rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, líquido de impostos e eventuais descontos. O Rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido quando: i) a quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada; ii) seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade; iii) os custos incorridos ou a serem incorridos possam ser mensurados e iv) a Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos e/ou serviços prestados, tendo parte significativa dos riscos e benefícios sido transferidos para o comprador.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras Contas a Pagar ou a Receber”.

**j) Estimativas**

Não existem estimativas significativas passíveis de originar ajustamentos materiais

**l) Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos**

As Administrações Portuárias acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação no momento em que esta se torne certa. A decisão teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística datado de 3 de Janeiro de 2012 e o princípio do custo-benefício na preparação das demonstrações financeiras, em particular a minimização de custos na identificação e mensuração de ativos e a objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

**- Registo contabilístico**

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo



tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 – Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo deverá ser amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

#### - **Mensuração**

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do

CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Foi efetuado um levantamento de todos os contratos de serviço público e de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária cujos bens, adquiridos ou construídos pelo concessionário, reverterem gratuitamente para a APSS no termo dos respetivos contratos de concessão, tendo sido registados aqueles que se enquadravam na política adotada (*ver Nota 4*).

#### 4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

##### 4.1 – Movimentos ocorridos no exercício

(unidade: mil euros)

ATIVOS TANGÍVEIS	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	EQUIP. BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUT.ATIVOS FIXOS	ATIVOS EM CURSO	BDPE - EDIFÍCIOS E OUT. CONST.	TOTAL
<b>1 DE JANEIRO DE 2014</b>								
Valor de Aquisição	35.177,12	2.202,68	713,15	3.922,53	1.859,20	512,61	123.007,75	167.395,03
Depreciações Acumuladas	9.640,99	2.146,21	630,00	3.819,68	1.698,85	0,00	58.647,40	76.583,14
<b>Valor Líquido</b>	<b>25.536,13</b>	<b>56,47</b>	<b>83,15</b>	<b>102,84</b>	<b>160,35</b>	<b>512,61</b>	<b>64.360,35</b>	<b>90.811,90</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>								
Aquisições	77,49	20,15	0,00	82,80	46,81	820,08	257,58	1.304,92
Alienações/Abates	0,00	0,00	0,00	0,95	1,50	0,00	0,00	2,45
Transferências	12,01	535,03	0,00	0,00	0,00	-888,18	341,14	0,00
Depreciação do Exercício	1.270,36	19,39	22,17	64,49	40,82	0,00	4.464,81	5.882,04
<b>VALOR LÍQUIDO A 31/12/ 2014</b>	<b>24.355,28</b>	<b>592,25</b>	<b>60,97</b>	<b>120,20</b>	<b>164,85</b>	<b>444,51</b>	<b>60.494,26</b>	<b>86.232,33</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>								
Valor de Aquisição	35.266,62	2.757,86	713,15	4.004,37	1.904,52	444,51	123.606,47	168.697,51
Depreciações Acumuladas	10.911,35	2.165,61	652,17	3.884,17	1.739,67	0,00	63.112,22	82.465,18
<b>Valor Líquido</b>	<b>24.355,28</b>	<b>592,25</b>	<b>60,97</b>	<b>120,20</b>	<b>164,85</b>	<b>444,51</b>	<b>60.494,26</b>	<b>86.232,33</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>								
<b>Valor Líquido a 1 de Janeiro de 2015</b>	<b>24.355,28</b>	<b>592,25</b>	<b>60,97</b>	<b>120,20</b>	<b>164,85</b>	<b>444,51</b>	<b>60.494,26</b>	<b>86.232,33</b>
Aquisições	69,79	26,58	58,76	60,25	27,58	4.809,04	110,49	5.162,48
Alienações/Abates	70,05	0,00	35,03	3,20	0,00	0,00	0,00	108,28
Transferências	2,46	16,99	0,00	6,87	0,00	-4.411,12	4.384,79	0,00
Depreciação do Exercício	1.191,92	82,64	-2,08	79,58	59,32	0,00	4.412,89	5.824,27
<b>VALOR LÍQUIDO A 31/12/2015</b>	<b>23.165,56</b>	<b>553,19</b>	<b>86,78</b>	<b>104,53</b>	<b>133,11</b>	<b>842,44</b>	<b>60.576,64</b>	<b>85.462,26</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>								
Valor de Aquisição	35.268,83	2.801,43	736,87	4.068,29	1.932,10	842,44	128.101,75	173.751,71
Depreciações Acumuladas	12.103,27	2.248,24	650,09	3.963,76	1.798,98	0,00	67.525,11	88.289,45
<b>Valor Líquido</b>	<b>23.165,56</b>	<b>553,19</b>	<b>86,78</b>	<b>104,53</b>	<b>133,11</b>	<b>842,44</b>	<b>60.576,64</b>	<b>85.462,26</b>

No final do ano de 2015, os Ativos Fixos Tangíveis em Curso totalizavam o valor de 842,44 mil euros, referentes a trabalhos realizados com vista à execução das respetivas empreitadas, cuja conclusão decorrerá ao longo do ano de 2016, respeitam essencialmente aos projetos “Aproveitamento da área líquida junto ao molhe exterior da doca de pesca”, “Requalificação do Terraplino do Cais 3” e “Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal”.

No capítulo 3.1. do Relatório de Gestão, é analisado com maior detalhe as restantes adições do ano.

##### 4.2. Trabalhos para a própria empresa

Os Trabalhos para a própria empresa, que totalizam cerca de 149,9 mil euros a 31 de dezembro de 2015, são realizados sobre os bens do Ativo Fixo e são valorizados de acordo com os gastos de mão-de-obra e materiais utilizados (*ver pag.47 do relatório*).

#### 4.3. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias e/ou outras.

#### 4.4. Bens a Reverter dos Concessionários – Edifícios e Outras Construções

O detalhe das concessões incluídas nas demonstrações financeiras da APSS, resultante da adoção da política contabilística referida na Nota 3., é como se segue:

(unidade: mil euros)			
EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	CONCESSÃO TEPORSET	CONCESSÃO ATLANTIC FERRIES	TOTAL
<b>1 DE JANEIRO DE 2014</b>			
Valor de Aquisição	12.492,58	5.578,70	18.071,27
Depreciações Acumuladas	520,52	874,15	1.394,68
<b>Valor Líquido</b>	<b>11.972,05</b>	<b>4.704,54</b>	<b>16.676,59</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do Exercício	249,85	185,96	435,81
<b>VALOR LÍQUIDO A 31/12/ 2014</b>	<b>11.722,20</b>	<b>4.518,58</b>	<b>16.240,79</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>			
Valor de Aquisição	12.492,58	5.578,70	18.071,27
Depreciações Acumuladas	770,38	1.060,11	1.830,49
<b>Valor Líquido</b>	<b>11.722,20</b>	<b>4.518,58</b>	<b>16.240,79</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>			
<b>Valor Líquido a 1 de Janeiro de 2015</b>	<b>11.722,20</b>	<b>4.518,58</b>	<b>16.240,79</b>
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do Exercício	249,85	185,96	435,81
<b>VALOR LÍQUIDO A 31/12/2015</b>	<b>11.472,35</b>	<b>4.332,63</b>	<b>15.804,98</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>			
Valor de Aquisição	12.492,58	5.578,70	18.071,27
Depreciações Acumuladas	1.020,23	1.246,07	2.266,29
<b>Valor Líquido</b>	<b>11.472,35</b>	<b>4.332,63</b>	<b>15.804,98</b>

Estas duas concessões, Teporset e Atlantic Ferries, foram as únicas que se enquadravam na política contabilística adotada.

Com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 não ocorreram adições de bens reversíveis destas concessões registadas nas contas do concedente.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dos contratos de concessão respetivos:

	CONCESSÃO TEPORSET	CONCESSÃO ATLANTIC FERRIES
Tipo de Concessão	Uso Privativo	Serviço Público
Concessionário	Teporset, SA	Atlantic Ferries, SA
Objeto	Construção e exploração de uma unidade industrial de moagem de clínquer para fabricação de cimento e respectivo cais de uso privativo para recepção por via marítima do clínquer e outros produtos destinados à unidade industrial e expedição por via marítima e terrestre do cimento da sua fabricação.	Transporte Fluvial de passageiros, veículos ligeiros e pesados e de mercadorias, entre Setúbal e a Península de Tróia.
Data de início	01-01-2011	09-10-2007
Prazo	25 anos	15 + 10 anos
Reversão	Gratuita e imediata no final do prazo. Excluem-se instalações desmontáveis.	Gratuita e imediata no final do prazo. Com indemnização os bens que não se encontrem amortizados, desde que a vida útil tenha sido fixada com o acordo da Concedente.
Bens registados	Cais de acostagem	Cais, Pontões e Rampas
Valor inicial	12.493 mil €	5.579 mil €
Vida útil	50 anos	30 anos

De acordo com o contrato com a Atlantic Ferries, o prazo de concessão é de 15 anos com possibilidade de prorrogação de dois períodos de 5 anos cada, por decisão unilateral do concessionário.

Caso a concessionária não opte pela prorrogação de 10 anos, o contrato prevê uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico das embarcações que não se encontrem amortizadas no termo da concessão, na base da vida útil que nos termos da legislação seja aplicável e com o acordo da concedente. As referidas embarcações estão a ser amortizadas pela concessionária no máximo de 25 anos contados desde o início da exploração, conforme previsto e autorizado pela APSS em anexo ao contrato de concessão.

Aquando do registo dos bens desta concessão e tendo por base determinados factos, a APSS assumiu como pressuposto que a concessão será de pelo menos 25 anos, pelo que nas demonstrações financeiras apenas foram registados os cais, pontões e rampas dado que, com base nesse prazo, estes ativos não estarão totalmente amortizados. O suporte desta decisão assenta, entre outros aspetos, no facto de a documentação enviada pela Atlantic Ferries e que serviu de base às negociações, nomeadamente de uma eventual prorrogação do prazo da concessão por cinco períodos de 5 anos, e que decorreram nos últimos dois anos, indicarem como pressuposto base que o prazo da concessão seria de 25 anos (15 anos + 2 períodos de 5 anos), bem como no facto de a concessionária se encontrar a amortizar os bens nesse período.

Caso não se verifiquem os pressupostos assumidos, as demonstrações financeiras a 31/12/2015 teriam como impacto, um aumento do ativo de 15,8 milhões de euros, pelo registo das embarcações, um aumento do passivo não corrente de 9,6 milhões de euros decorrente da indemnização e ainda um aumento dos resultados antes de impostos de 258 mil euros, pelo reconhecimento dos proveitos numa base de 15 anos, dos bens já registados, bem como das embarcações.

Apresenta-se, no quadro seguinte, as restantes concessões que não qualificam para registo de acordo com a política contabilística, conforme motivo aí referido:

Concessão	Concessionária	Data de início	Prazo	Motivo pelo qual os ativos não foram objeto de registo	
<b>Concessões de Serviço Público</b>				Não enquadrável na política definida	Bens totalmente amortizados no final da concessão
Terminal Multiusos Zona 1	Tersado, SA	22-11-2004	20 + 10 anos		X
Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport, SA	22-11-2004	20 + 10 anos		X
Terminal Portuário SAPEC	Sapec Terminais Portuários, SA	30-06-1995	25 anos		X
Terminal de Granéis Líquidos do porto de Setúbal	Sapec Terminais Portuários, SA	12-06-2003	25 anos		X
Marina para apoio à navegação e abrigo portuário de embarcações de recreio, bem como de instalações e serviços de apoio de natureza comercial, turística, cultural e desportiva e de animação a ela afectas	Marina de Tróia, SA	01-08-2008	50 anos	X	
Exploração do porto de pesca de Sesimbra	Docapesca Portos e Lotas, SA	08-07-1994	25 anos		X
Exploração do porto de pesca de Setúbal	Docapesca Portos e Lotas, SA	08-06-1994	25 anos		X
<b>Concessões e Licenças de Uso Privativo</b>					
Terminal Secil-Outão	Secil	18-03-2005	30 anos		X
Terminal Tanquisado/Eco-oil	Tanquisado, S.A. Eco Oil, S.A.	10-12-1992	25 anos		X
Terminal Uralada	Uralada Portugal, SA	01-01-2004	12 anos		X
Terminal Praias do Sado	Almina, SA/EDP, SA/Somincor, SA	01-01-1996	30 anos		X
Direito de Uso Privativo de uma Parcela do Domínio Público do Estado - Edifício Sede	Clube Naval de Sesimbra	13-05-2004	30 anos	X	
Direito de Uso Privativo de uma Parcela do Domínio Público do Estado - Porto de Recreio	Clube Naval de Sesimbra	12-09-2003	30 anos	X	

## 5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

(unidade: mil euros)			
ATIVOS INTANGÍVEIS	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
<b>1 DE JANEIRO DE 2014</b>			
Valor de Aquisição	0,00	0,00	0,00
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	0,00
<b>Valor Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>			
Aquisições	0,00	6,71	6,71
Alienações/Abates	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Depreciação do Exercício	0,00	0,00	0,00
<b>VALOR LÍQUIDO A 31/12/ 2014</b>	<b>0,00</b>	<b>6,71</b>	<b>6,71</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>			
Valor de Aquisição	0,00	6,71	6,71
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	0,00
<b>Valor Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>6,71</b>	<b>6,71</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>			
<b>Valor Líquido a 1 de Janeiro de 2015</b>	<b>0,00</b>	<b>6,71</b>	<b>6,71</b>
Aquisições	0,00	38,08	38,08
Alienações/Abates	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Depreciação do Exercício	0,00	0,00	0,00
<b>VALOR LÍQUIDO A 31/12/2015</b>	<b>0,00</b>	<b>44,79</b>	<b>44,79</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>			
Valor de Aquisição	0,00	44,79	44,79
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	0,00
<b>Valor Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>44,79</b>	<b>44,79</b>

O investimento registado, no presente exercício, como ativo intangível (em curso) diz unicamente respeito ao projeto de investimento AnNA.

O projeto de investimento AnNA (*Advanced National Networks for Administrations*) tem como objetivo o desenvolvimento de um “Master Plan” para a implementação da Diretiva 2010/65/EU, de 20 de Outubro, relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e /ou partida dos portos dos Estados-Membros.

Este projeto de investimento está a ser desenvolvido em colaboração com o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP e as restantes Administrações Portuárias.

## 6. PROVISÕES, PERDAS POR IMPARIDADE E OUTROS

(unidade: mil euros)							
AJUSTAMENTOS	SALDO A 01/01/2014	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO A 31/12/2014	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO A 31/12/2015
DÍVIDAS DE TERCEIROS (Ver Nota 19.)							
Clientes de Cobrança Duvidosa	1.139,59	115,15	19,60	1.235,14	188,03	64,67	1.358,50
Outros Devedores C/P	958,22			958,22			958,22
<b>TOTAL</b>	<b>2.097,81</b>	<b>115,15</b>	<b>19,60</b>	<b>2.193,36</b>	<b>188,03</b>	<b>64,67</b>	<b>2.316,71</b>

(unidade: mil euros)							
PROVISÕES/OUTROS	SALDO A 01/01/2014	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO A 31/12/2014	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO A 31/12/2015
<b>298 - Outras Provisões</b>							
Transado (Custos c/Pessoal)	140,97			140,97			140,97
Processos Judiciais	210,00		10,00	200,00	150,00		350,00
<b>273 - Benefícios Pós-Emprego (Ver Nota 16.)</b>							
Fundo de Aposentações do ex.INPP	466,25	54,86	78,13	442,98	43,85	78,13	408,71
Renda Vitalícia	143,40	10,82	14,27	139,94	10,20	14,27	135,87
<b>TOTAL</b>	<b>960,62</b>	<b>65,68</b>	<b>102,40</b>	<b>923,90</b>	<b>204,05</b>	<b>92,40</b>	<b>1.035,55</b>

### Responsabilidades de Benefícios Pós-Emprego

As responsabilidades de Benefícios Pós-Emprego respeitam:

- encargos associados ao Fundo de Aposentação do ex. INPP da responsabilidade da APSS, quantificados através do Estudo Atuarial, realizado por entidade independente, reportado a 31 de dezembro de 2015.
- responsabilidade com o pagamento de duas pensões vitalícias a trabalhadores, resultante de sinistros ocorridos ao serviço da APSS e, devidamente suportada por um Estudo Atuarial realizado por entidade independente.

### Outras Provisões

Visam cobrir as responsabilidades com os encargos sobre as remunerações em atraso dos ex. Trabalhadores da Transado, SA, existentes à data em que a APSS assumiu a gestão do serviço público da travessia do Sado, em meados de dezembro de 2006.

A provisão, no valor de 350 mil euros, visa cobrir o risco existente no pedido de indemnização relativo a alegadas deficiências de equipamentos de movimentação vertical transferidos pela APSS, em 2004, no âmbito de uma concessão.

## 7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é efetuado com base em declarações de autoliquidação, que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estas podem ser sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. Os prejuízos fiscais apurados até ao exercício de 2009 (inclusive) podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos 6 anos seguintes. Nos anos de 2010 e 2011, a possibilidade de recuperação de prejuízos fiscais é de apenas de 4 anos. Para os anos de 2012 e 2013, o período de dedução dos prejuízos fiscais aumentou para 5 anos. Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos. Esta dedução está limitada a 70% do respetivo lucro tributável. No entanto, a APSS não tem quaisquer prejuízos fiscais por utilizar.

No exercício de 2015, foi apurado imposto corrente no valor de 1.144,37 mil euros. Neste valor está incluída a verba de 11,02 mil euros que corresponde à tributação autónoma apurada pela aplicação, a alguns custos do exercício, das taxas previstas no art.º 88.º do CIRC.

Foi aplicada a taxa de 17% aos primeiros 15 mil euros de matéria coletável (conforme previsto no número 2 do art.º 87 do CIRC alterado pela Lei 2/2014 de 16 de Janeiro) e ao remanescente a taxa de 21% (conforme previsto no número 1 do artigo 87.º do CIRC, redação dada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro).

Para o apuramento das taxas nominal e efetiva do imposto, para além da derrama, também foi tido em conta a derrama estadual de 3% sobre a parte dos lucros tributáveis que excederam os 1,5 milhões de euros, e até ao limite de 7,5 milhões de euros, conforme previsto no art.º 87.º-A do CIRC, redação dada pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro.

A taxa efetiva de imposto, no exercício, é de 24,78%, e encontra-se acima da taxa nominal de 24,51%.

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o resultado tributável e entre o imposto corrente e o imposto do exercício sobre o rendimento é como segue:

(unidade: mil euros)		
RECONCILIAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO	2015	2014
Resultado Antes de Impostos	4.919,89	5.473,42
Variação Patrimonial Positiva		
Variação Patrimonial Negativa		-65,89
Taxa nominal de imposto	24,51%	26,58%
	<b>1.206,05</b>	<b>1.437,57</b>
Diferenças permanentes a acrescentar	154,54	153,58
Diferenças permanentes a deduzir	-227,23	-258,05
Utilização de Imposto Diferido Ativo	40,33	101,11
Reconhecimento de imposto diferido Passivo	78,61	78,61
Reconhecimento de imposto diferido Ativo	-44,02	-31,50
Tributação Autónoma	11,02	9,72
Imposto sobre o Rendimento	<b>1.219,30</b>	<b>1.491,04</b>
Imposto Corrente	1.144,37	1.342,83
Imposto Diferido do Exercício	<b>74,93</b>	<b>148,21</b>

(unidade: mil euros)

2015			
A Acrescer		A Deduzir	
Gastos de benefícios de cessação de emprego	54,05	Pagam. de benefícios de cessação de emprego	92,40
Realizações de utilidade social	12,11	Reversão de perdas de imparidade tributadas	72,22
Menos valias contabilísticas	0,02	Reversão de provisões tributadas	
50% dif. positiva entre mais e menos valias fiscais	2,59	Mais-valias contabilísticas	5,20
Donativos não previstos ou além dos limites legais	0,25	Excesso de Estimativa de Imposto	
IRC e outros impostos sobre os lucros	0,00	Benefícios fiscais	0,48
Concessões ( <i>Amortizações de Bens</i> )	435,81	Concessões ( <i>Rendimentos</i> )	756,67
Perdas por imparidades em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além do limite	125,60		
	630,43		926,97
	24,51%		24,51%
	154,54		227,23

## 8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos nos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

(unidade: mil euros)

ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	Dividas a Receber	Provisões e Outros	1.ª Adopção do SNC	Ajustamentos acima limite legal	TOTAL
<b>Em 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>180,52</b>	<b>201,56</b>	<b>17,46</b>	<b>34,00</b>	<b>433,54</b>
Reconhecimento		16,09		15,41	31,50
Alt. Taxa de Imposto ( <i>de 26,5% para 24,5%</i> )	13,62	15,21		2,39	31,23
Utilização		25,09	17,46	27,33	69,88
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>166,89</b>	<b>177,36</b>	<b>0,00</b>	<b>19,69</b>	<b>363,94</b>
Reconhecimento		13,24		30,77	44,02
Utilização		22,64		17,69	40,33
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>166,89</b>	<b>167,96</b>	<b>0,00</b>	<b>32,77</b>	<b>367,62</b>

A taxa de imposto utilizada, em 2014, para determinação dos impostos diferidos ativos e passivos foi de 26,5%, no entanto, face à alteração da taxa de IRC para 21%, a vigorar em 2015, foi efetuado um ajuste da taxa de imposto para 24,5%. O ajuste efetuado foi refletido nos resultados do exercício.

Em 2015, a taxa de imposto manteve-se inalterada.

Todos os reconhecimentos e/ou utilizações efetuados ao nível dos Ativos Por Impostos Diferidos serão refletidos em termos de resultados.

Os movimentos referentes a Passivos por Impostos Diferidos serão registados na conta 2742 – Passivos por Impostos Diferidos por contrapartida da 8122 – Impostos sobre Rendimento – Diferido.



(unidade: mil euros)	
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	Bens a Reverter dos Concessionários
<b>Em 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>212,86</b>
Reconhecimento	78,61
Utilização	0,00
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>291,47</b>
Reconhecimento	78,61
Utilização	0,00
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>370,08</b>

## 9. CAPITAL SOCIAL

Conforme previsto no artigo 10.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro (*ver Nota 1*), o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 6.501.830,59 euros.

Subsequentemente, o capital passou para 14.000.000,00 euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho n.º 96/2001 da Inspeção-Geral das Finanças.

Em 5 de maio de 2010, por Deliberação Social Unânime por Escrito, foi aprovado o aumento do capital social no valor de 1.100.000 euros, passando o mesmo para 15.100.000,00 euros.

O capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, é detido exclusivamente pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e das Finanças.

O capital social atual, no montante de 15.100.000,00 euros, é constituído por 3.020.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

## 10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

(unidade: mil euros)				
MOVIMENTO RUBRICAS CAPITAL PRÓPRIO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Capital	15.100,00			15.100,00
Reservas Legais	3.190,06	0,00		3.190,06
Outras Reservas	26.601,22	3.746,54		30.347,76
Reservas não distribuíveis	574,31	235,83		810,14
Resultados Transitados	20,62			20,62
Out. Variações do Capital Próprio	31.050,23		1.978,93	29.071,31
Resultados Líquidos	3.982,38	3.700,59	3.982,38	3.700,59

**Reservas Legais**

De acordo com o artigo 17.º dos Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para Reserva Legal, no mínimo 10% do lucro do exercício até que seja atingido pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não se encontra disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar capital ou para compensar prejuízos.

No ano de 2013 foi ultrapassado o valor mínimo de 20% exigido legalmente, pelo que não serão efetuadas mais transferências para Reservas Legais.

**Reservas não distribuíveis**

O valor aqui registado resulta da aplicação da política contabilística conforme situação descrita na Nota 3 l), correspondendo à diferença entre a amortização/depreciação dos ativos tangíveis associados às Concessões e o respetivo rendimento do período (líquido de impostos), incluída nos resultados líquidos anuais, e transferida, no período imediatamente seguinte para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

**Resultados Líquidos**

O Resultado Líquido do Exercício de 2014, conforme deliberação em Assembleia Geral datada de 5 de maio de 2015, foi distribuído da seguinte forma:

(unidade: mil euros)	
DESCRIÇÃO	VALOR
Reservas Legais - 10%	
Outras Reservas - Reserva de Investimento	3.746,54
Reservas não Distribuíveis - Concessões	235,83
Distribuição de Dividendos	
<b>TOTAL</b>	<b>3.982,38</b>

**Outras Variações do Capital Próprio**

Os subsídios ao investimento reconhecidos inicialmente em capital próprio são transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado.

Paralelamente são registados os respetivos ajustamentos dos Subsídios, relacionados com a tributação futura, por contrapartida de Outras Contas a Pagar (*Ver Nota 3 d*)).

**11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

	(unidade: mil euros)	
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Serviços Especializados	1.947,17	1.016,55
Materiais	39,97	35,53
Energia e Flúidos	1.051,81	985,58
Deslocações, Estadas e Transportes	46,47	47,85
Serviços Diversos	415,91	438,77
<b>TOTAIS</b>	<b>3.501,33</b>	<b>2.524,29</b>

O acréscimo registado nesta rubrica resulta, essencialmente, do custo incorrido no ano com dragagens de manutenção.

**12. GASTOS COM PESSOAL**

	(unidade: mil euros)	
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Remunerações dos Órgãos Sociais	192,59	189,72
Remunerações do Pessoal	5.792,93	5.792,57
Benefícios Pós-Emprego	54,68	87,48
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	1.369,49	1.400,87
Seguros Acid. Trabalho e Doenças Prof.	92,96	87,48
Gastos de Acção Social	44,47	43,54
Outros Gastos com Pessoal	122,46	127,33
<b>TOTAIS</b>	<b>7.669,57</b>	<b>7.728,98</b>

A redução dos gastos com pessoal face a 2014 deveu-se, nomeadamente, à eliminação, a partir de 1 de janeiro de 2015, da contribuição mensal da APSS, SA para a ADSE, relativa às remunerações sujeitas a desconto para a CGA, IP dos respetivos trabalhadores beneficiários titulares da ADSE.

**13. SALDOS A PAGAR AO PESSOAL**

	(unidade: mil euros)	
<b>DÉBITOS AO PESSOAL</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Mês de Férias e Subsídio de Férias (Ver Nota 20)	1.010,46	992,52
Indemnizações		
<b>TOTAL</b>	<b>1.010,46</b>	<b>992,52</b>

#### 14. VOLUME DE EMPREGO

À data de 31 de dezembro de 2015, o número de empregados ao serviço da Empresa foi de 153 (2014: 151 empregados) e apresentava a seguinte distribuição:

PESSOAL	APSS
<b>QUADRO</b>	<b>151</b>
Com Contrato Permanente	151
<b>ALÉM QUADRO</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>153</b>

#### 15. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da APSS, SA, para o triénio 2013-2015, foram eleitos pelo Estado através de Deliberação Social Unânime por Escrito, ao abrigo do disposto no nº 1 do artº 54º do Código das Sociedades Comerciais, em 22 de fevereiro de 2013, que também fixou o respetivo estatuto remuneratório, nos termos identificados nos quadros infra:

##### A) Conselho de Administração

Nome/Cargo	(unidade: euros)				
	Remunerações Principais			Remunerações Acessórias	
	Rem. Base (valor mensal)	Subsídio Férias	Subsídio Natal	Desp. Repres. (valor mensal)	Subs. Refeição (valor dia útil)
Vitor Manuel Ramos Caldeirinha, Presidente	4.578,20	4.578,20	4.578,20	1.831,28	4,27
Carlos Manuel Seixas da Fonseca, Administrador	3.662,56	3.662,56	3.662,56	1.465,02	4,27

Nota: A estes valores ilíquidos foram aplicadas as reduções previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho. Mais foi observado o estabelecido no ponto 8 da DUE de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais da APSS, SA

Os membros do Conselho de Administração beneficiam de um seguro de saúde tal como os restantes colaboradores da empresa. Ambos são subscritores da CGA e beneficiários da ADSE.

Para o mandato 2013/2015, não foram assinados os respetivos Contratos de Gestão. No entanto, e conforme solicitado pelo Acionista foram definidos e enviados os Objetivos de Gestão para o referido mandato, mensuráveis através de um conjunto de indicadores. De acordo com o art.º 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no exercício de 2015, não foram pagos quaisquer prémios de gestão ou remunerações variáveis.

Não existem planos complementares de reforma de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração.

## B) Órgãos de Fiscalização

Os estatutos da APSS, SA foram alterados em fevereiro de 2013 competindo a fiscalização da sociedade a um Conselho Fiscal com três membros.

Um dos vogais efetivos e o vogal suplente são obrigatoriamente revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

Nome/Cargo	Rem. Base (mensal)	(unidade: euros)	
		Subsídio Férias	Subsídio Natal
Teresa Isabel Carvalho Costa (Presidente)	1.281,90	1.281,90	1.281,90
Sara Alexandra Ribeiro P. S. Duarte Ambrósio (Vogal)	961,42	961,42	961,42
Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC			

Nota: Foi considerado o disposto no ponto 8 da DUE de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais da APSS, SA

Nome/Cargo	Honorários (s/IVA)	(unidade: euros)	
		Periodicidade	
Pricewaterhousecoopers & Associados - SROC, Lda, Efetivo	3.816,00	Trimestral	
Representada por:			
Efetivo: - José Pereira Alves			
Suplente: - José Manuel Henriques Bernardo			

## C) Mesa da Assembleia Geral

Nome/Cargo	(unidade: euros)	
	Senhas de Presença (por Assemb. Geral)	
Maria de Lurdes P. M. Correia de Castro, Presidente *	500,00	
Pedro Manuel Mota C. Grilo, Secretário	350,00	

\*A Presidente foi eleita em AG de 5 de maio de 2015. Foi considerado o disposto no ponto 8 da DUE de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais da APSS, SA

## 16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### 16.1 - Fundo de Aposentações do ex- INPP

Conforme referido na Nota 3. e), a Empresa é responsável pela manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Decreto-Lei n.º 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex. departamento de pilotagem.

As responsabilidades acumuladas, apuradas no estudo atuarial efetuado por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2015, e os pressupostos utilizados foram os seguintes:

(unidade: mil euros)		
Responsabilidades por Serviços Passados	2015	2014
Saldo Inicial	442,98	466,25
Custo Financeiro	4,04	9,61
(Ganhos) e Perdas Atuariais	39,82	45,25
Pagamentos efetuados no exercício	-78,13	-78,13
<b>Saldo Final</b>	<b>408,71</b>	<b>442,98</b>
Provisão em Balanço (Ver Nota 6.)	408,71	442,98
Percentagem de Cobertura da Provisão	100%	100%
TÁBUAS DE MORTALIDADE	TV 88-90	TV 88-90
TAXA DE DESCONTO	1,20%	1,00%
TAXA DE CRESCIMENTO PENSÕES	1,00%	1,00%

A atualização das responsabilidades futuras da APSS, à data de 31 de dezembro de 2015, foi registada a débito na rubrica de custos com pessoal, pelo seu valor líquido.

### 16.2 – Acidentes de Trabalhos – Pensões Vitalícias

Conforme disposto no art.º 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, os encargos resultantes dos acidentes de serviço são da responsabilidade da APSS (ver Nota 3. e).

No ano de 2012, foi reconhecida uma nova responsabilidade decorrente de um acidente de serviço de um trabalhador da CGA. Assim, à data de 31 de Dezembro de 2015, a APSS é responsável pelo pagamento futuro de duas pensões vitalícias.

O valor da Provisão constituída resulta de estudo atuarial elaborado por entidade independente.

(unidade: mil euros)		
Responsabilidades por Serviços Passados	2015	2014
Saldo Inicial	139,94	143,40
Custo Financeiro	6,97	7,16
(Ganhos) e Perdas Atuariais	3,23	3,66
Pagamentos efetuados no exercício	-14,27	-14,28
<b>Saldo Final</b>	<b>135,87</b>	<b>139,94</b>
Provisão em Balanço (Ver Nota 6.)	135,87	139,94
Percentagem de Cobertura da Provisão	100%	100%
TÁBUAS DE MORTALIDADE	TD 88/90	TD 88/90
TAXA DE DESCONTO	5,25%	5,25%
TAXA DE CRESCIMENTO PENSÕES	0%	0%

A atualização das responsabilidades por serviços passados da APSS, à data de 31 de dezembro de 2015, foi registada a débito na rubrica de custos com pessoal, pelo seu valor líquido.

## 17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

(unidade: mil euros)		
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2015	2014
Rendimentos Suplementares	815,47	759,37
Rend. em Investimentos não Financeiros	5,20	0,20
Subsídios ao Investimento	2.701,19	2.701,19
Outros,	1.075,66	1.029,48
dos quais Rendimentos Bens a reverter Concessões	756,67	756,67
<b>TOTAIS</b>	<b>4.597,53</b>	<b>4.490,25</b>

## 18. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

(unidade: mil euros)		
Rendimentos e Gastos Financeiros	2015	2014
Juros Suportados		
Outros	0,79	0,00
Juros Obtidos	120,38	130,49
Outros Ganhos de Financiamento	5,60	5,51
<b>TOTAIS</b>	<b>125,19</b>	<b>136,00</b>

O decréscimo dos “Juros Obtidos” está relacionado com a redução das taxas de juro praticadas pelo IGCP.

**19. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER**

	(unidade: mil euros)	
<b>CLIENTES</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Clientes C/C	2.614,53	2.615,56
Clientes M/L Prazo		
Clientes Cobrança Duvidosa	0,00	0,00
Clientes Cobrança Duvidosa	1.358,50	1.235,14
Perdas por Imparidade (Ver Nota 6.)	-1.358,50	-1.235,14
<b>TOTAL</b>	<b>2.614,53</b>	<b>2.615,56</b>

	(unidade: mil euros)	
<b>OUTRAS CONTAS A RECEBER</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Outros Devedores - Curto Prazo	41,64	38,12
Pessoal	37,98	28,42
Fornecedores c/c	3,09	0,14
Outros Devedores	958,79	967,78
Perdas por Imparidade Outros Devedores	-958,22	-958,22
Acréscimo de Rendimentos	53,83	130,53
Juros a Receber	18,52	12,77
Outros Acréscimos - Concessões e Taxas e Licenças	35,31	117,77
<b>TOTAL</b>	<b>95,47</b>	<b>168,66</b>

**20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	(unidade: mil euros)	
<b>OUTRAS CONTAS A PAGAR</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Outros Credores - Corrente	1.345,78	1.036,24
Pessoal	1,53	1,57
Fornec. Imobilizado	526,08	82,52
Outros Credores	7,40	78,16
Depósitos de Garantia	148,98	156,13
Subs.Investimento (Ajust.) (Ver Nota 3 d))	661,79	717,86
Acréscimo de Gastos	1.610,27	1.300,65
Pessoal (ver Nota 13.)	1.010,46	992,52
Outros Acréscimos	599,81	308,14
<b>TOTAL</b>	<b>2.956,05</b>	<b>2.336,90</b>



O valor da rubrica de Outros Acréscimos deve-se, essencialmente, ao reconhecimento de uma verba a entregar ao IMT – Instituto da Mobilidade Terrestre, que por falta de legislação específica, apenas foi efetuado o pagamento referente ao 1.º trimestre de 2014. Esta verba corresponde a 2% das prestações de serviços do ano de 2014 e 2015, excluindo a Taxa de Pilotagem.

(unidade: mil euros)		
<b>OUTRAS CONTAS A PAGAR</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Outros Credores -Não Corrente</b>	<b>8.639,21</b>	<b>9.225,31</b>
Subs.Investimento (Ajust.) (Ver Nota 3 d))	8.639,21	9.225,31
<b>TOTAL</b>	<b>8.639,21</b>	<b>9.225,31</b>

A variação registada na rubrica deve-se à redução registada do efeito fiscal por reconhecimento de mais uma quota-parte dos subsídios ao investimento, no ano de 2015.

(unidade: mil euros)		
<b>FORNECEDORES</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Fornecedores C/C</b>	<b>857,42</b>	<b>698,89</b>
<b>TOTAL</b>	<b>857,42</b>	<b>698,89</b>

## 21. DIFERIMENTOS DE RENDIMENTOS E GASTOS

(unidade: mil euros)		
<b>DIFERIMENTOS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Rendimentos</b>	<b>15.449,89</b>	<b>16.326,82</b>
<b>Passivo Corrente</b>	<b>1.846,52</b>	<b>1.966,79</b>
Concessões	696,79	696,19
Taxas e Licenças	119,79	202,65
Concessões - Bens a Reverter	756,67	756,67
Outros Rendimentos	273,27	311,28
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>13.603,36</b>	<b>14.360,03</b>
Concessões - Bens a Reverter	13.603,36	14.360,03
<b>Gastos</b>	<b>95,26</b>	<b>101,39</b>
Quotizações	0,92	0,91
Seguros	34,82	18,48
Outros Gastos	59,52	81,99
<b>TOTAL</b>	<b>15.545,15</b>	<b>16.428,21</b>

**22. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

	(unidade: mil euros)	
<b>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Activo Corrente</b>	<b>62,22</b>	<b>34,36</b>
IVA - Reembolsos Pedidos	24,26	34,36
Impostos s/Rendimento	37,96	
<b>Passivo Corrente</b>	<b>339,78</b>	<b>546,06</b>
Impostos s/Rendimento		228,13
IVA a Pagar	16,57	
Retenção de Impostos s/Rendimentos	142,27	140,49
Contribuições p/ Segurança Social e CGA	171,24	170,14
Outras Tributações	9,70	7,30

**23. INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS**

Em 31 de dezembro de 2015 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

No entanto, no exercício de 2015, a APSS reconheceu como encargos de natureza ambiental no valor de 100 mil euros, de forma a dar resposta aos diversos requisitos legais.

**24. COMPROMISSOS DE COMPRA**

À data de 31 de dezembro de 2015, os compromissos com fornecedores, para aquisição de bens e prestação de serviços para o ativo fixo tangível, totalizam o montante de 379 mil euros.

**25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe da Caixa e Equivalentes de caixa era o seguinte:

(unidade: mil euros)		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.12.2015	31.12.2014
<b>Numerário</b>		
Caixa	0,51	0,68
<b>Depósitos Bancários Mobilizáveis</b>		
Depósitos à ordem	1.445,11	843,94
Depósitos a prazo		
Outros depósitos		
<b>Equivalentes a caixa</b>		
Descobertos Bancários		
Títulos Negociáveis		
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>1.445,62</b>	<b>844,62</b>
<b>Outras Disponibilidades</b>		
Outras aplicações de tesouraria	21.700,00	20.500,00
<b>DISPONIBILIDADES DO BALANÇO</b>	<b>23.145,62</b>	<b>21.344,62</b>

## 26. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

### Empréstimo da APP – Reestruturação do Sector Portuário

A APSS foi solidariamente responsável, em conjunto com as restantes Administrações dos Portos, pelo pagamento de um empréstimo contraído pela APP – Associação dos Portos de Portugal junto de um sindicato bancário em Julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94.

Em janeiro de 2007 foram negociados empréstimos bancários com o Banco BPI e Banco Millennium BCP, com vista ao financiamento do reembolso antecipado do empréstimo atrás referido, ficando, assim, individualizadas as responsabilidades de cada Administração Portuária e da APP – Associação dos Portos de Portugal.

Em julho de 2009, a APSS procedeu à amortização total do referido empréstimo bancário.

Com a contratação do empréstimo relativo à dívida da APP – Associação dos Portos de Portugal, a APSS assumiu, em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, a posição de Fiadora.

Em 17 de janeiro de 2012, a APP – Associação dos Portos de Portugal procedeu à liquidação total antecipada do referido empréstimo, extinguindo-se, em consequência, a responsabilidade da APSS como fiadora perante a dívida em questão.

## 27. REPARTIÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADES E MERCADOS

(unidade: mil euros)		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	MERCADO NACIONAL 2015	MERCADO NACIONAL 2014
Serviços Portuários	6.198,94	5.810,53
Taxas e Licenças	1.660,07	1.756,34
Náutica de Recreio	275,37	299,05
Concessões	10.120,24	9.909,38
<b>TOTAL</b>	<b>18.254,62</b>	<b>17.775,30</b>

**28. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO**

Os Subsídios ao Investimento recebidos para efeitos de financiamento dos Ativos Fixos Tangíveis são registados em Capital Próprio (Outras Variações do Capital Próprio), líquidos de efeito fiscal decorrente da tributação futura (ver Nota 3.d)), sendo reconhecidos como proveito do exercício ao longo da vida útil estimada (em consonância com a respetiva amortização do bem).

(unidade: mil euros)					
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	2014	Novos Subsídios	Proveito do Exercício	Regularizações	2015
FEDER	12.895,04	0,00	1.203,70	0,00	11.691,33
FUNDO DE COESÃO	11.375,58	0,00	307,75	0,00	11.067,83
IFAP	869,09	80,10	58,35	0,00	890,84
OE/PIDDAC	15.444,65	0,00	1.131,40	0,00	14.313,26
<b>TOTAL</b>	<b>40.584,36</b>	<b>80,10</b>	<b>2.701,19</b>	<b>0,00</b>	<b>37.963,27</b>
Efeito Fiscal					<b>9.301,00</b>
Valor Líquido Subsídios (OVCP)					<b>28.662,27</b>

**29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Nos termos do nº 1 do art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17/10, informamos não ser esta empresa devedora de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.

**30. EVENTOS SUBSEQUENTES**

À data da elaboração deste Relatório não se conhecem quaisquer eventos passíveis de alterar a análise da situação financeira da APSS.

**31. EFEITOS FUTUROS DAS ALTERAÇÕES AO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (SNC)**

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado, em 29 de Julho, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015 e será aplicado no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos que dispomos não irá originar efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

## ***RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO FISCAL***

### ***SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2015***

#### ***DA APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.***

#### **1. Introdução**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2015, o qual contempla, igualmente, nos termos do ofício circular da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 712, de 12 de fevereiro de 2016, a aferição do cumprimento:

- i) das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente, as relativas às remunerações vigentes em 2015; e,
- ii) do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), quanto ao relatório de boas práticas de governo societário.

O Conselho Fiscal foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), datada de 22 de fevereiro de 2013, para o mandato 2013/15, integrando a Sociedade Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS&ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (SROC).

#### **2. Procedimentos de fiscalização**

A análise da atividade desenvolvida pela Sociedade e a verificação da observância da lei e dos estatutos foi efetuada pelo Conselho Fiscal através da realização de reuniões regulares com a Administração e com a SROC, da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, da informação financeira e orçamental reportada trimestralmente objeto de relatório do Conselho Fiscal bem como dos esclarecimentos prestados pelos serviços da APSS.

Na realização do seu trabalho o Conselho Fiscal obteve toda a cooperação necessária por parte dos membros do Conselho de Administração e dos respetivos colaboradores da Sociedade, indispensável à elaboração do seu trabalho de fiscalização.

### 3. Análise do Relatório e Contas de 2015

Do Relatório e Contas de 2015, bem como do acompanhamento da atividade e da gestão da Sociedade efetuada pelo Conselho Fiscal ao longo do ano, parece-nos de relevar o seguinte:

- Depois de um ciclo de crescimento significativo da atividade portuária, registou-se, em 2015, uma pequena desaceleração constatando-se um decréscimo no movimento de mercadorias no porto de Setúbal, em cerca de 7% em relação ao verificado em 2014, embora tal situação se encontra em parte justificada pela necessidade de execução de trabalhos no terminal da Termitrena, que assume particular importância dentro dos terminais de uso privativo.
- Acresce ainda de destacar que não obstante a evolução verificada na movimentação de mercadorias anteriormente mencionada, em 2015, o volume total de mercadorias movimentadas no porto de Setúbal ascendeu a cerca de 7,5 milhões de toneladas, considerado o segundo maior recorde de sempre, o n.º de navios ascendeu a cerca de 1.458, o que representa um acréscimo de cerca de 3,1%, em relação a 2014, evidenciando-se, igualmente, o crescimento nos segmentos da carga contentorizada (cerca de + 18% relativamente ao n.º dos contentores e de 23% quanto à tonelagem movimentada) e da carga roll-on roll-off (cerca de +13% relativamente ao volume de carga movimentada);
- O resultado líquido da APSS, no exercício de 2015, atingiu cerca de 3,7 milhões de euros, representando um decréscimo de cerca de 7% (- 0,3 milhões de euros) em relação ao período homólogo, destacando-se, o peso dos resultados operacionais (decrécimo de cerca de 0,5 milhões de euros) tendo em conta a diminuta expressão dos resultados financeiros.

Para os resultados alcançados contribuiu, essencialmente, o incremento dos gastos operacionais, na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos/ Conservação e reparação associados à execução de trabalhos de dragagens de manutenção que não haviam sido realizados em 2014 e cuja realização, em 2015, se tornou imprescindível de forma a não comprometer a operacionalidade do porto.

No cômputo geral verificou-se um acréscimo dos rendimentos operacionais, em cerca de 3%, contudo, inferior ao acréscimo dos gastos operacionais que atingiram cerca de 10% o que se traduziu numa quebra do indicador EBITDA de cerca de 6% face ao verificado em 2014;

▪ A estrutura financeira e patrimonial da APSS continua, no entanto, equilibrada, evidenciada pelos indicadores económico financeiros, dos quais se destacam o rácio de autonomia financeira (o coeficiente entre o capital próprio e o ativo total atingiu o valor de 0,74, no final de 2015, idêntico ao valor alcançado no final de 2014 que se situou em 0,73) e de solvabilidade (o coeficiente entre o capital próprio/passivo total situou-se, no final do ano de 2015, em 2,77, igualmente, idêntico ao de 2014 que atingiu o valor de 2,65) sendo ainda de sublinhar que a sociedade mantém a situação de anos anteriores em termos de ausência de endividamento bancário ou de qualquer outro passivo remunerado;

▪ A taxa de execução do plano de investimento foi de 82%, face ao valor orçamentado, correspondente a cerca de 5,2 milhões de euros, cuja cobertura foi assegurada, essencialmente (cerca de em 98%) por fundos próprios e o remanescente por fundos comunitários (PROMAR), destacando-se ao nível da execução a Expansão do Terminal Ro-Ro para Jusante, cujo montante total ascendeu a cerca de 2,95 milhões de euros e que visou reforçar a posição estratégica do porto para este tipo de carga.

#### **4. Aferição das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente, as relativas às remunerações vigentes em 2015.**

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho Fiscal, a APSS cumpriu com as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente as estabelecidas na Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 (Lei do OE/2015) na sua última versão,

bem como na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, salvaguardando-se, no entanto, às seguintes exceções:

- Não foram aplicadas aos trabalhadores da APSS as reduções remuneratórias determinadas pelo artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez que tem sido entendimento das Administrações Portuárias que se mantêm os pressupostos que suportaram a exceção concedida em 2013, objeto dos Despachos do Senhores SEAP n.º 1695/2013, de 5 de junho de 2013, e SEOPTC, de 7 de junho de 2013, acrescendo o facto da referida fundamentação se encontrar vertida no n.º 12, do Artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, tendo tal entendimento sido transmitido, através da Associação dos Portos de Portugal, por cartas dirigida à Tutela Sectorial, de 16 de janeiro de 2014 e 14 de janeiro de 2015;
- Foram aplicadas as reduções remuneratórias aos órgãos sociais, pela seguinte ordem, as decorrentes do artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho e ainda por força do exposto na DUE, de 22 de fevereiro de 2013, que determinou que os valores atribuídos não poderiam exceder os auferidos à data de 1 de março 2012 (designada habitualmente por “cláusula travão”), sendo que, em termos de resultados, as reduções aplicadas são equivalentes à aplicação direta apenas da “cláusula travão”;
- Incrementou para 54 dias (+5 dias em relação ao 4º trimestre de 2014) o PMP, determinado conforme disposto na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, e no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, justificando-se tal facto com o acréscimo dos valores em dívida a fornecedores decorrentes do aumento do investimento de 2014 para 2015. Contudo, caso seja considerado o valor de 277 mil euros, correspondente a faturas não aceites pela APSS de 2005 e 2006 e por força da aplicação da fórmula de cálculo, o PMP diminui em cerca de 9 dias, em relação ao valor do final de 2014;
- Verificou-se, igualmente, um incremento do montante das dívidas em atraso nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, que à semelhança do ano transato é justificado, essencialmente, por não se terem verificado desenvolvimentos sobre a contestação da faturação referente à taxa de



saneamento apresentada pela empresa Aguas do Sado cuja reclamação foi apresentada junto da entidade Reguladora dos Serviços em 2013;

- Verificou-se, ainda, um acréscimo do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, justificado conforme anteriormente referido pelo incremento dos gastos operacionais decorrentes das dragagens de manutenção consideradas imprescindíveis e inadiáveis;
- Manteve o mesmo n.º de veículos (28), constatando-se um acréscimo de cerca de 4,7%, correspondente a 3,9 mil euros, nos gastos associados a frota automóvel comparativamente a 2014, justificado pelo acréscimo dos custos de manutenção decorrentes da antiguidade do parque automóvel, sendo que, no decorrer de 2015, e após formulação de pedido de autorização à ESPAP, IP, procederam à compra de três veículos de serviço, dos quais, em dois, foram revistas as categorias mediante redução da respetiva cilindrada, verificando-se o consequente abate das viaturas substituídas;
- Manteve as suas disponibilidades financeiras depositadas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE (IGCP, EPE), tendo, porém, mantido três contas abertas junto de instituições bancárias, para assegurar a realização de determinadas transações, designadamente relacionadas com a utilização de cartões de refeição, cuja dispensa do cumprimento do princípio da UTE foi aprovada pelo Despacho 2058/15-SEATF, de 29 de dezembro. No final do 4º trimestre de 2015, a APSS regista um saldo residual de disponibilidades detidas junto de instituições de crédito, de cerca de 0,8% em relação ao total de Caixa e depósitos bancários;
- Atribuiu, nos termos da tabela aprovada pelo Ministro da Tutela, remunerações iguais a homens e mulheres, justificando tal facto a ausência de elaboração do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março;

**5. Aferição do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto ao relatório de boas práticas de governo societário.**

A APSS apresentou o relatório de boas práticas de governo societário, previsto no artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, conforme instruções transmitidas pela Direção-Geral do

Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2015, de acordo com o modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, o qual contempla a a informação requerida,

## 6. Outros Assuntos – Estrutura de Fiscalização

A APSS manteve em 2015 uma estrutura de fiscalização simplificada nos termos previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedade Comerciais (CSC), composta, de acordo com os n.ºs 4 e 5 do artigo 413.º e o n.º 2 do artigo 414.º, ambos do CSC, por um Conselho Fiscal com 3 membros efetivos, incluindo uma SROC e um membro suplente. Aquela estrutura de fiscalização foi adotada para a APSS em virtude de, à data da última eleição, em 22 de fevereiro de 2013, a empresa não preencher os critérios previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do CSC.

Contudo, a APSS apresentou nos últimos dois anos consecutivos, em termos do total do balanço e do número de trabalhadores empregados em média, valores que já se enquadram nos critérios referidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do CSC e que poderiam conduzir a alterações na estrutura de fiscalização.

Salienta-se, porém, que o n.º 2 do citado artigo 413.º do CSC foi objeto de alterações por via da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, no que respeita aos limites impostos para a adoção de uma estrutura de fiscalização reforçada. Neste contexto, no curto prazo, e tendo como referência os valores históricos do volume de negócios e do n.º médio de empregados registados pela APSS, a sociedade reuniria condições para manter a estrutura de fiscalização atual, sendo portanto necessário ponderar qual a melhor solução a adotar sobre esta matéria de forma a estabilizar o respetivo modelo de fiscalização.

Conforme supra referido, o Conselho Fiscal eleito por DUE, datada de 22 de fevereiro de 2013, para o mandato 2013/15, integra a Sociedade Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS&ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,

Lda (SROC), representada pelo Dr. José Pereira Alves. Porém, devido a questões de organização e planeamento interno, a SROC comunicou por cartas de 15 de abril e 18 de maio do corrente ano a substituição do Dr. José Pereira Alves pelo Dr. José Miguel Dantas Maio Marques que, na qualidade de sócio revisor oficial de contas da SROC emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas (CLC), datada de 26 de maio de 2016 que se anexa e que faz parte integrante do presente Relatório.

## 7. Proposta

Face ao exposto e considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório de Gestão e Contas de 2015 cumpre as exigências legais aplicáveis, relevando a situação da sociedade, pelo que somos de parecer que seja:

- Aprovado o Relatório de Gestão e Contas de 2015 apresentado pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., atento o teor da CLC, incluindo o Relatório de Governo Societário;
- Apreciada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Lisboa, 1 de junho de 2016

### O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (*Presidente*)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (*Voga*)



## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 111.888 milhares de euros e um total de capital próprio de 82.240 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 3.701 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314 000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

26 de maio de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.



# APSS

Administração dos Portos  
de Setúbal e Sesimbra, SA

Praça da República  
2904-508 Setúbal  
Portugal  
T\_+351 265 542 000  
F\_+351 265 230 992  
[www.portodesetubal.pt](http://www.portodesetubal.pt)  
[geral@portodesetubal.pt](mailto:geral@portodesetubal.pt)